

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	21
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	63
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	156
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	157
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	158
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	159

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	975.954.372
Preferenciais	1.542.412.758
Total	2.518.367.130
Em Tesouraria	
Ordinárias	829.922
Preferenciais	3.319.688
Total	4.149.610

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	33.461.222	33.042.568
1.01	Ativo Circulante	4.223.847	4.178.375
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	362.556	352.524
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.578.723	3.443.285
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.578.723	3.443.285
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e Recursos vinculados	3.578.723	3.443.285
1.01.03	Contas a Receber	73.185	77.271
1.01.03.01	Clientes	73.160	77.246
1.01.03.01.01	Clientes	73.160	77.246
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25	25
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	25	25
1.01.04	Estoques	232	234
1.01.06	Tributos a Recuperar	134.193	128.972
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	134.193	128.972
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	74.958	176.089
1.01.08.03	Outros	74.958	176.089
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	24.426	127.429
1.01.08.03.04	Outros créditos	50.532	48.660
1.02	Ativo Não Circulante	29.237.375	28.864.193
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.656.551	6.506.142
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.581.116	5.500.834
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	5.581.116	5.500.834
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	398.394	382.033
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	398.394	382.033
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	677.041	623.275
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	8.833	8.680
1.02.01.10.06	Tributos a recuperar	225.965	225.463
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	241.510	188.183
1.02.01.10.08	Outros créditos	200.733	200.949
1.02.02	Investimentos	22.329.290	22.098.814
1.02.02.01	Participações Societárias	22.329.290	22.098.814
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	22.171.118	21.942.973
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	158.172	155.841
1.02.03	Imobilizado	133.970	127.921
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	133.970	127.921
1.02.04	Intangível	117.564	131.316
1.02.04.01	Intangíveis	117.564	131.316
1.02.04.01.02	Intangíveis	117.564	131.316

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	33.461.222	33.042.568
2.01	Passivo Circulante	1.863.175	1.823.538
2.01.02	Fornecedores	7.867	51.013
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.867	51.013
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.499.020	1.465.277
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	434.934	248.141
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	199.939	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	234.995	248.141
2.01.04.02	Debêntures	1.064.086	1.217.136
2.01.05	Outras Obrigações	356.288	307.248
2.01.05.02	Outros	356.288	307.248
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.839	4.843
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	193.880	176.207
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	30.238	28.144
2.01.05.02.06	Benefícios pós-emprego	1.645	1.645
2.01.05.02.07	Impostos e Contribuições Sociais	23.212	25.120
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	35.361	16.821
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	1.265	945
2.01.05.02.11	Outros Passivos	65.848	53.523
2.02	Passivo Não Circulante	11.943.853	12.020.611
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.826.743	11.267.136
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	199.939
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	199.939
2.02.01.02	Debêntures	10.826.743	11.067.197
2.02.02	Outras Obrigações	779.808	428.715
2.02.02.02	Outros	779.808	428.715
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	12.666	12.255
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	740.551	390.787
2.02.02.02.07	Fornecedores	6.575	6.881
2.02.02.02.10	Arrendamentos Operacionais	2.533	2.777
2.02.02.02.11	Impostos e contribuições sociais	8.402	6.930
2.02.02.02.12	Outros Passivos	9.081	9.085
2.02.03	Tributos Diferidos	336.840	324.193
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	336.840	324.193
2.02.04	Provisões	462	567
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	462	567
2.03	Patrimônio Líquido	19.654.194	19.198.419
2.03.01	Capital Social Realizado	10.876.550	10.876.550
2.03.02	Reservas de Capital	2.463.911	2.473.271
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-109.447	-109.447
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.573.358	2.582.718
2.03.04	Reservas de Lucros	5.891.267	5.891.267
2.03.04.01	Reserva Legal	945.657	945.657
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.945.610	4.945.610
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	465.627	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-43.161	-42.669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	94.424	90.578
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-69.290	-64.704
3.02.01	Pessoal e administradores	-54.588	-49.802
3.02.02	Benefícios pós-emprego	4	-203
3.02.03	Material	-621	-395
3.02.04	Serviços de terceiros	-5.297	-8.036
3.02.05	Amortização e depreciação	-8.553	-5.574
3.02.06	Outros	-235	-694
3.03	Resultado Bruto	25.134	25.874
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	522.203	771.893
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.802	-38.185
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-14.707	-16.368
3.04.02.03	Benefícios pós-emprego	-1.471	-1.411
3.04.02.04	Material	-270	-526
3.04.02.05	Serviços de terceiros	-9.192	-10.208
3.04.02.06	Amortização e depreciação	-2.423	-3.172
3.04.02.07	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	68	0
3.04.02.08	Outras	-2.807	-6.500
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	47	67
3.04.04.02	Outras receitas	47	67
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-19
3.04.05.02	Perda na Alienação de Bens e Direitos	0	-19
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	552.958	810.030
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	547.337	797.767
3.06	Resultado Financeiro	-68.993	16.160
3.06.01	Receitas Financeiras	349.574	263.268
3.06.01.01	Receita de aplicações financeiras	272.434	254.791
3.06.01.02	Atualização de mútuos	16.337	15.388
3.06.01.03	Receita de aval	55.793	0
3.06.01.04	Tributos s/ receita financeira	-19.043	-12.248
3.06.01.05	Atualização de Depósitos Judiciais	105	67
3.06.01.06	Outras receitas financeiras	23.948	5.270
3.06.02	Despesas Financeiras	-418.567	-247.108
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-340.931	-270.932
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	-281.881	224.743
3.06.02.03	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-36.166	5.085
3.06.02.04	Variação monetária/ cambial da dívida	-88.486	-132.551
3.06.02.05	Despesas bancárias	-1.404	-1.070
3.06.02.08	Atualizações de contingências	37	-16
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	335.314	-70.866
3.06.02.11	Outras despesas financeiras	-5.050	-1.501
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	478.344	813.927
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.717	-38.191
3.08.02	Diferido	-12.717	-38.191

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	465.627	775.736
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	465.627	775.736
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19	0,34
3.99.01.02	PN	0,19	0,34
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,18	0,34
3.99.02.02	PN	0,18	0,34

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	465.627	775.736
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-492	477
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes	-492	477
4.03	Resultado Abrangente do Período	465.135	776.213

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.586	-19.825
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	65.469	-8.679
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	465.627	775.736
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	144.542	136.108
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-552.958	-810.030
6.01.01.05	Amortização e depreciação	10.976	8.746
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	12.717	38.191
6.01.01.10	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	36.166	-5.085
6.01.01.11	Marcação a mercado derivativos	281.881	-224.743
6.01.01.12	Marcação a mercado da dívida	-335.314	70.866
6.01.01.13	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	-68	-19
6.01.01.14	Programa de remuneração variável - ILP	1.900	1.551
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.883	-11.146
6.01.02.01	Consumidores e concessionárias	4.086	8.401
6.01.02.03	Cauções, depósitos vinculados e judiciais	-48	-14
6.01.02.04	Estoques	2	3
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-5.723	-827
6.01.02.08	Outros créditos a receber	-1.659	-475
6.01.02.09	Fornecedores	-43.452	-30.258
6.01.02.11	Impostos e contribuições sociais	-448	863
6.01.02.12	Obrigações estimadas	2.094	2.288
6.01.02.15	Outras contas a pagar	11.265	8.873
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	467.390	277.436
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-53.316	-51.963
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-431	-470
6.02.03	Aplicações no intangível	-2.742	-1.039
6.02.04	Recebimento de dividendos e JCP	467.189	546.049
6.02.05	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	56.714	-264.719
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	0	19
6.02.08	Transações com partes relacionadas	-24	49.559
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-488.944	-111.612
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	0	895.343
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-483.080	-147.411
6.03.05	Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-3.070	34
6.03.06	Pagamento de dividendos	-4	-858.170
6.03.09	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-2.790	-1.408
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.032	145.999
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	352.524	134.301
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	362.556	280.300

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	10.876.550	2.473.271	5.891.267	0	-42.669	19.198.419
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	10.876.550	2.473.271	5.891.267	0	-42.669	19.198.419
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.360	0	0	0	-9.360
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	6.541	0	0	0	6.541
5.04.09	Transações com investimentos	0	-15.901	0	0	0	-15.901
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	465.627	-492	465.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	465.627	0	465.627
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-492	-492
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	10.876.550	2.463.911	5.891.267	465.627	-43.161	19.654.194

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.540.743	1.024.657	8.781.383	0	-67.285	17.279.498
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.540.743	1.024.657	8.781.383	0	-67.285	17.279.498
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.526	-68.940	0	0	-66.414
5.04.09	Pagamento dividendos adicionais propostos	0	0	-63.639	0	0	-63.639
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	4.440	0	0	0	4.440
5.04.11	Transações com investimentos	0	-1.914	-5.301	0	0	-7.215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	775.736	477	776.213
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	775.736	0	775.736
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	477	477
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.540.743	1.027.183	8.712.443	775.736	-66.808	17.989.297

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	107.020	102.903
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	106.973	102.836
7.01.02	Outras Receitas	47	67
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.277	-25.741
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.767	-19.327
7.02.04	Outros	-2.510	-6.414
7.03	Valor Adicionado Bruto	88.743	77.162
7.04	Retenções	-10.976	-8.746
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.976	-8.746
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	77.767	68.416
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	921.575	1.085.546
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	552.958	810.030
7.06.02	Receitas Financeiras	368.617	275.516
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	999.342	1.153.962
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	999.342	1.153.962
7.08.01	Pessoal	63.383	57.891
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.507	46.725
7.08.01.02	Benefícios	9.630	8.431
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.246	2.735
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.467	72.561
7.08.02.01	Federais	48.597	69.646
7.08.02.02	Estaduais	105	46
7.08.02.03	Municipais	2.765	2.869
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	418.865	247.774
7.08.03.01	Juros	418.567	247.108
7.08.03.02	Aluguéis	298	666
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	465.627	775.736
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	465.627	775.736

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	86.720.883	83.471.647
1.01	Ativo Circulante	22.884.170	20.931.903
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.140.421	1.386.005
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.655.635	9.087.240
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10.655.635	9.087.240
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10.655.635	9.087.240
1.01.03	Contas a Receber	4.617.334	4.775.498
1.01.03.01	Clientes	4.610.348	4.771.318
1.01.03.01.01	Clientes, consumidores, concessionárias e outros	4.610.348	4.771.318
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.986	4.180
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	6.986	4.180
1.01.04	Estoques	162.673	155.560
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.964.547	1.856.382
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.964.547	1.856.382
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.343.560	3.671.218
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	26.698	23.911
1.01.08.01.03	Dividendos a receber	26.698	23.911
1.01.08.03	Outros	4.316.862	3.647.307
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	110.570	117.256
1.01.08.03.02	Ativos financeiros setoriais	1.470.840	823.745
1.01.08.03.03	Concessão do serviço público- ativo de contrato	856.233	835.515
1.01.08.03.05	Outros créditos	1.879.219	1.870.791
1.02	Ativo Não Circulante	63.836.713	62.539.744
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.384.381	36.313.976
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	523.775	474.846
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	523.775	474.846
1.02.01.04	Contas a Receber	422.126	423.422
1.02.01.04.01	Clientes, Consumidores e Concessionárias	422.126	423.422
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	36.438.480	35.415.708
1.02.01.10.03	Títulos de créditos a receber	6.420	6.504
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	2.187.098	2.282.406
1.02.01.10.05	Créditos tributários	3.224.318	2.835.091
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	1.951.822	1.887.119
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	610.569	791.114
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	18.716.426	17.715.205
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	605.696	892.356
1.02.01.10.10	Concessão do serviço público- ativo de contrato	8.634.014	8.533.182
1.02.01.10.11	Outros créditos	502.117	472.731
1.02.02	Investimentos	744.702	716.875
1.02.02.01	Participações Societárias	744.702	716.875
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	744.702	716.875
1.02.03	Imobilizado	3.443.076	3.407.304
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.443.076	3.407.304

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.04	Intangível	22.264.554	22.101.589
1.02.04.01	Intangíveis	22.264.554	22.101.589
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	3.151.753	2.824.749
1.02.04.01.04	Intangíveis	19.112.801	19.276.840

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	86.720.883	83.471.647
2.01	Passivo Circulante	13.049.603	13.448.826
2.01.02	Fornecedores	3.018.468	2.892.486
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.018.468	2.892.486
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.623.410	6.193.651
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.222.595	3.743.886
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.041.795	825.930
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.180.800	2.917.956
2.01.04.02	Debêntures	2.400.815	2.449.765
2.01.05	Outras Obrigações	4.407.725	4.362.689
2.01.05.02	Outros	4.407.725	4.362.689
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.859	26.048
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	252	378
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	211.901	189.013
2.01.05.02.07	Contribuição de iluminação pública	147.999	148.851
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	19.636	19.635
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	405.999	333.662
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	403.623	394.691
2.01.05.02.11	Impostos e Contribuições Sociais	894.839	778.849
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	316.226	753.235
2.01.05.02.15	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	347.483	275.505
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	248.304	248.222
2.01.05.02.18	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	669.424	571.379
2.01.05.02.19	Arrendamentos operacionais	36.820	27.244
2.01.05.02.20	Outros passivos	674.360	595.977
2.02	Passivo Não Circulante	52.035.762	48.838.277
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	39.964.812	38.369.066
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.079.356	12.291.082
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	9.278.309	9.416.417
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.801.047	2.874.665
2.02.01.02	Debêntures	27.885.456	26.077.984
2.02.02	Outras Obrigações	4.823.088	3.701.587
2.02.02.02	Outros	4.823.088	3.701.587
2.02.02.02.03	Fornecedores	138.109	165.764
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	1.810.262	660.128
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	973.701	956.449
2.02.02.02.07	Benefícios pós-emprego	163.360	157.326
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	589.595	546.999
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	144.072	127.401
2.02.02.02.15	Arrendamentos operacionais	114.242	120.869
2.02.02.02.16	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	325.013	404.105
2.02.02.02.17	Outros Passivos	564.734	562.546
2.02.03	Tributos Diferidos	5.592.155	5.141.593
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.592.155	5.141.593

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04	Provisões	1.655.707	1.626.031
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.655.707	1.626.031
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	21.635.518	21.184.544
2.03.01	Capital Social Realizado	10.876.550	10.876.550
2.03.02	Reservas de Capital	2.463.911	2.473.271
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-109.447	-109.447
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.573.358	2.582.718
2.03.04	Reservas de Lucros	5.891.267	5.891.267
2.03.04.01	Reserva Legal	945.657	945.657
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.945.610	4.945.610
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	465.627	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-43.161	-42.669
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.981.324	1.986.125

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.995.205	8.409.616
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.676.649	-5.916.593
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-3.154.575	-2.741.060
3.02.02	Compra e transporte do gás	-45.630	-82.355
3.02.03	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-996.874	-847.815
3.02.04	Pessoal e administradores	-329.387	-321.094
3.02.05	Benefícios pós-emprego	-8.328	-10.650
3.02.06	Material	-54.862	-62.497
3.02.07	Serviços de terceiros	-139.887	-148.364
3.02.08	Amortização e depreciação	-487.795	-438.988
3.02.10	Custo de construção	-1.320.715	-1.154.368
3.02.12	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-155.700	-133.769
3.02.13	Outros	17.104	24.367
3.03	Resultado Bruto	2.318.556	2.493.023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-499.520	-581.416
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-503.458	-476.928
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-186.878	-170.496
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-5.989	-5.995
3.04.02.03	Material	-25.218	-20.050
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-94.860	-86.566
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-44.585	-39.038
3.04.02.06	Amortização e depreciação	-81.287	-76.864
3.04.02.07	Outras	-64.641	-77.919
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.342	13.106
3.04.04.01	Ganho na Alienação de Bens e Direitos	10.478	12.543
3.04.04.03	Outras receitas	4.864	563
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-50.782	-148.066
3.04.05.01	Perda na Alienação de Bens e Direitos	-76.700	-46.016
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	33.711	-74.366
3.04.05.04	Outras despesas	-7.793	-27.684
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.378	30.472
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.819.036	1.911.607
3.06	Resultado Financeiro	-1.030.087	-613.885
3.06.01	Receitas Financeiras	560.817	558.037
3.06.01.01	Receita de aplicações financeiras	341.043	252.889
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	104.809	109.135
3.06.01.04	Juros recebidos/selic	71.176	30.059
3.06.01.05	Atualização de depósitos judiciais	34.377	37.106
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	3.148	100.980
3.06.01.09	Tributos s/ receita financeira	-40.852	-38.196
3.06.01.10	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	18.495	25.814
3.06.01.11	Outras receitas financeiras	28.621	40.250

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.590.904	-1.171.922
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-1.051.234	-804.710
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	-55.264	255.704
3.06.02.03	(-) Transferência para ordens em curso	17.815	11.086
3.06.02.04	Ajuste a valor presente	10.676	-1.471
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-1.246.068	456.840
3.06.02.06	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-444.945	-686.540
3.06.02.07	Atualização P&D e PEE	-4.145	-4.388
3.06.02.08	Despesas bancárias	-11.008	-9.645
3.06.02.10	Atualizações de contingências	-40.820	-32.398
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	1.282.692	-270.591
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	-18.645	-33.295
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do Pis e Cofins	6.264	-25.793
3.06.02.15	Incorporações de redes	-5.900	-18.727
3.06.02.16	Outras despesas financeiras	-30.322	-7.994
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	788.949	1.297.722
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-214.179	-271.007
3.08.01	Corrente	-152.844	-423.056
3.08.02	Diferido	-61.335	152.049
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	574.770	1.026.715
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	574.770	1.026.715
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	465.627	775.736
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	109.143	250.979
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19	0,34
3.99.01.02	PN	0,19	0,34
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,18	0,34
3.99.02.02	PN	0,18	0,34

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	574.770	1.026.715
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-492	477
4.02.02	Outros resultados abrangentes	-492	477
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	574.278	1.027.192
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	465.136	776.212
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	109.142	250.980

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.798.049	1.472.030
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.136.611	2.224.434
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	574.770	1.026.715
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social	214.179	271.007
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	692.642	275.650
6.01.01.04	Amortização e depreciação	569.082	515.667
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	155.700	133.769
6.01.01.06	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias	44.585	36.153
6.01.01.07	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	66.222	33.473
6.01.01.08	Marcação a mercado da dívida	-1.282.692	270.591
6.01.01.09	Marcação a mercado derivativos	1.246.068	-456.840
6.01.01.10	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	444.945	686.540
6.01.01.12	Programa de remuneração variável - ILP	7.051	5.223
6.01.01.13	Marcação a mercado dos contratos de compra/venda de energia comercializada	-33.711	74.366
6.01.01.16	Remuneração do ativo de contrato	-250.518	-301.901
6.01.01.17	Margem de construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	-13.521	-15.007
6.01.01.18	Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-258.813	-300.500
6.01.01.19	Resultado de equivalência patrimonial	-39.378	-30.472
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-338.562	-752.404
6.01.02.01	Consumidores e concessionárias	202.389	5.616
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	-357.287	-229.518
6.01.02.03	Títulos de créditos a receber	-2.720	21.053
6.01.02.04	Estoques	-7.113	-9.338
6.01.02.05	Tributos a recuperar	262.302	70.621
6.01.02.06	Cauções, depósitos vinculados e judiciais	-30.326	-13.502
6.01.02.09	Outros créditos a receber	-124.973	-129.554
6.01.02.11	Fornecedores	-48.455	58.347
6.01.02.12	Impostos e contribuições sociais	295.916	149.415
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-197.828	-255.876
6.01.02.14	Obrigações estimadas	22.888	21.969
6.01.02.16	Passivos financeiros setoriais	-413.058	-363.597
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-55.729	-34.739
6.01.02.18	Outras contas a pagar	115.432	-43.301
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.619.621	-1.093.367
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-45.251	-74.177
6.02.03	Aplicações no intangível	-1.232.225	-1.210.158
6.02.06	Aplicação financeira e recursos vinculadas	-1.276.281	236.130
6.02.08	Alienação de bens do imobilizado e intangível	10.478	12.543
6.02.09	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-54.516	-57.705
6.02.10	Pagamentos pela combinação de negócios	-21.826	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	575.988	-292.773

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	3.050.227	2.635.289
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	-753.554	-1.338.733
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-1.022.637	-565.452
6.03.05	(Pagamento) recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-505.966	203.979
6.03.06	Pagamento de dividendos	-133.120	-1.116.144
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-49.988	-58.603
6.03.12	Parcelamento de impostos	-126	-307
6.03.14	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-8.848	-52.802
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-245.584	85.890
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.386.005	899.139
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.140.421	985.029

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	10.876.550	2.473.271	5.891.267	0	-42.669	19.198.419	1.986.125	21.184.544
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.876.550	2.473.271	5.891.267	0	-42.669	19.198.419	1.986.125	21.184.544
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.360	0	0	0	-9.360	-113.943	-123.303
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	6.541	0	0	0	6.541	510	7.051
5.04.09	Transações com investimentos	0	-15.901	0	0	0	-15.901	23.479	7.578
5.04.11	Pagamento dividendos adicionais propostos	0	0	0	0	0	0	-137.932	-137.932
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	465.627	-492	465.135	109.142	574.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	465.627	0	465.627	109.143	574.770
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-492	-492	-1	-493
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	10.876.550	2.463.911	5.891.267	465.627	-43.161	19.654.194	1.981.324	21.635.518

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.540.743	1.024.657	8.781.383	0	-67.285	17.279.498	4.863.724	22.143.222
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.540.743	1.024.657	8.781.383	0	-67.285	17.279.498	4.863.724	22.143.222
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.526	-68.940	0	0	-66.414	-274.989	-341.403
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	4.440	0	0	0	4.440	783	5.223
5.04.10	Transações com investimentos	0	-1.914	-5.301	0	0	-7.215	-3.058	-10.273
5.04.11	Pagamento dividendos adicionais propostos	0	0	-63.639	0	0	-63.639	-272.714	-336.353
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	775.736	477	776.213	250.980	1.027.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	775.736	0	775.736	250.979	1.026.715
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	477	477	1	478
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.540.743	1.027.183	8.712.443	775.736	-66.808	17.989.297	4.839.715	22.829.012

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	12.402.617	11.332.035
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.203.030	10.285.237
7.01.02	Outras Receitas	15.342	13.106
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.339.945	1.167.461
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-155.700	-133.769
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.376.425	-5.727.156
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.610.415	-4.026.131
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-323.447	-325.660
7.02.04	Outros	-1.442.563	-1.375.365
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.026.192	5.604.879
7.04	Retenções	-569.082	-515.852
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-569.082	-515.852
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.457.110	5.089.027
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	641.047	626.705
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.378	30.472
7.06.02	Receitas Financeiras	601.669	596.233
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.098.157	5.715.732
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.098.157	5.715.732
7.08.01	Pessoal	441.972	422.262
7.08.01.01	Remuneração Direta	280.107	274.241
7.08.01.02	Benefícios	130.757	120.139
7.08.01.03	F.G.T.S.	31.108	27.882
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.469.260	3.076.721
7.08.02.01	Federais	1.953.056	1.674.382
7.08.02.02	Estaduais	1.501.317	1.389.044
7.08.02.03	Municipais	14.887	13.295
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.612.155	1.190.034
7.08.03.01	Juros	1.608.719	1.183.008
7.08.03.02	Aluguéis	3.436	7.026
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	574.770	1.026.715
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	465.627	775.736
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	109.143	250.979

Comentário do Desempenho

GRUPO ENERGISA S/A RESULTADOS 1º. TRIMESTRE DE 2026

Cataguases, 11 de maio de 2026 – A administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre (1T26) de 2026. Os valores estão expressos em reais mil (R\$ mil) e as informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.



Comentário do Desempenho

Destaques 1T26

 EBITDA ajustado recorrente R\$ 1.981 milhões +6,6% PMSO R\$ 893 milhões +1,6%	 Margem Bruta por Combinação (100% da Margem Bruta das CDLs) R\$ 230 milhões +19% EBITDA Composto (100% do EBITDA das CDLs) R\$ 174 milhões +47% Resultado de Equivalência Patrimonial R\$ 39 milhões +29% 
 EBITDA ajustado combinado recorrente R\$ 1.712 milhões +7,3% Venda de Energia mercado cativo + TUSD + energia compensada GD II/III 11.037 GWh +3,5% PMSO R\$ 797 milhões +1,5%	 Geração Distribuída PMSO R\$ 29 milhões -3,7% EBITDA R\$ 47 milhões +8,4% Capacidade Instalada 473 MWp Usinas Solares 126 9 estados
 EBITDA Regulatório R\$ 170 milhões +6,7% Margem EBITDA Regulatório 87% +1,9 p.p	 Receita Total R\$ 12 milhões +64,1% PMSO R\$ 7 milhões -18,3% Lucro Líquido R\$ 8 milhões -10%
 Prêmio Aneel de Satisfação do Consumidor Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) Norte - Energisa Tocantins Centro-Oeste (+ 500 mil UCs) - Energisa Mato Grosso do Sul Brasil (+ de 500 mil UCs) Categoria Principal - Energisa Paraíba 	

Comentário do Desempenho

Descrição	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Indicadores Financeiros – R\$ milhões				
Receita operacional bruta	12.525	11.442	+ 9,5	+ 1.083,5
Receita líquida ajustada ⁽¹⁾	7.355	6.832	+ 7,6	+ 522,1
PMSO	893	879	+ 1,6	+ 13,7
EBITDA ajustado recorrente ⁽²⁾	1.981	1.858	+ 6,6	+ 122,6
EBITDA ajustado covenants ⁽³⁾	2.534	2.557	- 0,9	- 22,2
Margem EBITDA ajustado covenants (%)	28	30	- 2,2 p.p.	-
Resultado financeiro	(1.030)	(614)	+ 67,8	(416,2)
Lucro líquido consolidado ajustado recorrente ⁽⁴⁾	207	390	- 46,9	- 183,0
Lucro líquido da controladora	466	776	- 40,0	- 310,1
Investimentos	1.553,1	1.327,7	+ 17,0	+ 225,5
Endividamento líquido ⁽⁵⁾	33.258	26.219	+ 26,8	+ 7.039
Dívida Líquida/EBITDA ajustado covenants 12 meses	3,5	3,0	+14,5	+ 0,4

1) Considera receita líquida consolidada descontado do VNR e da receita de construção das distribuidoras, da receita societária da transmissão e com adição da receita regulatória da transmissão; 2) EBITDA Ajustado Recorrente descontado do VNR da distribuição, do EBITDA societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes, e com adição do EBITDA regulatório da transmissão; 3) EBITDA Ajustado Covenants com adição das rubricas de entidade de previdência privada, baixa de ativos e receitas de acréscimos moratórios; 4) Lucro líquido descontado do VNR da distribuição, do lucro líquido societário da transmissão e dos efeitos não caixa e não recorrentes e com adição do lucro líquido regulatório da transmissão. 5) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA).



As informações deste release e seu detalhamento estão disponíveis em Excel na Base Histórica de Informações do Grupo Energisa

Para acessá-la, [clique aqui](#)

Dúvidas podem ser direcionadas para ri@energisa.com.br

Comentário do Desempenho

- No 1T26, o resultado do Grupo Energisa está afetado pelos seguintes **efeitos não recorrentes e/ou não-caixa**:

Itens que impactam EBITDA no trimestre:

- **Marcação a mercado ECOM: R\$ 34 milhões** de efeito positivo não-caixa referente a marcação da carteira da Energisa Comercializadora, com impacto no trimestre;

Itens que impactam Lucro no trimestre:

- **Marcação a mercado Call EPNE: R\$ 41 milhões** de efeito positivo em função do cálculo da marcação a mercado da opção de compra de ações da subsidiária EPNE;

Comentário do Desempenho

Índice

1. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA	6
1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa	7
1.1.1 Reorganização societária	8
1.1.2 Mercado de capitais	9
2. ENERGISA CONSOLIDADA	10
2.1 Receita operacional líquida	10
2.2 Custos e despesas operacionais controláveis	11
2.3 EBITDA	13
2.4 Resultado financeiro	14
2.5 Lucro líquido do período	15
2.6 Estrutura de capital	16
2.6.1 Operações financeiras	16
2.6.2 Opções de compra de participações minoritárias	16
2.6.3 Caixa e endividamento	16
2.7 Ratings	19
2.8 Investimentos	19
3. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	20
3.1 Receita operacional	20
3.1.1 Mercado de energia	21
3.1.2 Perdas de energia elétrica	21
3.1.3 Gestão da inadimplência	22
3.1.3.1 Taxa de arrecadação	22
3.1.3.2 Taxa de inadimplência	23
3.1.3.3 Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição – DEC e FEC	24
3.1.4 Conta de compensação dos valores da Parcela A (CVA)	25
3.1.5 Revisões e reajustes tarifários	25
3.1.6 Base de remuneração regulatória	25
3.1.7 Parcela B	26
3.2 Custos e despesas operacionais	27
3.2.1 Custos e despesas operacionais controláveis	27
3.2.2 Demais despesas operacionais	28
3.3 EBITDA	29
3.4 Lucro líquido do período	29
4. TRANSMISSÃO	30
4.1 Resultados econômico-financeiros consolidado – Societário x Regulatório	30
5. (RE)ENERGISA	31
5.1 Geração distribuída	31
5.2 Comercialização de energia elétrica	32
5.3 Serviços de valor agregado	34
6. GERAÇÃO CENTRALIZADA	34
7. VOLTZ	35
8. DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	36
8.1 Visão geral	36
8.2 Resumo participações direta e indireta	36
8.3 Informações Financeiras	36

Comentário do Desempenho

9. EVENTOS SUBSEQUENTES 38

9.1 Bandeiras tarifárias 38

9.2 Reajuste Tarifário..... 38

9.3 Assinatura de memorando de entendimentos para subscrição e integralização de ações da Denerge pelo Itaú Unibanco. 38

9.4 Pagamento de dividendos - controladas 38

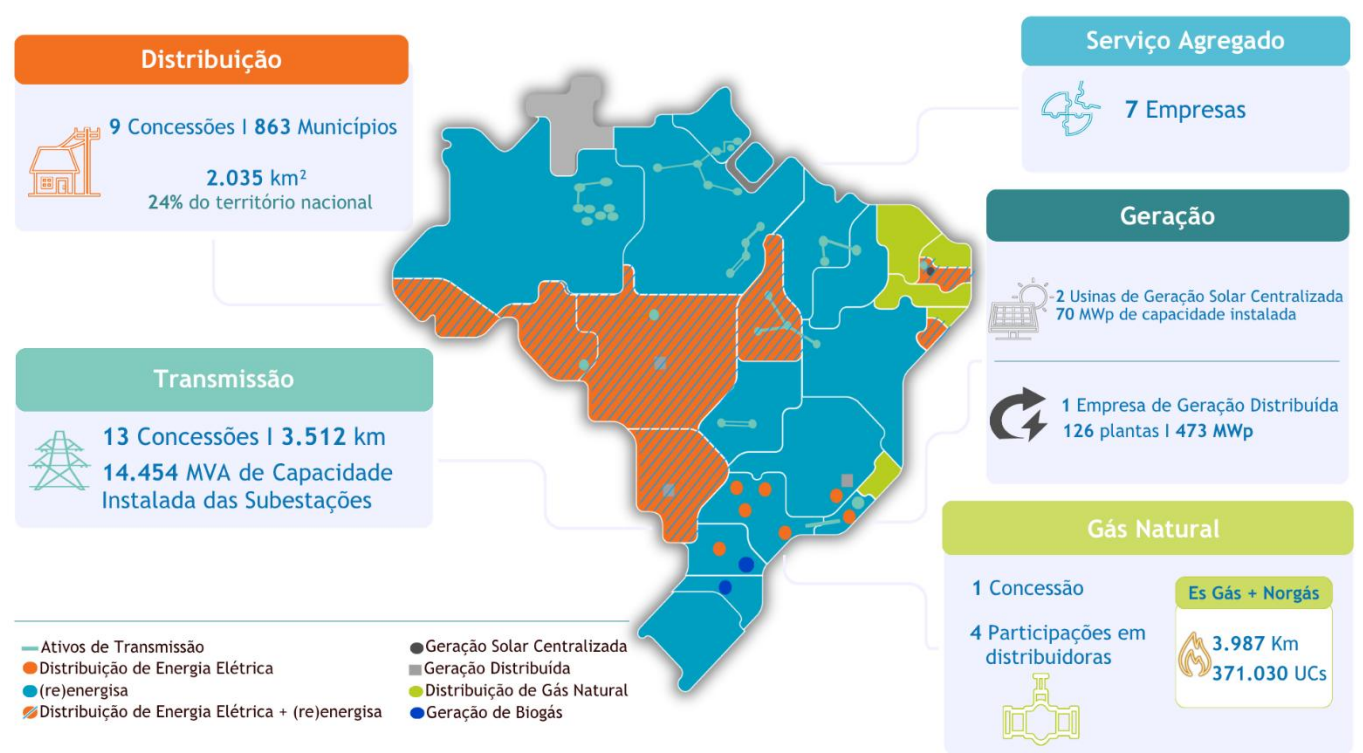
Comentário do Desempenho

1. PERFIL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Grupo Energisa completou 121 anos em 26 de fevereiro de 2026 e conta com mais de 18 mil colaboradores próprios para atender a 9,4 milhões de clientes de eletricidade e gás natural. Oferecemos ao mercado um completo ecossistema de soluções energéticas inovadoras para atender às necessidades de todos os perfis de clientes ao redor do Brasil.

O Grupo Energisa atua nos seguintes segmentos: distribuição de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, geração centralizada e distribuída, distribuição de gás natural, bio-soluções e serviços elétricos de valor agregado.

Mais detalhes sobre o Grupo Energisa podem ser consultados no Formulário de Referência, [clique no link](#).

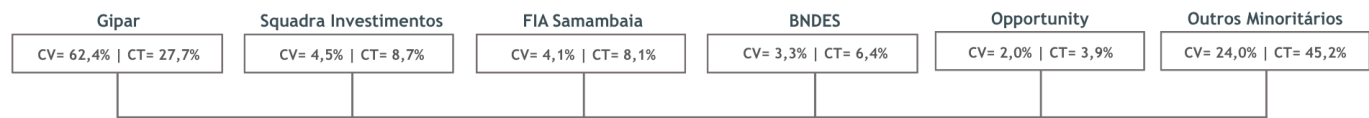


Comentário do Desempenho

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units - certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



Distribuição de energia elétrica

EMR ⁽¹⁾	ESE ⁽¹⁾	EAC ⁽¹⁾	ERO ⁽¹⁾	EPB ⁽²⁾	ETO ⁽²⁾	ESS ⁽²⁾	EMS ⁽²⁾	EMT ⁽²⁾
100%	100%	99,7%	99,5%	76,3%	76,5%	99,0%	99,7%	97,5%

Transmissão

EPA I ⁽²⁾	EPA II ⁽²⁾	EAM I ⁽²⁾	EAP ⁽²⁾	EGO I ⁽²⁾
100%	100%	100%	100%	100%
ETT I ⁽²⁾	ETT II ⁽²⁾	EPT ⁽²⁾	Gemini ⁽²⁾	EAM II ⁽²⁾
100%	100%	100%	100%	100%
EMA I ⁽²⁾				
100%				

(re)energisa

Comercialização	Serviços	Geração Distribuída
ECOM ⁽¹⁾	ESOL ⁽¹⁾	Alsol ⁽¹⁾
100%	100%	89,7%

Holding e outros

Rede ⁽²⁾	Denerge ⁽¹⁾	EPNE ⁽¹⁾	Nova Denerge ⁽²⁾
99,8%	99,9%	76,3%	99,9%
Multi ⁽²⁾	Voltz ⁽¹⁾	Outros	
99,8%	100%		

Negócios de Gás e Bio Soluções

ES Gás ⁽²⁾	Norgás ⁽²⁾	AGRIC ⁽²⁾
100%	51,0%	83,3%
Lurean ⁽²⁾		
52,0%		

CV - Capital Votante | CT - Capital Total

As participações demonstradas no quadro são diretas ⁽¹⁾ ou indiretas ⁽²⁾ da Energisa S.A.

Squadra Investimentos e FIA Samambaia – posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

Outros minoritários – posição acionária incluindo ações em tesouraria.

A Energisa Participações Nordeste S.A possui participação direta de 100% na EPB.

A holding Gemini Energy S/A detém o controle acionário das transmissoras:

- 100% da Linhas de Itacaiúnas de Transmissora de Energia Ltda;
- 100% das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A;
- 85,0% das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A; e
- 83,3% das Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

A empresa Norgás detém investimento minoritário nas seguintes distribuidoras de gás:

- 29,4% da Cegás;
- 29,4% da Algás;
- 41,5% da Copergás; e
- 83,0% da Potigas.

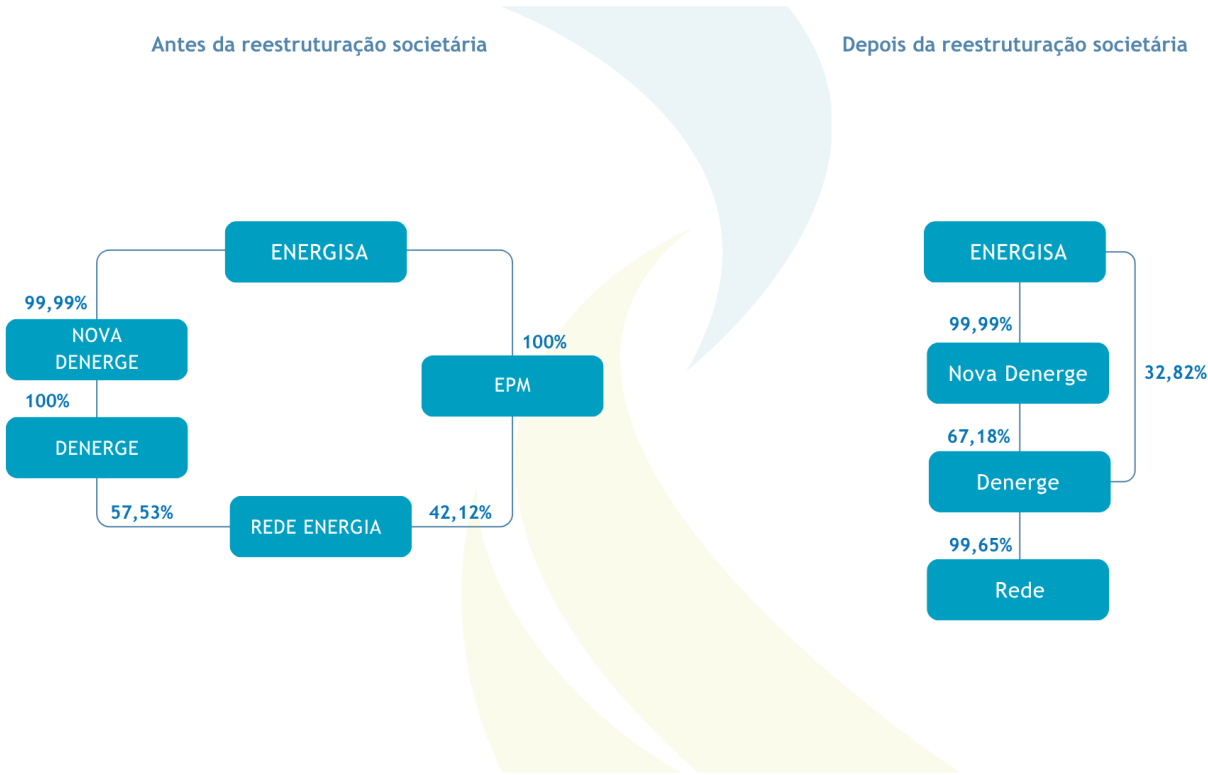
Dados de 30/04/2026

Comentário do Desempenho

1.1.1 Reorganização societária

Em 01 de abril de 2026, o Grupo Energisa aprovou a incorporação da Energisa Participações Minoritárias S.A. ("EPM") pela Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.("Denerge"), no âmbito da reorganização societária do grupo. A operação tem como objetivo simplificar a estrutura societária e aumentar a eficiência operacional e de governança.

Com a incorporação, a EPM foi extinta, e a Denerge passou a sucedê-la integralmente em seus direitos e obrigações. A Energisa passou a figurar como acionista da Denerge, consolidando os ativos anteriormente detidos pela EPM.



Para maiores detalhes, acessar o Fato Relevante – [clique no link](#)

Comentário do Desempenho

1.1.2 Mercado de capitais

Negociada na B3, a ação de maior liquidez da Energisa, ENGI11 – Unit, composta por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais, encerrou março de 2026 cotada a R\$ 57,71 por Unit, representando uma valorização de 58,7% no valor de mercado da Companhia em relação ao mesmo período do ano anterior e acima da valorização do Ibovespa (+43,9%). O volume financeiro médio diário das transações da ENGI11 foi de R\$ 133 milhões.

A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do trimestre:

	1T26 ⁽⁴⁾	1T25	Variação
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV – R\$ milhões) ⁽¹⁾	62.326	44.585	+ 39,8%
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	29.065	18.315	+ 58,7%
Volume médio diário negociado UDM – Units (R\$ milhões)	133	132	+ 0,3%
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R\$/Unit)	57,71	40,00	+ 44,3%
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	13,59	11,73	+ 15,8%
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	9,55	7,10	+ 34,5%
Dividendos pagos por Unit – UDM	3,60	2,90	+ 24,4%
Lucro líquido por Unit – UDM	7,70	13,00	- 40,8%
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) – UDM % ⁽³⁾	53,3%	-4,1%	+ 57,3 p.p.
Valor de mercado / patrimônio líquido (vezes)	1,48	0,83	+ 78,0%

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada.

(2) O Lucro Líquido utilizado na construção do indicador Lucro Líquido por Unit é o Lucro líquido societário.

(3) TSR é calculado com base em cotações ajustadas por proventos.

(4) Proforma: considerando o efeito da bonificação de ações, na proporção de 1:10 Units, foi realizado o ajuste no 1T26 para fins de comparabilidade. Para maiores detalhes, acessar o Fato Relevante e Aviso aos Acionistas – [clique no link](#)

Comentário do Desempenho

2. ENERGISA CONSOLIDADA

2.1 Receita operacional líquida

A seguir, as receitas operacionais líquidas por linha de negócio antes das eliminações intercompanhia e combinação de negócios:

Receita líquida por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
➤ Distribuição de energia elétrica	7.998	7.494	+ 6,7	+ 503,8
➤ Transmissão de energia elétrica	312	369	- 15,4	- 56,7
➤ (re) energisa	605	454	+ 33,3	+ 151,3
• Geração distribuída	93	88	+ 6,2	+ 5,4
• Comercialização de energia elétrica ⁽¹⁾	461	320	+ 43,9	+ 140,5
• Serviços de valor agregado	51	46	+ 11,9	+ 5,5
➤ Distribuição de gás natural	137	157	- 12,9	- 20,3
➤ Holdings e outros	142	127	+ 12,5	+ 15,8
(=) Total	9.194	8.600	+ 6,9	+ 593,9
Eliminações <i>intercompany</i> e combinação de negócios	(199)	(191)	+ 4,4	- 8,3
(=) Receita líquida consolidada	8.995	8.410	+ 7,0	+ 585,6
(-) Receita de construção ⁽²⁾	(1.605)	(1.488)	+ 7,9	- 117,2
(=) Receita líquida consolidada, sem receita de construção da infraestrutura	7.390	6.922	+ 6,8	+ 468,4

⁽¹⁾ Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados do 1T25 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

⁽²⁾ Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção + remuneração do ativo de contrato (transmissão de energia elétrica).

Principais destaques:

- No 1T26, no segmento de Distribuição de Energia Elétrica, a receita líquida ajustada, sem VNR e sem receita de construção, cresceu +6,2% alcançando R\$ 6.474 milhões, reflexo do aumento da receita de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) (+R\$ 299 milhões), da receita de subvenções tarifárias (+ R\$ 277 milhões) e dos ativos/passivos setoriais (+ R\$ 291 milhões). Maiores detalhes seção 3.
- No segmento de Transmissão, o resultado societário reduziu 15,4% explicado, principalmente, pela redução da receita de construção em função da menor realização de investimentos nos projetos energizados Energisa Amazonas e Energisa Amazonas II, além da redução na receita de remuneração de ativos devido explicada pelas amortizações incorridas entre os períodos. Maiores detalhes na seção 4.
- O aumento de 33,3% na receita da (re)energisa no 1T26 foi impulsionado em todos os segmentos sendo + R\$ 140 milhões pela Comercializadora, +R\$ 6 milhões no segmento de serviços de valor agregado e +R\$ 5 milhões no segmento de geração distribuída. Maiores detalhes na seção 5.
- No segmento de Distribuição de Gás, o somatório das unidades ES Gás e companhias investidas pela Norgás apresentou receita líquida de R\$ 735 milhões representando redução de 14,1%. A comparação ao mesmo período de 2025 é reflexo da diminuição do volume total distribuído em função da migração de clientes para o mercado livre de gás, notadamente na ES Gás. Destaca-se que a migração para o mercado livre tem contrapartida na redução do custo do gás e não afeta a margem bruta da distribuidora. A margem bruta do segmento totalizou R\$ 230 milhões, evolução de 19%. Maiores detalhes na seção 8.
- Na Holding e Outros, o aumento de 12,5% (R\$ 16 milhões) na comparação com o mesmo período de 2025 foi devido, principalmente, ao crescimento da prestação de serviços do CSE e TI (+R\$ 4 milhões) e aumento da receita da MultiEnergisa (+R\$ 2 milhões), sendo essas receitas intercompany eliminadas no consolidado. A Voltz agregou R\$ 5 milhões em receitas adicionais e as operações da Biogás acrescentaram o total de R\$ 6 milhões.

Comentário do Desempenho

2.2 Custos e despesas operacionais controláveis

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais consolidados da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
1 Custos e despesas não controláveis	4.197	3.671	+ 14,3	+ 525,8
1.1 Custo energia elétrica e transporte ⁽¹⁾	4.151	3.589	+ 15,7	+ 562,5
1.2 Custo do gás e transporte	46	82	- 44,6	- 36,7
2 Custos e Despesas controláveis	1.093	1.052	+ 3,9	+ 41,2
2.1 PMSO	893	879	+ 1,6	+ 13,7
2.2 Provisões/Reversões	200	173	+ 15,9	+ 27,5
2.2.1 Contingências	45	39	+ 14,2	+ 5,5
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	156	134	+ 16,4	+ 21,9
3 Demais receitas/despesas	605	651	- 7,1	- 46,3
3.1 Amortização e depreciação	569	516	+ 10,3	+ 53,2
3.2 Outras receitas/despesas	35	135	- 73,7	- 99,5
Total (sem custo de construção da infraestrutura)	5.895	5.374	+ 9,7	+ 520,7
Custo de construção da infraestrutura	1.321	1.154	+ 14,4	+ 166,3
Total (com custo de construção da infraestrutura)	7.216	6.528	+ 10,5	+ 687,1

(1) Considera os valores de compra de energia elétrica das distribuidoras, comercializadora e efeitos de eliminação.

Abaixo apresentamos o PMSO, que compõe os custos controláveis, detalhado por linha de negócio:

PMSO por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
➤ Distribuição de energia elétrica ⁽¹⁾	797	785	+ 1,5	+ 11,5
➤ Transmissão de energia elétrica	29	31	- 6,9	- 2,1
➤ (re) energisa	83	82	+ 1,0	+ 0,8
• Geração distribuída	29	30	- 3,6	- 1,1
• Comercialização de energia elétrica ⁽²⁾	9	10	- 8,9	- 0,9
• Serviços de valor agregado	45	42	+ 6,7	+ 2,8
➤ Distribuição de gás natural	17	18	- 7,5	- 1,4
➤ Holdings e outros	127	121	+ 4,9	+ 6,0
(=) Total	1.053	1.038	1,4	14,8
Eliminações intercompany	(160)	(158)	+ 0,7	- 1,1
(=) Energisa consolidada	893	879	+ 1,6	+ 13,7

(1) Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#)

(2) Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados do 1T25 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

No trimestre, o PMSO consolidado totalizou R\$ 893 milhões registrou, aumento de 1,6% na comparação com o 1T25, e abaixo da inflação para o período (IPCA: 4,14%) impulsionado pelos segmentos de distribuição de gás (-7,5%), transmissão (-6,9%), distribuição de energia elétrica (+1,5%) e (re)energisa (+1,0%). O PMSO consolidado vem performando abaixo da inflação nos últimos 5 trimestres consecutivos.

Comentário do Desempenho

PMSO Regulatório Transmissão Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
➤ Transmissão de energia elétrica - Regulatório	29	28	+ 3,8	+ 1,0

PMSO Consolidado (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

PMSO Consolidado	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Pessoal e benefício pós-emprego	531	508	+ 4,4	+ 22,3
Material	80	83	- 3,0	- 2,5
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	235	235	- 0,1	- 0,2
Outras	48	54	- 11,2	- 6,0
• Penalidades contratuais e regulatórias	0	0	- 2,2	- 0,0
• Outros	47	53	- 11,3	- 6,0
Total PMSO consolidado	893	879	+ 1,6	+ 13,7

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ Pessoal e Benefício Pós Emprego

As despesas de pessoal totalizaram R\$ 531 milhões, aumento de 4,4% (R\$ 22 milhões), impulsionada principalmente pelo segmento de distribuição de gás (+36,8%), de distribuição de energia elétrica (+3,5%), de transmissão (2,9%) e na (re) Energisa (3,4%), decorrentes de acordos coletivos e reajustes de 2025, além do maior custo de rescisão e despesas com horas extras.

✓ Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 235 milhões no 1T26, praticamente em linha com o 1T25.

✓ Outros

No 1T26, a linha de Outros reduziu de 11,2% (-R\$ 6,1 milhões) em relação ao 1T25 totalizando R\$ 48 milhões, com destaque para a redução na receita de reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que foi R\$ 14,8 milhões menor que o período anterior devido ao ajuste metodológico conforme Resolução Normativa da ANEEL nº 1.141, de dezembro de 2025, no preço de referência de O&M para a fonte fotovoltaica, para adequá-lo aos custos atuais da tecnologia em comparação aos valores indexados anteriormente.

Demais despesas operacionais

Demais despesas Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Provisões/Reversões	200	173	+ 15,9	+ 27,5
Contingências	45	39	+ 14,2	+ 5,5
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	156	134	+ 16,4	+ 21,9
Demais receitas/despesas	605	548	+ 10,4	+ 56,7
Amortização e depreciação	569	516	+ 10,3	+ 53,2
Outras receitas/despesas	35	135	- 73,7	- 99,5
Total combinado	805	721	+ 11,7	+ 84,2

Comentário do Desempenho

Provisões/Reversões

Contingências

No 1T26 a rubrica de provisões/reversões registrou R\$ 45 milhões, frente R\$ 39 milhões no 1T25, que representou aumento marginal de R\$ 5 milhões, resultado principalmente da adequação de risco envolvida nos processos em andamento. No mesmo período, houve redução no provisionamento das empresas: ESE (R\$ 0,6 mil); ESS (R\$ 2 milhões); EPB (R\$ 2 milhões) e ERO (R\$ 2 milhões), alavancada pela combinação entre menor volume e menor provisionamento dos novos processos entrantes. Esses movimentos reforçam a tendência de melhoria estrutural na gestão do passivo judicial do grupo.

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")

No 1T26, a PPECLD foi de R\$ 156 milhões, representando aumento de 16,4% (R\$ 22 milhões), quando comparado com o 1T25, reflexo do aumento do PPECLD das distribuidoras (+16,6%) no trimestre. Para maiores informações, recorrer ao item 3.1.3.2 deste relatório.

Outras receitas/despesas

No 1T26, as outras despesas líquidas totalizaram R\$ 35 milhões, uma redução de R\$ 100 milhões em comparação ao período anterior. O desempenho reflete, majoritariamente, a receita de MTM da Energisa Comercializadora (sem efeito caixa), fruto da mudança estratégica focada em operações estruturadas com melhor relação risco-retorno, atendimento ao consumidor final e maior geração de valor operacional.

2.3 EBITDA

O EBITDA ajustado recorrente alcançou R\$ 1.981 milhões, resultado 6,6% superior ao 1T25 devido ao aumento da receita líquida de 7,0% principalmente na (re) energisa, transmissão regulatória, distribuição de gás e holding e outros.

O EBITDA contábil totalizou R\$ 2.349 milhões no 1T26, redução de 2,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

EBITDA por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Ø Distribuição de energia elétrica	1.971	2.073	- 4,9	- 101,8
Ø Transmissão de energia elétrica	246	296	- 16,8	- 49,7
Ø (re) energisa	64	(11)	-	+ 74,9
• Geração distribuída	47	43	+ 8,4	+ 3,6
• Comercialização de energia elétrica ⁽¹⁾	11	(58)	-	+ 68,1
• Serviços de valor agregado	6	3	+ 105,1	+ 3,2
Ø Distribuição de gás natural	58	39	+ 48,7	+ 19,0
Ø Holdings e outros	12	2	+ 579,1	+ 10,5
Eliminações intercompany e combinação de negócios	(2)	(1)	+ 104,6	- 1,1
(=) EBITDA	2.349	2.397	- 2,0	- 48,2
(+) Ajustes para cálculo de covenants	186	160	+ 16,3	+ 26,0
(=) EBITDA ajustado covenants ⁽²⁾	2.534	2.557	- 0,9	- 22,2

⁽¹⁾ Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados do 1T25 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

⁽²⁾ EBITDA com adição das rubricas de entidade de previdência privada, baixa de ativos e receitas de acréscimos moratórios.

O EBITDA ajustado recorrente, quando ajustado pelo resultado pela equivalência patrimonial da Norgás de R\$ 39 milhões, atingiu R\$ 2.020 milhões, com crescimento de 6,9% na comparação com o 1T25 (R\$ 1.889 milhões), refletindo a melhora do desempenho das investidas. Esse movimento também se traduz na expansão da margem bruta por combinação das concessões, que cresce 19%, sustentada por ganhos operacionais e maior eficiência na gestão.

Comentário do Desempenho

Descrição Valores em R\$ milhões				
	1T26	1T25	Var. %	Var. %
(=) EBITDA	2.349	2.397	- 2,0	- 48,2
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	(259)	(301)	- 13,9	+ 41,7
(-) EBITDA societário transmissoras	(246)	(296)	- 16,8	+ 49,7
(+) EBITDA regulatório transmissoras	170	160	+ 6,7	+ 10,7
(=) EBITDA ajustado	2.014	1.960	+ 2,7	+ 53,8
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários	(34)	(103)	- 67,1	+ 68,8
Provisão RTE da ERO	-	(177)	-	+ 176,9
Marcação a Mercado ECOM	(34)	74	-	- 108,1
(=) EBITDA ajustado recorrente	1.981	1.858	+ 6,6	+ 122,6

2.4 Resultado financeiro

R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Receitas financeiras	561	558	+ 0,5	+ 2,8
Receita de aplicações financeiras	341	253	+ 34,9	+ 88,2
Outras receitas financeiras	220	305	- 28,0	- 85,4
Despesas financeiras	(1.591)	(1.172)	+ 35,8	- 419,0
Encargos de dívidas - Juros	(1.051)	(805)	+ 30,6	- 246,5
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(55)	256	-	- 311,0
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(445)	(687)	- 35,2	+ 241,6
Marcação a mercado derivativos	(1.246)	457	-	- 1.702,9
✓ Marcação de Swap	(1.299)	303	-	- 1.601,9
✓ MTM Opção de compra (EPNE)	53	38	+ 39,8	+ 15,1
✓ MTM Opção de compra (EPM)	-	116	-	- 115,9
Marcação a mercado da dívida	1.283	(271)	-	+ 1.553,3
Outras despesas financeiras	(76)	(123)	- 38,0	+ 46,5
Resultado financeiro	(1.030)	(614)	+ 67,8	- 416,2

No 1T26, a Companhia registrou despesa financeira líquida de R\$ 1.030 milhões, representando aumento de 67,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da evolução da dívida líquida que apresentou crescimento de 33,1% frente ao registrado em dezembro de 2025, enquanto o custo médio da dívida de março de 2026 atingiu 14,0% a.a., o que representa um acréscimo de 46 bps em comparação ao verificado em março de 2025 (13,5% a.a.).

Comentário do Desempenho

2.5 Lucro líquido do período

No trimestre, o lucro líquido consolidado do período, antes da participação dos minoritários, foi de R\$ 575 milhões, queda de R\$ 452 milhões ou -44,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro líquido da Controladora no trimestre foi de R\$ 466 milhões, 40,0% menor ao registrado no 1T26. Este desempenho reflete, majoritariamente, o aumento das despesas financeiras líquidas, que passaram de R\$ 614 milhões para R\$ 1.030 milhões (+67,8%), explicada pela evolução de 33,1% no saldo da dívida líquida (vs. dez/25) e pelo incremento no custo médio da dívida.

A participação dos minoritários foi de R\$ 109,0 milhões no 1T26, redução de 56,6% no comparativo com o respectivo período de 2025, devido à aquisição, pela Energisa, de participação minoritária anteriormente detida por terceiros na EPM, ocorrida em dezembro de 2025.

A equivalência patrimonial dos negócios de gás, que reflete o desempenho das distribuidoras da Norgás, totalizou R\$ 39 milhões no 1T26, alta de 29% frente ao 1T25, impulsionado pelo volume da Copergás, pela nova margem regulatória da Potigás e pela eficiência em custos e reversão de provisões na Cegás. Esses avanços consolidam a trajetória positiva das investidas no resultado do Grupo Energisa.

Lucro líquido do período por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
➤ Distribuição de energia elétrica	652	981	- 33,6	- 329,5
➤ Transmissão de energia elétrica	101	157	- 35,8	- 56,3
➤ (re) energisa	(17)	(51)	- 65,9	+ 33,7
· Geração distribuída	(25)	(13)	+ 96,9	- 12,2
· Comercialização de energia elétrica ⁽¹⁾	4	(39)	-	+ 43,2
· Serviços de valor agregado	3	0	+ 805,2	+ 2,8
➤ Distribuição de gás natural	13	(0)	-	+ 12,7
➤ Holdings e outros	(114)	39	-	- 153,9
Combinação de negócios	(58)	(100)	- 41,4	+ 41,3
(=) Lucro líquido consolidado do período	575	1.027	- 44,0	- 451,9
Margem lucro líquido (%)	6	12	- 5,8 p.p.	-
Lucro líquido da Controladora	466	776	- 40,0	- 310,1

⁽¹⁾ Considera o resultado da Clarke na Comercializadora a partir do 2T25, antes contabilizado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados do 1T25 não impactando o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas na demonstração de resultados.

A seguir, a composição dos efeitos não recorrentes e não caixa no trimestre, líquidos de impostos da Companhia:

Valores em R\$ milhões Lucro líquido	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido consolidado do período	575	1.027	- 44,0	- 451,9
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR - Distribuição)	(207)	(238)	- 12,9	+ 30,7
(-) Lucro/Prejuízo líquido societário - Transmissoras	(101)	(157)	- 35,8	+ 56,3
(+) Lucro/Prejuízo líquido regulatório - Transmissoras	3	12	- 71,7	- 8,4
(=) Lucro líquido do período ajustado	270	644	- 58,0	- 373,4
Efeitos não recorrentes	(63)	(253)	- 75,2	+ 190,3
Marcação a Mercado Call EPNE	(41)	(117)	- 65,3	+ 76,6
Marcação a Mercado ECOM	(22)	49	-	- 71,3
Provisão RTE ERO	-	(185)	-	+ 185,0
(=) Lucro líquido do período ajustado recorrente	207	390	- 46,9	- 183,0
Margem lucro líquido (%)	2	5	- 2,3 p.p.	- 2,3

Comentário do Desempenho

2.6 Estrutura de capital

2.6.1 Operações financeiras

As captações de financiamento pelo Grupo Energisa totalizaram R\$ 3.121 milhões no 1T26, com custo médio de 97,8% do CDI.

Ao longo dos últimos anos, a controladora Energisa S.A. emitiu debêntures de infraestrutura, através da Lei 12.431, para financiar os investimentos de suas distribuidoras. Os recursos foram repassados para as subsidiárias através de debêntures espelho, com distribuição privada, cujos detalhes estão disponíveis no [anexo A.4](#).

Abaixo as captações por companhia e tipo de emissão no acumulado de 2026:

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (% CDI a.a.)	Vencimentos (anos)
AGRIC, ECOM e LUREAN	Lei 4.131	147,00	103,44%	1 e 2
EAC, EMT, EPB, ESE e ETO	Debêntures Incentivadas	2.830,00	97,51%	10, 15 e 20
EMS	FINEM	144,00	97,95%	Em até 16
Total		3.121,00	97,81%	-

2.6.2 Opções de compra de participações minoritárias

A companhia detém opções de compra de participações minoritárias com valor atualizado equivalente a R\$ 858,5 milhões na Energisa Participações Nordeste (EPNE).

No dia 20 de abril de 2026, a Energisa e suas subsidiárias (Rede Energia, EMS, ESS e EMT) celebraram um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Itaú Unibanco para aquisição da totalidade das ações preferenciais da Denerge no valor estimado de R\$ 1,4 bilhão. O banco terá participação minoritária direta na Denerge e indireta em suas subsidiárias (Rede Energia, EMS, EMT, ESS e ETO). A operação está sujeita a condições precedentes, incluindo aprovação do CADE, e nos próximos passos serão negociados acordos de investimento e acordo de acionistas. A transação objetiva fortalecer a capacidade financeira e robustecer a estrutura de capital da Energisa. Maiores detalhes no [Fato relevante](#) disponível no site de Relações com Investidores.

Maiores detalhes nas notas explicativas nº 15 e 32 e disponíveis em [Planilhas Interativas - Energisa](#).

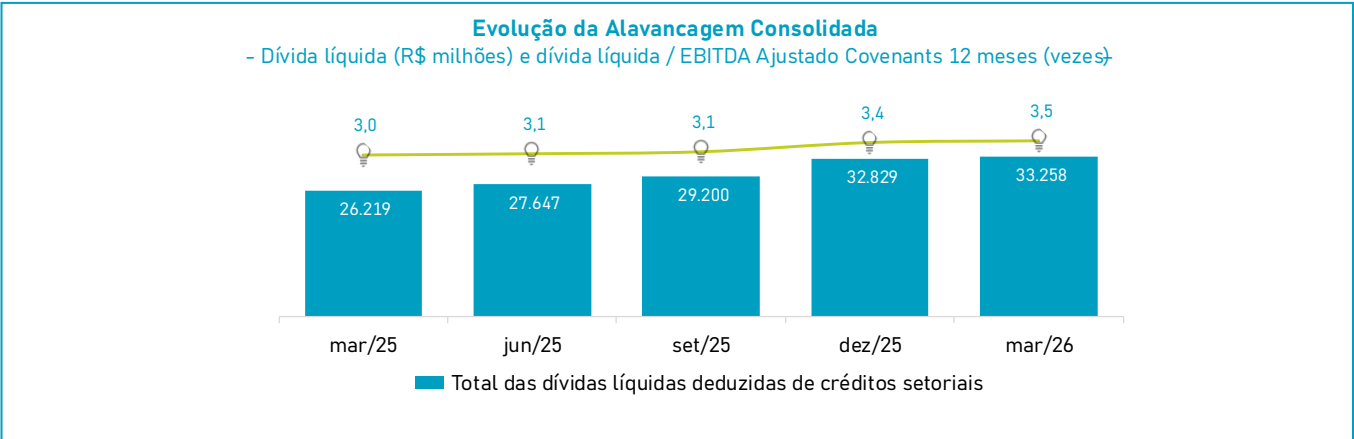
2.6.3 Caixa e endividamento

Em 31 de março de 2026, a dívida líquida ajustada pelos créditos setoriais totalizou R\$ 33.258 milhões, ante R\$ 32.829 milhões em 31 de dezembro de 2025.

O quadro abaixo demonstra o indicador de Dívida Líquida/EBITDA, utilizado nos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures vigentes, que também inclui no cálculo as rubricas de Entidade de Previdência Privada e Baixa de Ativos no EBITDA dos últimos 12 meses.

A relação Dívida Líquida/EBITDA foi de 3,5x em março de 2026, comparado a 3,4x em dezembro de 2025. Considerando a operação de quasi-equity no valor de R\$ 1,4 bilhão divulgada em 20 de abril, o indicador Dívida Líquida/EBITDA proforma seria de 3,3x. A operação, que envolve a Nova Denerge e a Denerge, permanece sujeita a condições precedentes usuais, incluindo a aprovação do CADE.

Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho

A Companhia e suas controladas possuem *covenants* de endividamento de 4,25x. O saldo das operações com *covenants* de 4,0x é de R\$ 258 milhões para as dívidas vincendas até junho/26 e R\$ 145 milhões para as dívidas vincendas até 2029.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais):

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025
Circulante	1.730	1.660	1.474	6.608	7.001	7.167
Empréstimos e financiamentos	435	248	325	3.223	3.744	3.728
Debêntures	1.064	1.217	952	2.401	2.450	2.470
Encargos de dívidas	194	176	169	406	334	317
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	2	2	2	20	20	28
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	35	17	28	559	454	624
✓ (-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	(111)	(117)	(24)
✓ (+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	35	17	28	669	571	648
Não circulante	11.338	11.482	10.210	41.328	38.395	33.786
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	200	200	12.079	12.291	10.635
Debêntures	10.827	11.067	11.010	27.885	26.078	24.215
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	13	12	12	163	157	226
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	499	203	(1.011)	1.200	(131)	(1.289)
✓ (-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	(242)	(188)	(1.404)	(611)	(791)	(1.999)
✓ (+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	741	391	393	1.810	660	709
Total das dívidas	13.068	13.142	11.685	47.936	45.397	40.953
(-) Disponibilidades financeiras:	9.522	9.297	9.067	12.320	10.948	10.002
✓ Caixa e equivalentes de caixa	78	77	78	1.140	928	992
✓ Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	9.445	9.219	8.990	11.179	10.020	9.010
Total das dívidas líquidas	3.546	3.845	2.617	35.616	34.449	30.951
(-) Créditos CDE	-	-	-	1.090	1.107	1.036
(-) Créditos CCC	-	-	-	98	97	155
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	-	-	-	1.171	416	561
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	3.546	3.845	2.617	33.258	32.829	29.200
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado covenants 12 meses				9.529,7	9.551,8	9.267,5
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses ⁽²⁾				3,5	3,4	3,2

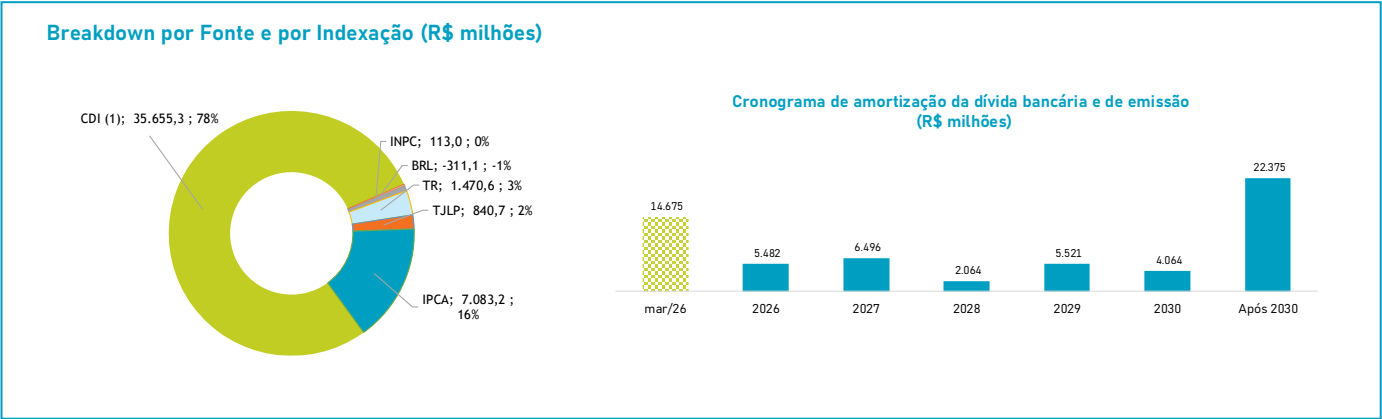
(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado covenants = EBITDA + Previdência privada + Baixa de ativos + Receitas de acréscimos moratórios.

Maiores informações e detalhes sobre o endividamento das companhias estão nas Notas Explicativas disponíveis em [Central de Resultados](#).

Comentário do Desempenho

2.6.4 Custo, prazo médio e cronograma das dívidas

Ao final de março de 2026, o prazo médio da dívida era de 7 anos (versus 6,6 anos no 4T25) e o custo médio da dívida 97,12% do CDI (14,37%) versus 97,22% do CDI (14,49%) no 4T25.



(1) Este valor considera: (i) dívidas captadas em CDI R\$15,5 bilhões; (ii) dívidas em dólar e euro convertidas para CDI, sem limitador de proteção, sendo R\$ 5,0 bilhões referentes ao swap de USD para CDI; (iii) dívidas em IPCA convertidas para CDI, totalizando R\$ 15,2 bilhões.
Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com swaps para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa

2.7 Ratings

Os ratings atuais da Energisa S/A emitidos pelas agências Standard & Poor’s e Fitch Ratings são:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Classificação Global/Perspectiva	Último relatório
Standard & Poor’s	brAAA (estável)	BB- (estável)	Set/25
Fitch Ratings	AA+ (bra) (estável)	BB+ (estável)	Mai/26

2.8 Investimentos

No trimestre, a Energisa e suas controladas investiram R\$ 1.553 milhões, o que representa aumento de 17,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado pelo segmento de distribuição que apresentou aumento de 25,6% (+R\$ 227 milhões).

Os investimentos realizados por linha de negócio estão descritos abaixo e a abertura dos investimentos por empresa está disponível na base histórica de dados.

Investimentos Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var.
➤ Distribuição de energia elétrica	1.454,4	1.158,8	+ 25,6	+ 295,5
➤ Transmissão de energia elétrica	37,0	40,4	- 8,5	- 3,4
➤ (re) energisa	36,2	43,1	- 16,0	- 6,9
Geração Distribuída	34,9	42,3	- 17,5	- 7,4
Comercialização de energia elétrica	0,2	0,1	+ 294,8	+ 0,2
Serviços	1,0	0,7	+ 42,5	+ 0,3
➤ Distribuição de gás natural	17,0	17,3	- 1,8	- 0,3
➤ Biogás	4,8	65,7	- 92,7	- 60,9
➤ Holdings e outras	3,8	2,3	+ 65,4	+ 1,5
(=) Total	1.553,1	1.327,7	+ 17,0	+ 225,5

Comentário do Desempenho

3. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1 Receita operacional

A seguir, as receitas operacionais líquidas por classe de consumo das distribuidoras:

Receita líquida por classe de consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	6.770	6.628	+ 2,1	+ 142,3
(+) Suprimento de energia elétrica	148	280	- 47,2	- 132,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	(89)	(79)	+ 12,7	- 10,0
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	1.195	896	+ 33,3	+ 298,6
(+) Receita de construção de infraestrutura	1.265	1.095	+ 15,5	+ 170,0
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	847	557	+ 52,2	+ 290,6
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	953	676	+ 41,1	+ 277,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	259	301	- 13,9	- 41,7
(+) Outras receitas	41	43	- 4,6	- 2,0
(=) Receita bruta	11.389	10.396	+ 9,6	+ 993,0
(-) Impostos sobre vendas	(2.262)	(2.075)	+ 9,0	- 186,5
(-) Encargos setoriais	(1.130)	(827)	+ 36,6	- 302,7
(=) Receita líquida combinada	7.998	7.494	+ 6,7	+ 503,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(259)	(301)	- 13,9	+ 41,7
(-) Receita de construção de infraestrutura	(1.265)	(1.095)	+ 15,5	- 170,0
(=) Receita líquida combinada ajustada	6.474	6.098	+ 6,2	+ 375,4
(-) Custos e despesas não controláveis	(3.688)	(3.310)	+ 11,4	- 377,9
Energia elétrica comprada para revenda	(2.690)	(2.456)	+ 9,5	- 234,5
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(997)	(854)	+ 16,8	- 143,4
(=) Margem bruta	2.786	2.788	- 0,1	- 2,4
(-) Provisão RTE da ERO	-	(177)	-	+ 176,9
Margem bruta ajustada	2.786	2.611	+ 6,7	+ 174,4

Os fatores que mais contribuíram para a variação da receita líquida e da margem bruta no trimestre, foram:

- Na rubrica de Receita de energia elétrica, a receita de energia no mercado cativo teve crescimento de 2,1% na comparação com o 1T25 reflexo do crescimento de 0,5% do consumo cativo (com GD-2 e GD-3) e do efeito tarifário positivo em 1,7% devido aos reajustes tarifários das distribuidoras e revisões tarifárias de 2025. Adicionalmente, vale ressaltar que o faturamento do mercado cativo referente a GD-2 e GD-3 é recebido pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções.
- Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, o aumento de 33,3% (+ R\$ 299 milhões), foi motivado pelo aumento da base por conta das novas migrações de clientes no mercado livre (+11,7%);
- A linha de Ativos e passivos Regulatórios apresentou um aumento de R\$ 291 milhões devido, principalmente pelos seguintes impactos:
 - + R\$ 135 milhões devido às novas cotas de CVA CDE homologadas pela ANEEL para 2026;
 - + R\$ 395 milhões referente à CVA Energia devido ao aumento de custos de energia de 2026, reflexo do acionamento de usinas térmicas no período;
 - + R\$ 15 milhões devido ao aumento da energia negociada no Mercado de Curto Prazo e da variação de PLD entre submercados;
 - R\$ 52 milhões referente à neutralidade negativa devido ao crescimento de mercado do período frente ao ano anterior.
- Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 41,1% (+ R\$ 277 milhões) se refere, principalmente, ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 133 milhões, de fontes incentivadas no montante total de R\$ 56 milhões e da Subvenção Baixa Renda no montante de R\$ 95 milhões.

Comentário do Desempenho

3.1.1 Mercado de energia

Mercado de Energia no primeiro trimestre de 2026:

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T26	1T25	Var. %
Residencial	4.769	4.539	+ 5,1
Comercial	1.129	1.197	- 5,6
Industrial	191	256	- 25,2
Rural	755	760	- 0,7
Outros	977	1.034	- 5,5
1 Mercado Cativo	7.822	7.786	+ 0,5
Residencial	0,0	-	-
Comercial	807	693	+ 16,6
Industrial	2.043	1.917	+ 6,6
Rural	136	99	+ 37,0
Outros	228	170	+ 34,5
2 Mercado (TUSD)	3.215	2.879	+ 11,7
Residencial	4.769	4.539	+ 5,1
Comercial	1.937	1.889	+ 2,5
Industrial	2.234	2.173	+ 2,8
Rural	891	860	+ 3,7
Outros	1.206	1.204	+ 0,2
3 Mercado (1+2)	11.037	10.665	+ 3,5
3.1 Compensada GD II/III	903	513	+ 76,3
4 Fornecimento Não Faturado	-60	-119	- 49,5
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	10.977	10.546	+ 4,1
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3 - 3.1 +4)	10.074	10.034	+ 0,4

Os dados da tabela acima são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado e Tabelas por Empresa ([clique aqui](#)).

3.1.2 Perdas de energia elétrica

O Grupo Energisa encerrou o 1º trimestre de 2026 com perdas elétricas totais de 12,31%, resultado 0,11 p.p. melhor que o registrado no mesmo período do ano anterior, reforçando a trajetória de controle do indicador.

No 1T26, o limite regulatório consolidado do Grupo foi de 12,96%, ampliando para 0,66 p.p. a diferença em relação às perdas reais e permanecendo abaixo do limite regulatório pelo quarto trimestre consecutivo. Esse desempenho reflete, de um lado, a consistência da trajetória das perdas reais e, de outro, os efeitos da evolução dos limites regulatórios decorrentes da nova metodologia de apuração, que passou a considerar o mercado medido como referência nos processos tarifários realizados a partir de 2025.

Nesse contexto, sete das nove distribuidoras do Grupo encerraram o trimestre operando abaixo de seus respectivos limites regulatórios. O resultado reforça a efetividade e consistência das ações estruturantes de combate às perdas em todas as distribuidoras do Grupo, que adotam melhores as práticas e gestão unificada. As perdas totais das distribuidoras ERO e EMT, embora ainda acima dos níveis regulatórios, estão em trajetória declinante nos últimos doze meses.

Comentário do Desempenho

O tabela a seguir ilustra demonstra a diferença entre perdas reais e regulatórias ao longo dos últimos trimestres.

Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras	Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL	
% Energia injetada (12 meses)	mar/25	dez/25	mar/26	mar/25	dez/25	mar/26	mar/25	dez/25	mar/26		
EMR	8,06	8,44	8,71	-0,10	-0,79	-1,01	7,96	7,65	7,70	10,51	●
ESE ^(*)	7,73	7,69	7,68	2,36	2,14	2,13	10,09	9,84	9,81	12,11	●
EPB	8,40	8,39	8,36	3,70	3,60	3,69	12,10	11,99	12,06	13,29	●
EMT ^(*)	8,82	8,78	8,68	5,41	5,14	5,28	14,23	13,92	13,95	12,67	●
EMS ^(*)	7,62	7,51	7,49	3,81	4,57	4,39	11,43	12,07	11,88	13,47	●
ETO	9,54	8,10	7,80	0,59	1,55	1,92	10,13	9,65	9,72	13,21	●
ESS	6,13	6,10	6,09	0,14	0,55	0,40	6,27	6,66	6,49	7,14	●
ERO	8,86	8,40	8,34	12,11	11,82	11,77	20,97	20,22	20,12	19,36	●
EAC	9,32	9,28	9,34	5,17	5,19	5,23	14,49	14,47	14,57	16,73	●
Energisa Consolidada %	8,24	8,08	8,04	4,18	4,24	4,27	12,42	12,32	12,31	12,96	●

Nota:
(1) O resultado dos trimestres anteriores está passível de ajustes após resultado divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia CCEE.
Nota: As perdas regulatórias passaram a ter seus limites regulatórios de perdas apurados com base na nova metodologia, que considera o mercado medido como referência, a partir dos processos de reajuste tarifário realizados em 2025 das distribuidoras.
Dessa forma, ao longo de 2025 ocorreu a transição metodológica no setor e, ao final de 2026, todas as distribuidoras terão seus limites e resultados regulatórios integralmente refletindo os efeitos completos da nova metodologia

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#).

3.1.3 Gestão da inadimplência

3.1.3.1 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação consolidada em 12 meses do Grupo Energisa alcançou 97,18%, atingindo o melhor resultado para o primeiro trimestre da série histórica, mesmo com a manutenção do cenário econômico desafiador caracterizado pelo aumento da inadimplência no cenário nacional.

Esta performance é resultado da diligência na realização de cobranças de forma ágil e eficaz, apoiada pela robustez e uso de inteligência analítica nas ações implementadas pela Energisa.

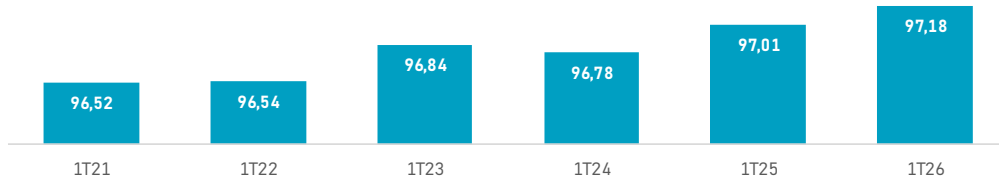
Taxa de arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	mar/26	mar/25	Varição em p.p.
EMR	98,50	98,55	-0,05
ESE	98,58	98,47	+0,11
EPB	97,93	97,98	-0,05
EMT	96,50	96,30	+0,20
EMS	97,19	97,13	+0,06
ETO	98,03	97,93	+0,10
ESS	98,78	98,86	-0,08
ERO	94,67	94,09	+0,58
EAC	96,44	95,93	+0,51
Energisa Consolidada	97,18	97,01	0,17

Todas as empresas do Grupo registraram melhora ou estabilidade da performance, com destaque novamente para EMT, ERO, EAC, ESE e ETO, devido principalmente a redução da inadimplência dos clientes residenciais de baixa tensão. Esse avanço foi fortalecido pela MP de nº 1.300/2025, que concedeu isenção da tarifa de energia elétrica às famílias de baixa renda com consumo de até 80 kWh/mês a partir de julho de 2025.

Comentário do Desempenho

Conforme evidenciado no gráfico abaixo, o desempenho 1T26 tem consolidado a arrecadação da empresa em patamar acima dos 97%. O resultado reforça a tendência estrutural de melhoria e demonstra a consistência do desempenho ao longo do tempo.

Taxa de arrecadação

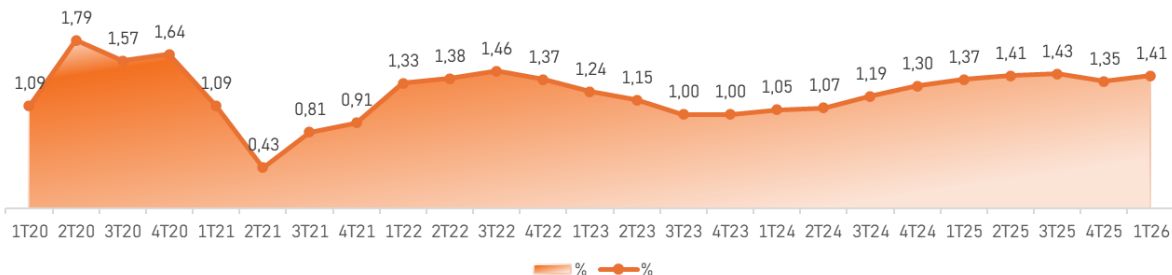


3.1.3.2 Taxa de inadimplência

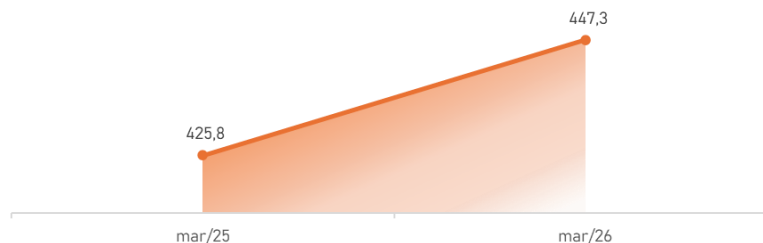
No 1T26, a taxa de inadimplência consolidada do Grupo Energisa (últimos 12 meses) atingiu 1,41%, alta de 4 bps frente ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi pontualmente impactado pelo reconhecimento da perda de R\$ 21 milhões referente a créditos da Oi (extraconcursais e faturas de consumo de Mar/23 a Nov/25), após a realização de um leilão reverso no âmbito de sua recuperação judicial.

Excluindo esse efeito extraordinário, o índice seria de 1,34%, mantendo a trajetória de queda tanto em relação ao 1T25 (-3 bps) quanto ao 4T25 (-1 bps).

Base histórica - Indicador PPECLD em %



PPECLD em R\$ milhões (12 meses)



Para reduzir o índice e o saldo da PECLD, a Energisa mantém a estratégia de recuperação de débitos antigos por meio do programa de regularização para clientes Pessoa Física. Na EAC e na ESE, devido ao maior tempo de maturação do programa, houve registro de queda de -1,13 bps e -0,03 bps, respectivamente, apesar do provisionamento da Oi, conforme apresentado no quadro abaixo. Nas demais distribuidoras, o crescimento do índice está relacionado diretamente ao provisionamento da referida operadora.

No caso específico da EMS, soma-se ainda o impacto da alteração no programa estadual de subvenção para clientes de baixa renda, que reduziu em 80% o número de beneficiários. Como consequência, muitos consumidores passaram a receber faturas de energia que anteriormente eram quitadas pelo Estado. Embora os efeitos da MP nº

Comentário do Desempenho

1.300/2025 tenham atenuado esse movimento, não foram suficientes para conter o aumento da inadimplência nesse segmento. A Energisa tem atuado para mitigar esse cenário com campanhas de orientação e incentivo ao recadastramento junto ao governo estadual, além de intensificar as ações de cobrança administrativa e suspensão de fornecimento.

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	mar/26	mar/25	Variação em p.p.
EMR	0,60	0,33	+0,27
ESE	0,60	0,63	-0,03
EPB	0,81	0,87	-0,06
EMT	1,88	1,96	-0,08
EMS	1,55	1,32	+0,23
ETO	0,62	0,53	+0,09
ESS	0,30	0,30	0,00
ERO	3,03	2,44	+0,59
EAC	1,82	2,95	-1,13
Total	1,41	1,37	+0,04

3.1.3.3 Indicadores de qualidade dos serviços nos serviços de distribuição – DEC e FEC

No 1T26, todas as distribuidoras do Grupo permaneceram com resultados consistentes, apresentando desempenho melhor que os limites regulatórios para o DEC Global e o FEC Global em todas as concessões.

O resultado reflete a disciplina na gestão dos projetos de melhoria e planos de manutenção, bem como na alocação de capital, sempre buscando adotar as melhores práticas para reduzir as interrupções, a despeito da intensificação dos eventos climáticos severos, reforçando o compromisso de entregar energia de qualidade a todos os clientes.

A tabela a seguir apresenta os resultados do período:

Distribuidoras Indicadores de qualidade dos serviços	DEC Global (horas)			FEC Global (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	mar/26	mar/25	Var.(%)	mar/26	mar/25	Var.(%)		
EMR	7,94	8,05	- 1,4	3,93	4,34	- 9,4	9,31 ●	6,20 ●
ESE	9,43	8,69	+ 8,5	4,28	4,13	+ 3,6	10,10 ●	6,07 ●
EPB	9,08	9,59	- 5,3	3,47	3,71	- 6,5	12,03 ●	6,85 ●
EMT	14,15	15,20	- 6,9	6,28	6,46	- 2,8	16,52 ●	10,70 ●
EMS	8,98	9,10	- 1,3	4,25	4,35	- 2,3	9,53 ●	6,07 ●
ETO	14,48	15,16	- 4,5	5,41	5,55	- 2,5	16,44 ●	9,92 ●
ESS	5,38	5,12	+ 5,1	3,18	2,87	+ 10,8	6,32 ●	5,06 ●
ERO	18,88	20,78	- 9,1	6,97	7,63	- 8,7	23,77 ●	14,57 ●
EAC	24,22	22,66	+ 6,9	8,43	8,05	+ 4,7	39,06 ●	26,76 ●

Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador

Comentário do Desempenho

As distribuidoras EPB, ETO e ERO registraram os melhores índices de suas séries históricas, com reduções de 5,2% (FEC), 4,5% (DEC) e 9,0% (DEC), respectivamente, como reflexo da alocação eficiente de capital e das medidas de operação e manutenção. A Distribuidora EMT registrou os melhores índices de suas séries históricas, com reduções de 6,5% (DEC) e 2,6% (FEC).

Em 03 de novembro de 2022, o ofício 44/2022 estabeleceu o alcance do percentual mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC no horizonte de 2023 a 2026.

Para o atingimento da meta de 80% referida acima até o ano de 2026, estabeleceu-se metas anuais para cada concessionária, considerando um aumento gradativo do percentual mínimo de conjuntos dentro dos limites regulatórios. Segundo dados da ANEEL, no indicador de FEC, todas as empresas já atingiram a meta de 80%, com destaque para ESE, EAC, ERO, ETO e ESS, que alcançaram 100% de cumprimento. No DEC, 6 das 9 distribuidoras já superaram a meta, enquanto as demais seguem com planos de recuperação em execução ao longo dos próximos meses, considerando que a apuração regulatória ocorre ao final do ano.

3.1.4 Conta de compensação dos valores da Parcela A (CVA)

A Conta de Compensação da Parcela A (CVA) é um mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/2002, com a finalidade de registrar as variações nos custos relacionados à compra e transporte de energia elétrica, bem como aos encargos setoriais, ocorridas entre os eventos tarifários da distribuidora. Esse mecanismo visa neutralizar os efeitos desses custos, denominados de "Parcela A" e possuem repasse tarifário integral assegurado, de forma a mitigar impactos diretos no resultado das distribuidoras ao longo do tempo.

No 1º trimestre de 2026, foi registrada a constituição de ativo no montante de R\$ 602,9 milhões, representando um aumento de R\$ 443,3 milhões em relação ao 1T25. Esse movimento reflete, principalmente, os custos efetivamente incorridos superaram os valores considerados nas tarifas vigentes fixadas em 2025.. O principal impacto decorre do aumento no custo de aquisição de energia, influenciado por condições hidrológicas menos favoráveis que elevaram a necessidade de despacho térmico e, consequentemente, os preços de curto prazo, relacionando também aos efeitos sazonais de consumo, que alteram o nível de exposição da distribuidora ao mercado de energia.

Em relação à amortização, foram reconhecidos R\$ 279,1 milhões no 1T26, representando redução de R\$ 152,5 milhões frente ao 1T25. Essa variação está associada, principalmente, aos valores homologados nos processos tarifários anteriores, que incorporaram saldos regulatórios do menor volume.

Dessa forma, o comportamento combinado de maior constituição e menor amortização no período resulta no aumento do saldo de ativos regulatórios, que serão oportunamente compensados nas tarifas futuras, conforme os mecanismos estabelecidos pela regulação vigente.

3.1.5 Revisões e reajustes tarifários

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora do Grupo Energisa foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Atualização Monetária – eventos de reajustes	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio			
EMR	+4,12	+1,61	+3,61	22/06/2025	IPCA	Reajuste Anual
ESE	+5,24	+12,36	+6,86	23/04/2026	IGP-M	Reajuste Anual
EPB	+13,94	+12,11	+13,59	28/08/2025	IGP-M	Revisão
EMT	+5,27	+10,42	+6,86	23/04/2026	IGP-M	Reajuste Anual
EMS	+11,98	+12,39	+12,11	23/04/2026	IGP-M	Reajuste Anual
ETO	+12,55	+13,25	+12,68	04/07/2025	IPCA	Revisão
ESS	+19,15	+18,80	+19,05	12/07/2025	IPCA	Reajuste Anual
ERO	+15,01	+18,49	+15,72	13/12/2025	IPCA	Reajuste Anual
EAC	+9,51	+20,24	+11,54	13/12/2025	IPCA	Reajuste Anual

3.1.6 Base de remuneração regulatória

Comentário do Desempenho

O processo de valoração dos ativos da “Base de Remuneração Regulatória” utiliza o método do “Valor Novo de Reposição – VNR”, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação. A Base de Remuneração Líquida (BRL) homologada de cada distribuidora de energia elétrica, ajustada pelo IPCA para março/2026, são as seguintes:

Distribuidoras	BRL Regulatória atualizada por IPCA até março de 2026 (R\$ milhões)	Data da última Revisão Tarifária	Ciclo Tarifário	WACC (antes de impostos)	Próximas revisões tarifárias
EMR	841	Junho/2021	5º	10,62%	Junho/2026
ESS	1.440	Julho/2021			Julho/2026
EPB	3.321	Agosto/2025	6º	12,17%	Agosto/2030
ESE	1.480	Abril/2023			Abril/2028
EMT	7.553	Abril/2023	5º	11,25%	Abril/2028
EMS	3.810	Abril/2023			Abril/2028
ETO	3.090	Julho/2025	6º	12,17%	Julho/2030
ERO	3.362	Dezembro/2023	5º	11,25%	Dezembro/2028
EAC	1.167	Dezembro/2023			Dezembro/2028
Total	26.065				

A base de remuneração consolidada das distribuidoras de energia elétrica extraída das informações financeiras societárias contempla depreciação, baixa e novas adições, conforme abaixo:

Descrição Valores em R\$ milhões	Nota Explicativa	31/03/2026	31/03/2025	Var. %
Ativo financeiro indenizável da concessão	13.1	18.716	15.396	21,6%
Ativo contratual - infraestrutura em construção	14	3.152	2.559	23,2%
Intangível - contrato de concessão	17	19.277	18.943	1,8%
(-) Exclusão do mais valia dos ativos apurado no purchase price allocation (PPA) da combinação de negócios	17	5.772	(6.174)	-6,5%
Total		35.373	30.724	15,1%

3.1.7 Parcela B

Distribuidora	Parcela B				Processo Revisional
	DRA ⁽¹⁾	DRP ⁽²⁾	Variação (R\$ milhões)	Variação %	
EMR	429	458	29	+6,8	Reajuste Anual
ESE	663	706	43	+6,5	Reajuste Anual
EPB	1.189	1.246	57	+4,8	Revisão
EMT	2.888	3.081	193	+6,7	Reajuste Anual
EMS	1.761	1.896	135	+7,6	Reajuste Anual
ETO	1.088	1.217	129	+11,8	Revisão
ESS	605	655	49	+8,1	Reajuste Anual
ERO	1.149	1.199	50	+4,3	Reajuste Anual
EAC	439	450	11	+2,5	Reajuste Anual
Total	10.211	10.906	695	+6,81	

(1) DRA – Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela ANEEL, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP – Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela ANEEL, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário. Ambas utilizam o mesmo mercado de referência e, portanto, a razão entre as duas indica apenas o incremento tarifário do componente.

Comentário do Desempenho

3.2 Custos e despesas operacionais

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais das distribuidoras.

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
1 Custos e despesas não controláveis	3.688	3.310	+ 11,4	+ 377,9
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	2.690	2.456	+ 9,5	+ 234,5
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	997	854	+ 16,8	+ 143,4
2 Custos e Despesas controláveis	995	955	+ 4,2	+ 40,1
2.1 PMSO	797	785	+ 1,5	+ 11,5
2.2 Provisões/Reversões	198	170	+ 16,8	+ 28,6
2.2.1 Contingências	41	35	+ 17,5	+ 6,2
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	157	135	+ 16,6	+ 22,4
3 Demais receitas/despesas	490	423	+ 15,8	+ 66,9
3.1 Amortização e depreciação	412	363	+ 13,6	+ 49,3
3.2 Outras receitas/despesas	79	61	+ 29,1	+ 17,6
Total (sem custo de construção da infraestrutura)	5.173	4.689	+ 10,3	+ 484,9
Custo de construção da infraestrutura	1.265	1.095	+ 15,5	+ 170,0
Total (com custo de construção da infraestrutura)	6.439	5.784	+ 11,3	+ 654,9

3.2.1 Custos e despesas operacionais controláveis

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

As despesas com PMSO cresceram 1,5% (+R\$ 12,0 milhões) e atingiram R\$ 797 milhões no trimestre e segue abaixo da inflação do período.

A seguir, a composição do PMSO das distribuidoras:

PMSO combinado Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Pessoal e benefício pós-emprego	369	357	+ 3,5	+ 12,6
Material	70	70	- 1,3	- 0,9
Serviços de terceiros	327	331	- 1,3	- 4,2
Outras	31	27	+ 14,9	+ 4,0
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0	0	+ 0,0	+ 0,6
✓ Outros	31	27	+ 4,0	+ 15,0
Total PMSO combinado	797	785	+ 1,5	+ 11,5
IPCA / IBGE (12 meses)	4,14%			
IGPM / FGV (12 meses)	-1,83%			

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

✓ **Pessoal e Benefício Pós Emprego**

No trimestre, a rubrica de pessoal e benefício pós-emprego atingiu R\$ 369 milhões registrando aumento de 3,5% (R\$ 13 milhões), explicado principalmente pelo incremento em salários e encargos (R\$ 25 milhões).

✓ **Material**

As despesas com materiais atingiram R\$ 70 milhões no 1T26, em linha com o realizado no 1T25.

✓ **Serviços**

As despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 327 milhões no 1T26, redução de 1,3% (R\$ 4 milhões) em linha com o realizado no 1T25.

Comentário do Desempenho

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 31 milhões, aumento de 15% (R\$ 4 milhões) principalmente pela redução na receita de reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que foi R\$ 14,8 milhões menor que o período anterior devido ao ajuste metodológico conforme Resolução Normativa da ANEEL nº 1.141, de dezembro de 2025, no preço de referência de O&M para a fonte fotovoltaica, para adequá-lo aos custos atuais da tecnologia em comparação aos valores indexados anteriormente. Em contrapartida, as despesas com patrocínios e doações reduziram em R\$ 12 milhões em função das comemorações dos 120 anos do grupo terem acontecido em 2025.

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis [nesse link](#).

3.2.2 Demais despesas operacionais

O grupo das demais despesas operacionais atingiu R\$ 689 milhões no trimestre, contra R\$ 593 milhões no mesmo período do ano anterior, aumento de 16,1%.

Demais despesas - combinado Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	
Provisões/Reversões	198	170	+ 16,8	+ 28,6
Contingências	41	35	+ 17,5	+ 6,2
Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	157	135	+ 16,6	+ 22,4
Demais receitas/despesas	490	423	+ 15,8	+ 66,9
Amortização e depreciação	412	363	+ 13,6	+ 49,3
Outras receitas/despesas	79	61	+ 29,1	+ 17,6
Total combinado	689	593	+ 16,1	+ 95,5

Contingências

A rubrica de provisões/reversões registrou no 1T26 despesa de R\$ 41 milhões, no trimestre, representando aumento de 17,5% (R\$ 6 milhões) frente ao 1T25, impulsionado principalmente pela adequação de risco envolvida nos processos em andamento, conforme detalhado na seção 2.2 consolidada deste relatório.

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD foi de R\$ 157 milhões no 1T26, representando um aumento de 16,6% (R\$ 22 milhões), quando comparado a R\$ 135 milhões no 1T25. Para informações adicionais, recorrer ao item 3.1.3.2 deste relatório.

Demais receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas líquidas alcançaram R\$ 79 milhões, aumento de 29,1% (R\$ 18 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente maiores desativações nas distribuidoras.

Comentário do Desempenho

3.3 EBITDA

O EBITDA ajustado combinado recorrente das distribuidoras foi de R\$ 1.712 milhões no trimestre, crescimento de 7,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA Combinado das Distribuidoras	1.971	2.073	- 4,9	- 101,8
(-) VNR - Distribuição	(259)	(301)	- 13,9	+ 41,7
(=) EBITDA ajustado combinado	1.712	1.772	- 3,4	- 60,1
Provisão RTE da ERO	-	(177)	-	+ 176,9
(=) EBITDA ajustado recorrente	1.712	1.595	+ 7,3	+ 116,8

Informações detalhadas sobre as variações dos indicadores por empresa estão disponíveis no release de cada distribuidora.

3.4 Lucro líquido do período

O lucro líquido recorrente combinado das distribuidoras totalizou R\$ 445 milhões no trimestre, redução de 20,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme abaixo:

Valores em R\$ milhões Lucro líquido	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido	652	981	- 33,6	- 329,5
(-) VNR - Distribuição	(207)	(238)	- 12,9	+ 30,7
(=) Lucro líquido do período ajustado combinado	445	744	- 40,2	- 298,8
Provisão RTE da ERO	-	(185)	-	+ 185,0
(=) Lucro líquido do período ajustado recorrente combinado	445	559	- 20,4	- 113,8

Comentário do Desempenho

4. TRANSMISSÃO

4.1 Resultados econômico-financeiros consolidado – Societário x Regulatório

Principais impactos no resultado societário

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro IFRS Resultados – R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Receita de construção de infraestrutura	40	44	- 9,2	- 4,1
Ganho na eficiência na implementação da infraestrutura	(4)	1	-	- 4,3
Receita das margens da obrigação de performance da construção	14	12	+ 10,1	+ 1,3
Receita de operação e manutenção	3	17	- 84,1	- 14,5
Remuneração dos ativos de concessão	255	302	- 15,6	- 47,2
Outras receitas operacionais	34	27	+ 29,3	+ 7,8
Total da receita bruta	342	403	- 15,2	- 61,0
Deduções da receita	(30)	(34)	- 12,7	+ 4,3
Receita operacional líquida	312	369	- 15,4	- 56,7
Custo de construção	(39)	(42)	- 8,3	+ 3,5
Margem bruta	274	327	- 53,3	- 53,3
PMSO	(29)	(31)	- 6,9	+ 2,1
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	2	0	+ 846,4	+ 1,4
Depreciação/Amortização	(0)	(0)	+ 1,7	- 0,0
Resultado financeiro	(96)	(106)	- 9,2	+ 9,7
Contribuição social e imposto de renda	(49)	(33)	+ 49,5	- 16,3
Lucro líquido do período	101	157	- 35,8	- 56,3
EBITDA	246	296	- 16,8	- 49,7
Margem EBITDA (%)	79	80	- 1,3 p.p.	-

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

- A Receita operacional líquida (societário) do 1T26 foi de R\$ 312 milhões, representando redução de R\$ 56,7 milhões em relação ao 1T25, decorrente principalmente da redução na receita e na margem de construção, em função da menor realização de investimentos nas concessões EAM e EAM II, bem como nos reforços de grande e pequeno porte das empresas LMTE e LXTE. Além disso, houve redução da remuneração do ativo de contrato, explicada pelas amortizações incorridas entre os períodos e pela redução do IPCA no 1T26 quando comparado ao 1T25.
- O PMSO do 1T26 totalizou R\$ 29 milhões, apresentando redução de R\$ 2 milhões na comparação com o 1T25, ocasionada principalmente pelos menores gastos com aquisições de sobressalentes e melhorias no período, com destaque para as empresas do grupo Gemini (LXTE e LMTE).

Principais impactos do resultado regulatório

Aviso: Nesta seção são apresentados os resultados regulatórios do segmento de transmissão da Companhia. Os resultados regulatórios têm a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão. Portanto, não deve ser considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) aqui apresentadas são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório consolidado da ETE:

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Receita anual permitida	218	210	+ 4,1	+ 8,0
Receita operacional bruta	218	210	+ 4,1	+ 8,0
Deduções da receita	(23)	(22)	+ 1,6	- 1,0
Receita operacional líquida	195	187	+ 4,3	+ 8,0
PMSO	(29)	(28)	+ 3,8	- 1,0
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	4	0	-	+ 4,0
Amortização/Depreciação	(50)	(47)	+ 6,7	- 3,0
Resultado financeiro	(96)	(106)	- 9,2	+ 10,0
Contribuição social e imposto de renda	(21)	4	-	- 25,0
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	3	12	- 71,7	- 9,0
EBITDA regulatório	170	160	+ 6,7	+ 10,0
Margem EBITDA (%)	87	85	+ 1,9 p.p	-

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

- A Energisa Transmissão de Energia (ETE) apresentou um EBITDA regulatório de R\$ 170 milhões no 1T26, representando aumento de R\$ 10 milhões na comparação com o 1T25, impulsionado principalmente pela evolução da Receita Operacional Líquida Regulatória, refletindo o reajuste tarifário da RAP de 5,32% (IPCA) conforme o ciclo 2025/2026, os maiores registros de AVC complementar e a redução da indisponibilidade (PV) em relação ao 1T25, com destaque para as concessões EPA I e ETT I. Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados pelo aumento do PMSO de 3,8%, abaixo do IPCA do período de 4,14%, associado a maiores gastos com vigilância, manutenção preventiva e limpeza de faixa, especialmente nas concessões LMTE e LXTE.

5. (RE)ENERGISA

5.1 Geração distribuída

A capacidade instalada de geração distribuída no 1T26 contempla 126 usinas solares fotovoltaicas (UFV), totalizando 473 MWp de potência, conforme por região a seguir:

Distribuidora	Usinas	MWp
Minas Gerais	67	208
Mato Grosso	19	94
Rio de Janeiro	5	14
São Paulo	9	43
Mato Grosso do Sul	17	83
Ceará	4	13
Maranhão	1	5
Pernambuco	3	7
Piauí	1	6
Total	126	473

Comentário do Desempenho

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Geração Distribuída Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(=) Receita líquida	93	88	+ 6,1	+ 5,0
(-) CUSD	(17)	(13)	+ 30,4	- 4,0
(-) PMSO	(29)	(30)	- 3,7	+ 1,0
(+) Outros custos e despesas	0	(1)	-	+ 1,0
(=) EBITDA	47	43	+ 8,4	+ 4,0
(+) Amortização e depreciação	(27)	(21)	+ 24,8	- 6,0
(+/-) Resultado financeiro	(58)	(41)	+ 40,8	- 17,0
(+/-) IR/CSLL	13	7	+ 93,8	+ 6,0
(=) Lucro (prejuízo) do período	(25)	(13)	+ 97,0	- 12,0

A unidade de negócio de geração distribuída da (re)energisa apresentou receita líquida de R\$ 93 milhões no 1T26, aumento de 6,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior, refletindo a trajetória de evolução dos indicadores comerciais em 2026: a inadimplência recuou 0,6 p.p. no 1T26 frente ao 1T25 e, neste mesmo período, o churn mensal manteve-se praticamente estável. Quanto aos indicadores de aquisição, as vendas no 1T26 cresceram 108,8% quando comparadas ao 1T25. A base de clientes gerando receita mantém-se como a maior da história da Alsol, com aumento de 25,4% em março de 2026 em relação ao mesmo mês de 2025.

Apesar do incremento da força de vendas entre os períodos, o PMSO apresentou redução de 3,6%, refletindo ganhos de produtividade e melhor eficiência em OPEX. A CUSD cresceu 30,4% em relação ao 1T25, movimento alinhado à maior capacidade instalada devido ao avanço da base operacional e aos aumentos tarifários das distribuidoras.

O EBITDA alcançou R\$ 47 milhões no 1T26, crescimento de 8,4% frente ao 1T25, como reflexo da estratégia comercial e operacional adotada, orientada ao aumento da rentabilidade dos ativos.

5.2 Comercialização de energia elétrica

Nota: A partir do 2T25, o resultado da Clarke passou a ser incorporado aos resultados da Comercializadora para alinhar com a natureza do negócio. Anteriormente, era classificado em "Holding/Outros". Para facilitar a comparação, esse ajuste também foi aplicado aos resultados do 1T25. É importante notar que essa mudança não impacta o resultado consolidado da Energisa, pois se trata apenas de uma reclassificação entre linhas da demonstração de resultados.

No primeiro trimestre de 2026, o cenário hidrológico apresentou desempenho inferior ao observado no mesmo período de 2025, com as Energias Naturais Afluentes (ENAs) permanecendo entre as mais baixas da série histórica. Como consequência, os níveis de armazenamento dos reservatórios foram impactados, encerrando o 1T26 em 68,8%, o que representa uma redução de 0,8 ponto percentual em relação à mesma data do ano anterior. Nesse contexto, o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) apresentou elevação no período, atingindo R\$ 308/MWh, valor acima do observado no primeiro trimestre de 2025.

No 1T26, o faturamento com energia cresceu 43,6% no total, justificado pelo esforço na prospecção de novos clientes e pelas movimentações estratégicas de trading.

No que se refere às migrações varejistas, o 1T26 registrou queda no número de novas unidades frente ao exercício anterior, causada pela elevação dos preços de energia no atacado, reduzindo a competitividade entre o ACL e o ACR.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Vendas a consumidores livres (ECOM)	2.192	2.137	+ 2,6%	+ 55,0

Comentário do Desempenho

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da Comercializadora:

Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(=) Receita Líquida	461	320	+ 43,9	+ 141,0
Compra de energia	(474)	(293)	+ 61,7	- 181,0
Spread	(13)	27	-	- 40,0
Efeito MtM	34	(74)	-	+ 108,0
PMSO	(9)	(10)	- 8,9	+ 1,0
Outras receitas/despesas	(1)	(0)	+ 223,8	- 1,0
EBITDA	11	(58)	-	+ 69,0
Depreciação e amortização	(0)	(0)	+ 274,4	+ 0,0
Resultado financeiro	(4)	(0)	+ 821,8	- 4,0
IR/CSLL	(2)	19	-	- 21,0
Lucro (prejuízo) líquido	4	(39)	-	+ 43,0

Apresentamos abaixo o EBITDA ajustado e Lucro Líquido ajustado da Comercializadora excluindo o efeito do MTM do período:

EBITDA Comercializadora Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	11	(58)	-	+ 69,0
Marcação a mercado (MTM)	34	(74)	-	+ 108,0
(=) EBITDA ajustado recorrente	(23)	17	-	- 40,0

Lucro líquido Comercializadora Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro/prejuízo líquido do período	4	(39)	-	+ 43,0
Marcação a mercado (MTM)	22	(49)	-	+ 71,0
(=) Lucro/prejuízo líquido do período	(18)	10	-	- 28,0

No primeiro trimestre de 2026, a receita líquida cresceu 43,9%, apesar da queda de volume (-1,1%), impulsionada por preços negociados de +30,1%. Nesse período, o EBITDA apresentou melhora de R\$ 69 milhões em relação ao 1T25, ao mesmo tempo em que houve redução de 8,9% no PMSO, reflexo da otimização de despesas e da estrutura enxuta da comercializadora, além de melhora significativa no resultado da marcação a mercado (MTM), decorrente da mudança de estratégia da comercializadora, que ampliou seu portfólio com novas operações e atingiu um aumento de 145,3%. Essa evolução resulta de uma atuação mais diligente na escolha de operações estruturadas, com melhor relação risco-retorno, foco no atendimento ao consumidor final e maior geração de valor operacional. Assim, a marcação a mercado dos contratos atingiu R\$ 34 milhões positivos, uma variação de +R\$ 108,1 milhões, sem efeito caixa, decorrente de elevações de preço e estornos no portfólio.

O spread da comercializadora totalizou -R\$ 13 milhões, uma redução de R\$ 40 milhões versus o 1T25. O EBITDA ajustado recorrente reduziu-se em R\$ 39,9 milhões, impactado pelo spread e pela relação preço/volume, embora comprovando o valor da estratégia focada em operações estruturadas e no consumidor final.

Comentário do Desempenho

5.3 Serviços de valor agregado

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Serviços de valor agregado Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Receita líquida	51	46	+ 11,9	+ 5,0
PMSO	(45)	(42)	+ 6,7	- 3,0
Outros custos e despesas	(0)	(1)	- 61,6	+ 1,0
EBITDA	6	3	+ 105,2	+ 3,0
Amortização e depreciação	(3)	(4)	- 16,0	+ 1,0
Resultado financeiro	2	1	+ 44,7	+ 1,0
IR/CSLL	(2)	(0)	+ 466,3	- 2,0
Lucro líquido (prejuízo) do período	3	0	+ 804,7	+ 3,0

O resultado do EBITDA do 1T26 ficou superior em R\$ 3 milhões frente ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em função de:

- (i) incremento de margem de contribuição em função do volume de obras, o que justifica o crescimento da receita líquida e custos operacionais, somado a otimizações de custos fixos atrelados à estrutura, com redução de 12,7% que juntos totalizam +R\$ 3 milhões.
- (ii) registro de outras receitas e despesas (vendas remanescentes de ativos) devido aos contratos desmobilizados em ciclos anteriores com +R\$ 0,4 milhão, o qual contribuiu com o resultado.

A carteira de vendas no 1º trimestre apresentou robusto crescimento de +287% no volume de novos negócios, fortalecendo nosso portfólio de geração de valor e ampliando as bases para o crescimento sustentável nos próximos ciclos, impulsionado pela estratégia *one-stop-shop*, que integra soluções de obras e energia para grandes clientes.

6. GERAÇÃO CENTRALIZADA

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

Rio do Peixe I e II Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. %
Receita líquida	7	8	- 6,3	- 0,5
PMSO	(1)	(1)	- 5,7	+ 0,1
Outros custos e despesas	(1)	(2)	- 15,7	+ 0,3
EBITDA	5	5	- 3,1	- 0,1
Amortização e depreciação	(4)	(4)	+ 0,4	- 0,0
Resultado financeiro	0,4	(2)	-	+ 2,6
Contribuição social e imposto de renda	(0,6)	0,01	-	- 0,6
Lucro líquido	0,9	(1,0)	-	+ 1,9

No 1T26, a receita líquida do segmento totalizou R\$ 7 milhões, recuo de R\$ 0,5 milhão em relação ao 1T25, em função da menor geração de energia no período, uma vez que, no 1T25, houve venda de excedentes após o cumprimento dos contratos de longo prazo. O EBITDA atingiu R\$ 5 milhões, queda de 3,1% na comparação anual, refletindo principalmente a variação do PLD, que também contribuiu para a redução das despesas PMSO. O resultado financeiro apresentou melhora, com impacto positivo de R\$ 2 milhões frente ao 1T25, impulsionado pelo aumento das receitas de aplicações financeiras e pela atualização monetária de créditos tributários a recuperar. Como consequência, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 0,9 milhão no 1T26, revertendo o prejuízo apurado no mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

7. VOLTZ

A Voltz é a fintech do Grupo Energisa, criada com o propósito de democratizar o acesso a serviços financeiros e ampliar a inclusão financeira digital. Constituída em maio de 2020, a Companhia combina tecnologia com a base de clientes consolidada do Grupo.

Em um curto período de operação, a Voltz já demonstra evolução consistente, evidenciada por indicadores relevante, e já apresenta indicadores sólidos de desempenho financeiro, com EBITDA superior a R\$ 46 milhões e retorno sobre o patrimônio (ROE) de 28% no ano de 2025. Seu foco estratégico atual é consolidar a presença no ecossistema de empresas do Grupo com fornecimento de soluções únicas para cada uma das divisões e seus clientes.

Cinco frentes de negócios consolidadas

- Crédito ao consumidor (B2C): financiamento de faturas com contratação digital em cerca de 3 minutos
- Crédito empresarial (B2B): antecipação de recebíveis para fornecedores
- Seguros e assistências: produtos cobrados na conta de energia
- Financiamento de infraestrutura: crédito para fornecedores com garantia contratual
- Arrecadação digital: pagamentos via PIX, aquisição de cartões de crédito e parcelamentos.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro do segmento:

VOLTZ Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Receita Total	12	8	+ 54,5	+ 4,3
PMSO	(7)	(9)	- 13,2	+ 1,0
Outros custos e despesas	0	2	- 89,6	+ 1,0
EBITDA	5	1	+ 280,4	+ 0,0
Equivalência Patrimonial	4	8	- 50,3	+ 0,0
Amortização e depreciação	(1)	(1)	+ 11,4	+ 0,0
Resultado financeiro	1	0	+ 203,2	+ 1,0
Contribuição social e imposto de renda	(1)	-	-	- 1,0
Lucro líquido	8	9	- 10,0	- 1,0
Geração de Caixa	8	9	-4,7%	(0)

A Voltz apresentou crescimento no 1T26, impulsionado pelo ganho de maturidade de seus produtos e pela maior penetração no mercado, alcançando receita líquida de R\$ 12 milhões, 54,5% superior ao 1T25.

As despesas com PMSO foram reduzidas em 13,2%, refletindo a otimização de serviços contratados, principalmente relacionados a softwares.

A linha de equivalência patrimonial que contempla os resultados de duas operações de crédito estruturadas via FIDC: (i) financiamento de faturas para clientes e (ii) crédito destinado a fornecedores, atingiu R\$ 4 milhões no 1T26, redução de 50,3% na comparação com o 1T25. O produto de financiamento de fatura apresentou crescimento consistente de receita, indicando maior volume de origemação (crescimento de 53% quando comparado ao 1T25).

Apesar do aumento de receita, quando comparamos o resultado, há uma distorção, dado que em 02/2026 foi realizado um ajuste de PECLD de aproximadamente R\$ 4 milhões.

Esse movimento decorre de uma revisão proativa nos parâmetros de rating de perda, com o objetivo de alinhar as provisões a um patamar mais aderente ao comportamento observado no realizado, em linha com as melhores práticas contábeis. No que tange o produto de crédito empresarial, este demonstrou resiliência com um aumento de 58% na origemação frente ao 1T25. Esse desempenho foi acompanhado pela evolução da qualidade da carteira e uma redução expressiva da PECLD, refletindo maior maturidade operacional e previsibilidade, o que otimizou a conversão de receita em resultado. Considerando a base mais saudável e equilibrada, a operação estabelece fundamentos sólidos para retomar o crescimento com tração gradual a partir do 2T26.

O resultado financeiro apresentou crescimento de 203%, impulsionado pela expansão de 271% na posição de caixa

Comentário do Desempenho

da Companhia em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo maior disponibilidade de recursos em aplicações financeiras.

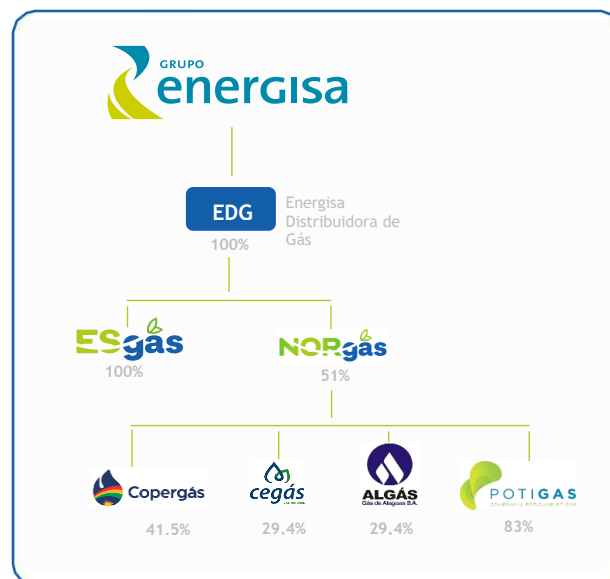
Ao excluir o efeito não recorrente relacionado à metodologia de provisionamento PECLD, o Lucro Líquido da Companhia registraria crescimento de 33%.

8. DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

8.1 Visão geral

A Energisa Distribuidora de Gás (EDG) é a holding responsável pelo segmento de distribuição de gás natural. Abaixo, segue o organograma societário que ilustra a estrutura de controle da EDG dentro do Grupo Energisa:

- **ES Gás.** A empresa atende mais de 96 mil unidades consumidoras e opera uma rede de aproximadamente 664 km. Responsável pela distribuição de gás natural canalizado no Estado do Espírito Santo, a ES Gás atua em diversos setores, incluindo residencial, comercial, industrial, automotivo, climatização, cogeração e geração termoeletrônica.
- Através da **Norgás**, a Energisa possui participações societárias na Algás (Gás de Alagoas), Cegás (Companhia de Gás do Ceará), Copergás (Companhia Pernambucana de Gás) e Potigás (Companhia Potiguar de Gás), que atendem os estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente. Com essa estratégia, a Norgás fortalece a presença do Grupo Energisa no mercado de gás natural, expandindo sua atuação e contribuindo para o desenvolvimento energético da região. As distribuidoras juntas atendem a 267 mil unidades consumidores.



8.2 Resumo participações direta e indireta

Companhias Distribuidoras Locais de Gás Canalizados (CDL)		Participação (%)		
		Norgás ⁽¹⁾	EDG	Energisa ⁽²⁾
Norgás	Es Gás	-	100 ⁽¹⁾	100
	Copergás	41,5	50,5 ⁽²⁾	21,0
	Cegás	29,4	50,5 ⁽²⁾	14,8
	Algás	29,4	50,5 ⁽²⁾	14,8
	Potigás	83,0	50,5 ⁽²⁾	41,9

As participações demonstradas no quadro são diretas ⁽¹⁾ ou indiretas ⁽²⁾.

8.3 Informações Financeiras

O resultado de equivalência patrimonial, apresentado a seguir por cada CDL, reflete a contribuição das controladas no desempenho consolidado do Grupo Energisa.

Os valores consideram o período de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026 para o 1T26, e de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025 para o 1T25, evidenciando a evolução do resultado das investidas ao longo do exercício.

Equivalência Patrimonial por CDL Valores em R\$ milhão	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Copergás	25	18	39%	+ 7,0
Cegás	7	5	37%	+ 2,0
Algás	2	5	-61%	- 3,0

Comentário do Desempenho

Potigás	6	3	88%	+ 3,0
Total	39	31	29%	+ 8,0

Descrição Valores em R\$ milhões	ES GÁS				NORGÁS ⁽¹⁾			
	Trimestre				Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$	1T26 ⁽²⁾	1T25	Var. %	Var. R\$
Receita líquida ⁽³⁾	137	157	- 12,9	- 20,0	598	699	- 14,5	- 101,0
Margem Bruta	74	58	+ 28,9	+ 16,0	156	136	+ 14,7	+ 20,0
PMSO	17	18	- 7,5	- 1,0	79	67	+ 17,9	- 12,0
EBITDA	58	39	+ 48,7	+ 19,0	116	84	+ 38,1	31,9
Resultado financeiro	(20)	(22)	- 7,9	+ 2,0	8	16	- 49,1	- 8,0
Lucro/ prejuízo líquido	13	(0,1)	-	+ 13,1	102	76	+ 34,1	+ 26,0
Investimentos	17	17	- 1,8	+ 0,0	51	63	- 18,9	- 11,8

⁽¹⁾ Os valores não são proporcionais à participação da Energisa e correspondem 100% do resultado da CDL.
⁽²⁾ O resultado refere-se ao período de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026 para o trimestre.
⁽³⁾ Receita líquida sem receita de construção



Destaques Es Gás:

- A **Margem Bruta** apresentou **aumento de 28,9%** no 1T26, totalizando **R\$ 74 milhões**. Essa variação é explicada, principalmente, pelo incremento de volume (+12,6%) e do reajuste da margem média de distribuição para R\$ 0,4702/m³ (+56,7%), vigente a partir de agosto de 2025.
- A ES Gás encerrou o segundo trimestre de 2025 com **96.186 unidades consumidoras**, um **incremento de 11,5%** em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete a continuidade dos esforços para expandir a base de clientes e fortalecer a presença no mercado.
- O **volume total de gás natural distribuído alcançou 164.661 mil m³, crescimento de 12,1%** em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado foi impulsionado, principalmente, pelo avanço nos segmentos residencial (15,2%), comercial (+13,0%) e industrial (+13,5%).



Destaques Norgás:

- No 1T26, as distribuidoras de gás natural da Norgás apresentaram melhora significativa na **margem bruta (+14,7%)**, com desempenhos heterogêneos entre as concessionárias:
 - A **Copergás** registrou **crescimento de 38%** com margem bruta de R\$ 78,9 milhões, beneficiada pelo aumento de 35% no volume distribuído, especialmente no segmento livre.
 - Cegás** alcançou **margem bruta de R\$ 39 milhões (+88%)**, resultado da queda de 22% nos custos de biometano e do efeito positivo da reversão de provisão para contingências judiciais de R\$ 28,4 milhões.
 - Potigás** apresentou **margem bruta de R\$ 20 milhões (+22%)**, recuperação sustentada pela nova margem regulatória aprovada e crescimento de 15% no volume total.
 - Algás** enfrentou contração de **margem bruta para R\$ 23 milhões (-27%)**, reflexo da redução de 40% no volume distribuído, particularmente no segmento industrial, que não foi totalmente compensada pela redução de custos.

As informações detalhadas sobre as empresas podem ser consultadas nos links abaixo.

- **Es Gás:** Acesso às informações [aqui](#)
- **Norgás:** Consulte o release [aqui](#)

Comentário do Desempenho

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

9.2 Reajuste Tarifário

- (1) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.581 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada EMT, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, que representou incremento tarifário médio de 6,86%.
- (2) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.582 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada EMS, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, que representou incremento tarifário médio de 12,11%.
- (3) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.575 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada ESE, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, que representou incremento tarifário médio de 6,86%.

9.3 Assinatura de memorando de entendimentos para subscrição e integralização de ações da Denerge pelo Itaú Unibanco.

Em 22 de abril de 2026, a Companhia publicou o fato relevante referente a celebração do memorando de entendimentos não vinculante ("MoU") com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os principais termos e condições gerais para a subscrição e integralização, pelo Itaú, da totalidade das ações preferenciais de emissão da Denerge em valor estimado de R\$ 1.400.000 (um bilhão e quatrocentos reais). Após a aquisição o Itaú passará a deter uma participação minoritária direta no capital social da Denerge e, indireta, em suas subsidiárias, dentre elas a Rede Energia, a EMS, a ESS e a EMT. A Transação está sujeita à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) de determinadas condições precedentes previstas no MoU, dentre elas, as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

9.4 Pagamento de dividendos - controladas

Em 11 de maio de 2026, a Administração das controladas aprovou a distribuição de dividendos com base no lucro do período findo em 31 de março de 2026 para Energisa Acre ("EAC") e Nova Denerge e com base na conta de reserva de lucros para Denerge, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor de dividendos (R\$)	Valor dos dividendos por ação (R\$)	Tipo de Ação	Data de Pagamento
Energisa Acre	23.732.071,79	0,018193504	ON	a partir de 12/05/2026
Denerge	55.000.000,00	70,826180962	ON	a partir de 12/05/2026
Nova Denerge	117.778.598,38	0,046009668	ON	a partir de 12/05/2026

A Administração

Notas Explicativas

Notas explicativas

Energisa S/A

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) para o período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto e está registrada na Bolsa de Valores, B3 SA Brasil Bolsa Balcão. O objeto social principal da Companhia é a participação no capital de outras empresas, a prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia, transmissoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

Atividades:

A Energisa através de suas controladas diretas e indiretas possuem o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica e a concessão de distribuição de gás canalizado.

Distribuição de energia elétrica:

Controladas	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
Controladas diretas:			
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (“EMR”)	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A (“ERO”)	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A (“EAC”)	Rio Branco (AC)	07/12/2018	06/12/2048
Controladas indiretas:			
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031

As distribuidoras controladas diretas e indiretas são companhias de capital aberto e fechado, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

Transmissão de energia elétrica:

As controladas indiretas, transmissoras de energia elétrica, têm como objetivo principal a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (“EGO I”)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte – Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (“EPA I”)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II – Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020

Notas Explicativas

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	prevista de entrada em operação no contrato de concessão.				
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em 39 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Função I e II 22/12/2022 e Função III 26/01/2023
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("LMTE")	LT 500 kV Jurupari - Oriximiná; LT 230 kV Jurupari - Laranjal; LT 230 kV Laranjal - Macapá; SE 500/138 kV Oriximiná 200 MVA; SE 230/69 kV Laranjal 200 MVA; SE 230/69 kV Macapá 600 MVA.	Pará/Amapá	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("LXTE")	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE 500 kV Xingu; SE 500 kV Tucuruí; SE 500/230 kV Jurupari 1.500 MVA.	Pará	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ("LTTE")	LT 500 kV Taubaté - Nova Iguaçu; SE 500 kV Taubaté; SE 500 kV Nova Iguaçu 4.200 MVA.	São Paulo/Rio de Janeiro	09/12/2011	09/12/2041	01/06/2018
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("EPTE")	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	- Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4. LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ("ETT II")	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	08/05/2024
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ("EAP")	LT 230kV Macapá - Macapá III C1 SE 230/69kV Macapá III SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de seccionamento da Linha de Distribuição 69 kV Santana - Macapá C1 e a subestação Macapá III, no setor de 69 kV. SE Macapá: Novo trecho de Linha em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 500 metros para permitir a conexão da linha 230kV Ferreira Gomes - Macapá C1.	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	23/12/2024
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A ("EAM II")	LT 230 kV Mauá 3 - Manaus, C1, com 12,9 km (trechos aéreos e subterrâneos). O prazo estimado para construção é de 48 meses.	Amazonas	30/09/2022	30/09/2052	Em construção
Energisa Maranhão Transmissora de Energia S/A ("EMA")	LT 500 kV Teresina IV - Graça Aranha C1, CS LT 500 kV Boa Esperança - Graça Aranha C1, CS SE 500 kV Teresina; SE 500 kV Boa Esperança.	Maranhão	28/06/2024	28/06/2054	Em construção

Notas Explicativas

Geração de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	A CGH possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
PCH Rio Vermelho	A PCH possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A Usina possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S/A ("Alsol")	A controlada possui sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e projetos em fase de implementação, bem como participação em sociedades com a mesma finalidade.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Parque Solar:			
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I EGCS-RP I	As controladas têm como objeto social o desenvolvimento e exploração de parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II EGCS-RP I		Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A EGCS-CO		Parque Solar	Cataguases (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho			
EOL Alecrim	Controladas não-operacional com finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança		Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Maravilha I a V		Geração Eólica	Cataguases (MG)

Comercialização de energia elétrica:

Controlada	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ("ECOM")	Controlada que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Serviços e Outros:

Controladas	Natureza
Energisa Soluções S/A ("ESOL")	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A ("ESOLC")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A ("ESER")	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção – modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S/A	Oferecer produtos financeiros e otimizar os meios de pagamentos e serviços da área financeira, através de soluções tecnológicas.
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda	Prestação de serviço de recebimento e tratamento de resíduos orgânicos industriais para a produção e comercialização biofertilizante. A Companhia está em fase final na construção de sua usina de biogás cuja atividade principal será o tratamento de resíduos orgânicos industriais para a geração e comercialização futura de biometano.
Lurean S/A	Prestação de serviço de recebimento e tratamento de resíduos orgânicos industriais para a produção e comercialização biofertilizante. A Companhia está em fase inicial na construção de sua usina de biogás cuja atividade principal será o tratamento de resíduos orgânicos industriais para a geração e comercialização futura de biometano.
Clarke Desenvolvimento de Software S/A	Desenvolvimento de sistemas e programas de computador, licenciamento de programas não-custumizáveis, intermediação e agenciamento de serviços e negócios e consultoria em gestão empresarial.

Notas Explicativas

Distribuição de gás canalizado:

Controlada	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Companhia de Gás do Espírito Santo ("ES GÁS")	Controlada atua como concessionária de serviço público de gás canalizado e possui sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, atendendo atualmente consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, climatização, automotivo, termogeração e cogeração.	Vitória (ES)	01/08/2020	01/08/2045
Energisa Distribuição de Gás S/A - "EDG" *	Por meio da investida Norgás S/A a controlada EDG é detentora de participações minoritárias nas concessões serviço público de gás canalizado: • ALGÁS - Gás de Alagoas S/A • CEGÁS - Companhia de Gás do Ceará • COPERGÁS - Companhia Pernambucana de Gás • POTIGÁS - Companhia Potiguar de Gás	Alagoas Ceará Pernambuco Rio Grande do Norte	17/09/1993 30/12/1993 05/11/1992 21/12/1994	17/09/2043 30/12/2043 05/11/2042 21/12/2044

*Em assembleia geral extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, foi aprovada, a incorporação da EDGNE pela Energisa Distribuição de Gás S.A. ("EDG"), resultando na extinção da EDGNE, que será sucedida pela EDG, a título universal, em todos os seus direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. Os ativos e passivos da EDGNE foram transferidos para a incorporadora pelos respectivos valores contábeis, conforme laudo de incorporação emitidos pelos avaliadores.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Denerge Desenvolvimento Energético S/A ("DENERGE"), Rede Energia Participações S/A ("REDE"), Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), QMRA Participações S/A ("QMRA") e Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A ("EEVP"), incorporada posteriormente pela DENERGE, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial ("RJ"). Em 2022, o plano de recuperação foi devidamente cumprido, possibilitando o encerramento e o seu respectivo arquivamento.

Os saldos remanescentes das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial estão registrados nas controladas, nas rubricas de Empréstimos, Debêntures, Fornecedores e Outras contas a pagar e estão líquidos do Ajuste a Valor Presente (AVP). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das controladas.

Descrição	REDE ENERGIA	DENERGE	CTCE	Total
Saldo em 31/12/2024	393.446	369.791	117.566	880.803
(+) Atualização	11.424	47.619	3.521	62.564
Reversão Ajuste a Valor Presente	48.205	17.289	16.009	81.503
(-) Pagamentos	(4.456)	(31.689)	(961)	(37.106)
Saldo em 31/12/2025	448.619	403.010	136.135	987.764
(+) Atualização	2.822	11.452	870	15.144
Reversão Ajuste a Valor Presente	13.417	5.084	4.463	22.964
Saldo em 31/03/2026	464.858	419.546	141.468	1.025.872

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e o resumo das políticas contábeis materiais não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações trimestrais da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2026.

2.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2026

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.

3. Informações intermediárias consolidadas

As informações trimestrais consolidadas compreendem as informações financeiras da Energisa e suas controladas em 31 de março de 2026. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

Notas Explicativas

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

A seguir são apresentadas as controladas diretas e indiretas da Companhia.

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				31/03/2026	31/12/2025
Controladas diretas					
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	ESE	ESA	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMR	ESA	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	ERO	ESA	Distribuição de energia	99,51	99,51
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	EAC	ESA	Distribuição de energia	99,77	99,77
Energisa Soluções S/A	ESOL	ESA	Serviços	100	100
Voltz Capital S/A	Voltz	ESA	Serviços	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Dinâmica	ESA	Securitização de créditos	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	ESEA	ESA	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	EPLAN	ESA	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	ECOM	ESA	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A	EGUM	ESA	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	EGCS-CO	ESA	Geração solar de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda.	SOBR	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A	EGCE-BE	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A	EGCE-MA	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A	EGCE-AL	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A	EGCE-UM	ESA	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	ESA	Geração solar de energia	100	100

Notas Explicativas

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				31/03/2026	31/12/2025
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	ESA	Geração solar de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	ESA	Holding e Geração de energia distribuída	89,70	89,70
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽²⁾	EPM	ESA	Holding	100	100
Energisa Participações Nordeste S/A ⁽²⁾	EPNE	ESA	Holding	55	55
Nova Denerge S/A	NOVA DENERGE	ESA	Holding	99,99	99,99
Energisa Transmissão de Energia S/A ⁽¹⁾	ETE	ESA	Holding	100	100
Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	ESA	Holding	100	100
Energisa Biogás S/A	EBG	ESA	Holding	100	100
Fundo de Investimento em Cotas ⁽³⁾	FDIC	ESA	Fundo de investimento	100	100
FIM Zona da Mata	FIM	ESA	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	CX FI ESA	ESA	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Clarke Desenvolvimento de Software S/A	CLARKE	ESA	Serviços	70,04	70,04
Controladas indiretas					
Rede Energia Participações S/A ⁽¹⁾	REDE	DENERGE NOVA	Holding	99,80	99,80
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	DENERGE	DENERGE	Holding	100	100
QMRA Participações S/A	QMRA	REDE	Holding	99,80	99,80
Multi Energisa Serviços S/A	Multi	REDE	Serviços	99,90	99,90
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	CTCE	REDE	Comercialização de energia	99,80	99,80
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMT	REDE	Distribuição de energia	97,31	97,31
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMS	REDE	Distribuição de energia	99,73	99,73
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	ETO	REDE	Distribuição de energia	76,52	76,52
Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	ESS	REDE	Distribuição de energia	99,06	99,06
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	ESOLC	ESOL	Serviços	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A II	ETT II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	ETE	Transmissão de energia	100	100
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPT	ETE	Transmissão de energia	100	100
Gemini Energy S/A	Gemini	ETE	Transmissão de energia	100	100
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ⁽¹⁾	LMTE	Gemini	Transmissão de energia	85,04	85,04
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ⁽¹⁾	LXTE	Gemini	Transmissão de energia	83,34	83,34
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia	LITE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Plena Op. e Manut. de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Gemini	Transmissão de energia	100	100
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda.	Laralsol	ALSOL	Geração de energia distribuída	99,90	99,90
URB – Energia Limpa Ltda.	URB	ALSOL	Geração de energia distribuída	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda.	Reenergisa I	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	Reenergisa II	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	Reenergisa III	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	Reenergisa IV	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A	Reenergisa V	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	Reenergisa VI	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S/A	Reenergisa VII	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A	Reenergisa VIII	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda.	Renesolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100

Notas Explicativas

Empresas	Sigla	Controladora	Ramo de atividade	% de participação	
				31/03/2026	31/12/2025
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda.	Flowsolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	Carbonsolar	ALSOL	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda.	AGRIC	EBG	Usina de compostagem	100	100
Companhia de Gás do Espírito Santo	ES GÁS	EDG	Distribuição de gás canalizado	100	100
Ângulo 45 Participações S/A	Ângulo 45 Part	ALSOL	Holding	100	100
Ângulo 45 Empreendimentos S/A	Empreendimentos	Ângulo 45	Geração distribuída fotovoltaica	100	100
Norgás S/A	Norgás	EDGNE	Holding	51	51
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EPB	EPNE	Distribuição de energia	100	100

⁽¹⁾ Companhias abertas.

⁽²⁾ Participação % conforme acordo de acionista, vide nota explicativa nº 31.

⁽³⁾ Fundo de Investimento e Cotas (FIC – FIDC) – Em fevereiro de 2025, a Companhia e o BTG Pactual aditaram o acordo de cotistas para: (i) alterar a data limite para o exercício das opções de compra e venda, que passarão de 4 (quatro) anos para 7 (sete) anos, contados da assinatura do acordo de cotistas e (ii) alterar a cláusula que dispõe a respeito do preço de exercício da opção, mediante ajuste na taxa spread que passou de 2,35% ao ano para 1,95% ao ano. Em 31 de março de 2026 o montante era de R\$390.276 (R\$375.637 em 31 de dezembro de 2025), vide nota explicativa nº 19.

⁽⁴⁾ Em 2025, a controladas a seguir tiveram suas participações alteradas devido a reorganização societária do Grupo: (i) controlada Denerge teve seu controle transferido para a controlada Nova Denerge (antiga Nova Gemini); (ii) controlada Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) teve suas ações preferenciais alienadas pelo acionista Itaú a Companhia; (iii) a controlada EDG teve as ações de titularidade do acionista EPM transferidas para Companhia via redução de capital na EPM; (iv) aumento de participação na controlada indireta Rede Energia devido ao aumento de capital realizado pela EPM; (v) e as incorporações da Rede Power na Rede Energia S/A e Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A na Energisa Distribuição de Gás S/A, maiores detalhes na movimentação da nota explicativa nº15. Adicionalmente, a EPM foi incorporada em 01 de abril de 2026 pela Denerge (ambas controladas indiretas da Energisa S/A).

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento – consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

Resumem-se a seguir as operações por segmento:

Notas Explicativas

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2026							
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos / combinação de negócios	Total
Receitas operacional líquida	7.997.688	292.648	170.159	460.781	136.705	185.511	(248.287)	8.995.205
Custos e despesas operacionais	(6.026.765)	(65.631)	(117.986)	(450.313)	(78.720)	(172.995)	265.945	(6.646.465)
Depreciações e amortizações	(411.872)	(371)	(29.540)	(402)	(18.353)	(23.141)	(85.403)	(569.082)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e participações societárias	1.559.051	226.646	22.633	10.066	39.632	(10.625)	(67.745)	1.779.658
Receitas Financeiras	384.175	16.784	16.521	3.687	6.068	378.623	(245.041)	560.817
Despesas Financeiras	(1.113.776)	(102.590)	(73.986)	(12.391)	(26.160)	(513.453)	251.452	(1.590.904)
Resultado financeiro	(729.601)	(85.806)	(57.465)	(8.704)	(20.092)	(134.830)	6.411	(1.030.087)
Resultado de participações societárias	-	-	4.523	-	-	1.668.516	(1.633.661)	39.378
Imposto de renda e contribuição societárias	(177.599)	(43.737)	12.265	(2.820)	(6.944)	(11.365)	16.021	(214.179)
Lucro líquido do período	651.851	97.103	(18.044)	(1.458)	12.596	1.511.696	(1.678.974)	574.770

	31/03/2025							
	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos / combinação de negócios	Total
Receitas operacional líquida	7.493.910	349.162	151.121	320.319	156.990	163.960	(225.846)	8.409.616
Custos e despesas operacionais	(5.421.184)	(72.857)	(47.656)	(380.747)	(117.986)	(161.397)	189.198	(6.012.629)
Depreciações e amortizações	(362.568)	(364)	(24.245)	(107)	(16.833)	(25.452)	(86.283)	(515.852)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e participações societárias	1.710.158	275.941	79.220	(60.535)	22.171	(22.889)	(122.931)	1.881.135
Receitas Financeiras	431.498	13.315	8.460	4.247	9.643	355.638	(264.764)	558.037
Despesas Financeiras	(929.806)	(75.978)	(51.832)	(9.009)	(31.466)	(342.013)	268.182	(1.171.922)
Resultado financeiro	(498.308)	(62.663)	(43.372)	(4.762)	(21.823)	13.625	3.418	(613.885)
Resultado de participações societárias	-	-	4.009	-	-	2.141.495	(2.115.032)	30.472
Imposto de renda e contribuição societárias	(230.525)	(37.979)	6.640	18.775	(409)	(44.255)	16.746	(271.007)
Lucro líquido do período	981.325	175.299	46.497	(46.522)	(61)	2.087.976	(2.217.799)	1.026.715

	Distribuição de energia elétrica	Transmissão de energia elétrica	Geração Hidráulica, solar e distribuída	Comercialização	Distribuição de Gás Canalizado	Holding e Serviços	31/03/2026	31/12/2025
Ativos dos segmentos	63.279.307	10.372.754	3.794.398	595.594	1.879.731	14.590.394	94.512.178	90.786.128
Ativo circulante	16.411.969	1.388.901	373.827	436.397	321.274	5.738.372	24.670.740	22.276.703
Ativo não circulante	46.867.338	8.983.853	3.420.571	159.197	1.558.457	8.852.022	69.841.438	68.509.425
Passivos dos segmentos	45.788.116	4.977.551	2.522.953	831.844	765.363	18.020.376	72.906.203	69.630.640
Passivo circulante	10.659.898	638.640	222.126	344.835	306.655	2.612.835	14.784.989	14.793.626
Passivo não circulante	35.128.218	4.338.911	2.300.827	487.009	458.708	15.407.541	58.121.214	54.837.014

Notas Explicativas

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2026	31/03/2025
Receita líquida total de segmentos	9.243.492	8.635.462
Eliminação de receitas intersegmentos	(248.287)	(225.846)
Receita líquida consolidada	8.995.205	8.409.616
Custos e despesas operacionais	(6.912.410)	(6.201.827)
Eliminação de receitas intersegmentos	265.945	189.198
Custos e despesas operacionais consolidada	(6.646.465)	(6.012.629)
Amortização e depreciação total de segmentos	(483.679)	(429.569)
Resultado intersegmentos	(85.403)	(86.283)
Amortização e depreciação consolidada.	(569.082)	(515.852)
Receita financeira total de segmentos	805.858	822.801
Eliminação de receitas intersegmentos	(245.041)	(264.764)
Receita financeira consolidada	560.817	558.037
Despesa financeira total de segmentos	(1.842.356)	(1.440.104)
Eliminação de despesa intersegmentos	251.452	268.182
Despesa financeira consolidada	(1.590.904)	(1.171.922)
Total do resultado dos segmentos	788.949	1.297.722
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	788.949	1.297.722
Imposto de renda e contribuição societárias	(214.179)	(271.007)
Impostos sobre Lucro	(214.179)	(271.007)
Lucro líquido do período	574.770	1.026.715
Lucro líquido do período	574.770	1.026.715

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo		
Ativo total dos segmentos	94.512.178	90.786.128
Outros valores não alocados	(7.791.295)	(7.314.481)
Total Ativo consolidado	86.720.883	83.471.647
Passivo		
Passivo total dos segmentos	72.906.203	69.630.640
Outros valores não alocados	(7.820.838)	(7.343.537)
Total passivo consolidado	65.085.365	62.287.103

5. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	77.723	77.385	651.271	930.644
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	284.833	275.139	313.722	309.593
Operações compromissadas	-	-	175.428	145.768
Total - Circulante ⁽¹⁾	362.556	352.524	1.140.421	1.386.005

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 101,1% do CDI (101,1% do CDI em 31 de dezembro de 2025) na controladora e 97,1% do CDI (97,9% do CDI em 31 de dezembro de 2025) no consolidado.

Notas Explicativas

5.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	9	9	344.868	293.786
Certificado de Depósito Bancário (CDB) Garantias Comerciais ⁽¹⁾	-	-	11.178	14.077
Debêntures ⁽²⁾	6.261.451	6.153.279	-	-
Fundos de Investimentos ⁽³⁾	120.533	117.622	200.937	240.037
Fundos de investimentos exclusivos				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.853	1.663	10.892	5.591
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.028	1.408	3.925	4.731
Compromissadas	191.448	201.029	728.319	674.279
Fundo multimercado	208.046	293.558	794.206	986.809
Fundo de renda fixa	1.696.489	1.406.120	6.432.137	4.727.526
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	292.118	344.044	1.108.519	1.115.278
Letra Financeira (LF)	337.687	311.501	1.289.102	1.047.127
Nota de Crédito	3.200	3.780	12.216	12.707
Nota do tesouro nacional (NTNB)	44.977	50.236	171.746	168.870
Nota do tesouro nacional (NTNF)	-	59.870	-	201.257
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios ⁽⁴⁾	-	-	71.365	70.011
Total ⁽⁵⁾	9.159.839	8.944.119	11.179.410	9.562.086
Circulante	3.578.723	3.443.285	10.655.635	9.087.240
Não Circulante	5.581.116	5.500.834	523.775	474.846

⁽¹⁾ **Certificado de Depósito Bancário (CDB) Garantias Comerciais** - refere-se a recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica de outros passivos - outras contas a pagar, classificado no passivo circulante no consolidado;

⁽²⁾ **Debêntures:** refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;

⁽³⁾ **Fundo de Investimento:** inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado;

⁽⁴⁾ **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados** - FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01 de outubro de 2034; e

⁽⁵⁾ Inclui na controladora R\$42.700 (R\$41.261 em 31 de dezembro de 2025) e no consolidado R\$544.790 (R\$491.106 em 31 de dezembro de 2025) referente a recursos vinculados.

A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 78,3% do CDI (81,6% do CDI em 31 de dezembro de 2025) na controladora e 95,1% do CDI (97,9% do CDI em 31 de dezembro de 2025) no consolidado.

6. Clientes, consumidores, concessionárias e outros

	Controladora		Consolidado								PPECLD ⁽¹⁾	Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos								
	31/03/2026	31/12/2025	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/03/2026	31/12/2025			
Valores correntes: ⁽²⁾													
Residencial	-	-	665.713	-	561.286	105.909	6.077	30.834	(167.546)	1.202.273	1.221.675		
Industrial	-	-	137.545	-	24.833	3.397	6.661	38.407	(38.591)	172.252	175.015		
Comercial	-	-	263.160	-	89.524	15.165	4.500	34.807	(40.512)	366.644	369.338		
Rural	-	-	153.951	-	70.436	24.479	34.173	18.526	(19.258)	282.307	300.467		
Poder público	-	-	154.419	-	15.535	509	345	1.438	(1.675)	170.571	171.417		
Iluminação pública	-	-	65.943	-	2.468	10	23	6.591	(6.601)	68.434	72.899		
Serviço público	-	-	54.587	-	12.779	13.317	20.090	135.098	(151.920)	83.951	87.384		
Fornecimento não faturado	-	-	1.214.943	151.102	-	-	-	-	(11.364)	1.354.681	1.443.625		
(-) Arrecadação em processo de classificação	-	-	(2.245)	-	-	-	-	-	-	(2.245)	(627)		
Valores renegociados:	-	-											
Residencial	-	-	56.520	311.705	42.544	23.326	30.905	210.043	(407.621)	267.422	273.681		
Industrial	-	-	7.911	39.427	4.526	1.818	4.045	38.459	(52.760)	43.426	40.318		

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado							Total	
	31/03/2026	31/12/2025	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽¹⁾	31/03/2026	31/12/2025
			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias			
Comercial	-	-	41.893	185.283	17.588	5.064	7.122	69.423	(120.833)	205.540	213.274
Rural	-	-	11.154	54.486	6.443	3.395	4.838	15.746	(45.543)	50.519	52.917
Poder público ⁽³⁾	-	-	6.308	166.446	1.825	51	1	1.769	(2.958)	173.442	184.547
Iluminação pública	-	-	1.170	12.617	208	7	-	110	(116)	13.996	14.868
Serviço público	-	-	1.122	16.169	118	-	274	3.953	(4.228)	17.408	19.957
(-) Ajuste a Valor Presente ⁽⁴⁾	-	-	(34.277)	(149.464)	-	-	-	-	-	(183.741)	(202.586)
Subtotal-clientes	-	-	2.799.817	787.771	850.113	196.447	119.054	605.204	(1.071.526)	4.286.880	4.438.169
Suprimento energia a concessionárias ⁽⁵⁾	-	-	209.024	-	-	-	-	32.027	(880)	240.171	201.276
Serviços Especializados	73.160	77.246	104.010	21.424	5.324	1.677	3.140	15.987	(66.012)	85.550	101.886
Serviços de transmissão de energia elétrica ⁽⁶⁾	-	-	79.319	-	456	3.090	8.559	26.896	(19.780)	98.540	88.087
Serviços de distribuição de gás	-	-	48.090	-	1.935	71	72	912	(1.035)	50.045	97.541
Energia Comercializada com clientes livres	-	-	206.791	-	-	-	-	-	(318)	206.473	222.090
Outros ⁽⁷⁾	-	-	52.603	-	-	-	-	214.437	(202.225)	64.815	45.691
Total	73.160	77.246	3.499.654	809.195	857.828	201.285	130.825	895.463	(1.361.776)	5.032.474	5.194.740
Circulante	73.160	77.246								4.610.348	4.771.318
Não circulante	-	-								422.126	423.422

(1) Seguem as variações das provisões de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	31/03/2026	31/12/2025
Saldo em 31/12/2025 e 31/12/2024 – circulante e não circulante	1.473.177	1.403.608
Provisões liquidas constituídas no período ^(a)	155.567	526.893
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(103.026)	(457.324)
Saldo em 31/03/2026 e 31/12/2025 – circulante e não circulante	1.525.718	1.473.177
Alocação:		
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.361.776	1.313.315
Títulos de créditos a receber	54.799	54.801
Outros créditos	109.143	105.061
	1.525.718	1.473.177

a) Inclui (i) provisão constituída na controlada EMT no montante de R\$133 (R\$87.907 em 31 de dezembro de 2025 nas controladas EMT, EMR, EPB e ESE) relacionado a ICMS geração distribuída (GD) contabilizada em outros resultados.

(2) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

(3) **Poder Público** – inclui valores de créditos a receber pelas controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue:

(i) A controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal.

Em 24 de abril de 2024, a controlada ESE recebeu o precatório no montante de R\$104.508. Permanece em discussão um valor adicional de R\$40.941, cujos cálculos em 31 de março de 2026 permaneceram em análise. A posição dos nossos assessores legais é de que o recebimento do valor adicional é praticamente certa a realização, uma vez que a discussão está baseada em erro de cálculo da CODEVASF.

O risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a CODEVASF empresa pública dependente, com controle societário da União Federal.

Em 31 de março de 2026, o valor a receber referente a esses créditos, com juros e correção monetária é de R\$46.651 (R\$46.651 em 31 de dezembro de 2025). Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$22.555 (R\$23.951 em 31 de dezembro de 2025), que estão contabilizados na demonstração do resultado do período na rubrica de outras despesas

Notas Explicativas

financeiras, calculado pela aplicação da taxa de desconto anual de IPCA-E + 20%, refletindo o risco da operação sendo o credor a União. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(ii) A controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042). Em 31 de março de 2026 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$56.100 (R\$58.145 em 31 de dezembro de 2025). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$22.346 (R\$22.768 em 31 de dezembro de 2025), tendo sido contabilizado R\$422 (R\$1.194 em 31 de dezembro de 2025) na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(4) **Ajuste a Valor Presente (AVP)** – calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado.

(5) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que se apresenta como segue:

Composição dos créditos e débitos junto a CCEE	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	209.024	170.129
Créditos vinculados a liminares ^(*)	32.027	32.027
Subtotal créditos CCEE ^(**)	241.051	202.156
(-) Aquisição de energia na CCEE ^(***)	(500.277)	(420.168)
(-) Encargos de Serviços do Sistema – ESS ^(***)	(32.293)	(6.887)
Total débitos (créditos) CCEE	(291.519)	(224.899)

(*) Créditos vinculados a liminares – os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(**) O subtotal de R\$241.051 (R\$202.156 em 31 de dezembro 2025) não inclui a provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$880 (R\$880 em 31 de dezembro de 2025).

(***) Vide nota explicativa nº 18.

(6) A PPECLD foi constituída sobre os saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das controladas transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o período, onde as controladas avaliaram que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuaram o reconhecimento da provisão para perdas;

(7) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar de consumidores, tais como:

ICMS Demanda – processo referente ao ICMS Demanda movido pelo Estado de Mato Grosso contra a controlada EMT decorrentes de autuações sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A controlada EMT firmou em 23 de setembro de 2021 o Termo de Acordo Extrajudicial –TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021, do débito integral com a adesão ao Programa REFIS-MT. A controlada ingressou com medidas administrativas e/ou judiciais para a recuperação dos valores pagos, com o regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa de R\$79.337 (R\$79.469 em 31 de dezembro de 2025) em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

ICMS Geração Distribuída – inclui parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição e da tarifa de energia dos consumidores com geração distribuída (GD) que não estão abarcados pela isenção concedida pelos Estados no valor de R\$97.592 (R\$97.675 em 31 de dezembro 2025), que já se encontra integralmente provisionado em perdas estimadas.

Créditos de ICMS a receber dos clientes		
Empresa/Origem	31/03/2026	31/12/2025
EMT – ICMS Demanda	79.337	79.469
EMT – ICMS Geração Distribuída	73.406	73.471
EPB – ICMS Geração Distribuída	16.094	16.101

Notas Explicativas

Créditos de ICMS a receber dos clientes		
Empresa/Origem	31/03/2026	31/12/2025
ESE – ICMS Geração Distribuída	155	166
EMR – ICMS Geração Distribuída	1.313	1.313
EAC – ICMS Geração Distribuída	133	133
ERO – ICMS Geração Distribuída	6.491	6.491
TOTAL	176.929	177.144

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	684.897	665.964
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	331.415	327.537	1.805.239	1.707.977
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	21.146	19.803	456.922	459.789
Contribuições ao PIS e à COFINS	4.714	4.970	249.366	263.897
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	-	884.437	967.964
Outros	2.883	2.125	70.784	73.197
Total	360.158	354.435	4.151.645	4.138.788
Circulante	134.193	128.972	1.964.547	1.856.382
Não circulante	225.965	225.463	2.187.098	2.282.406

⁽¹⁾ Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS:

Empresas	31/03/2026	31/12/2025
Ações judiciais com trânsito em julgado		
EPB	139.238	136.239
ETO	70.864	70.203
ESE	9.298	11.592
EMT	383.084	403.100
EMS	28.082	55.024
EMR	122.418	138.564
ESS	131.453	153.242
Total	884.437	967.964
Circulante	283.185	360.907
Não Circulante	601.252	607.057

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$2.976.207 em 2021. Em novembro de 2025 na empresa ESS, foi efetuada uma baixa em relação ao saldo inicial R\$54.530 (R\$29.314 de valor principal e R\$25.216 de SELIC), em decorrência do trânsito em julgado da empresa EVP (incorporada da ESS), processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, passando a ser considerado o valor total de R\$2.946.894 oriundos de ações judiciais transitadas em julgado de suas controladas. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos períodos o valor acumulado de R\$1.570.921 (R\$1.552.426 em 31 de dezembro de 2025), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado.

As controladas EPB, ETO, ESE, EMT, EMS, ERO, EAC, ESS e EMR tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações foram de R\$3.633.378 (R\$3.531.356 em 31 de dezembro de 2025).

8. Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios – consolidado

8.1 Distribuição de Energia Elétrica

Conforme Contrato de Concessão das controladas de distribuição de energia elétrica, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica também podem solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Notas Explicativas

8.1.1 Reajustes Tarifários Anuais

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Empresas	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Data Início
ESS	Resolução 3.480, de 01/07/2025	19,05%	12/07/2025
EMS	Resolução 3.441, de 08/04/2025	1,33%	08/04/2025
EMT	Resolução 3.440, de 01/04/2025	1,79%	08/04/2025
ESE	Resolução 3.444, de 15/04/2025	7,00%	22/04/2025
EMR	Resolução 3.471, de 18/06/2025	3,61%	22/06/2025
EAC	Resolução 3.556, de 09/12/2025	11,54%	13/12/2025
ERO	Resolução 3.560, de 09/12/2025	15,72%	13/12/2025

8.1.2 Revisões Tarifárias Periódicas

As Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EPB e, (ii) a cada cinco anos na EMT, EMS, ESE, EMR, ESS, ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ETO	Resolução 3.479, de 01/07/2025	12,68%	04/07/2025
EPB	Resolução 3.518, de 26/08/2025	13,59%	28/08/2025

A Aneel aprovou a Revisão Tarifária Periódica das Companhias e o efeito referente a remuneração do ativo financeiro indenizável foi reconhecido em outras receitas operacionais. Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, ao final do processo de revisão tarifária, ocorre a convergência com o valor efetivamente homologado pela Aneel.

8.1.3 Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46

Notas Explicativas

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2026	31/12/2025
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

8.1.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2025) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Foram contabilizados no período findo em 31 de março de 2026 um montante negativo de R\$1.027 (R\$6.261 em 31 de dezembro de 2025) relativos majoritariamente ao resultado do ano, além de R\$215 (R\$52 em 31 de dezembro de 2025) de atualização financeira negativa.

Empresas	31/12/2025		Principal	Atualização Monetária	31/03/2026
	Valores homologados (2018)	Valores não homologados (2019 a 2025)			
EMT	867	(62.287)	-	(2.127)	(64.414)
EMS	11.260	50.131	-	1.712	51.843
ESS	-	(3.921)	-	(134)	(4.055)
EPB	-	21.703	-	741	22.444
ERO	-	42.091	(1.207)	1.389	42.273
EAC	704	(48.026)	-	(1.639)	(49.665)
EMR	-	(4.589)	-	(157)	(4.746)
Total	12.831	(4.898)	(1.207)	(215)	(6.320)

8.1.5 Prorrogação das concessões

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, possibilitando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo término dos contratos se dará entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão, objetivando a modernização das redes de distribuição e o melhor atendimento à sociedade. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu consulta pública visando obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. Em 27 de fevereiro de 2025, foi publicada a decisão da ANEEL aprovando a minuta do termo aditivo.

Notas Explicativas

As controladas EMT, EMS, EPB e ESE protocolaram em 28 de março de 2025 os pedidos de antecipação da prorrogação das suas respectivas concessões pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.068/2024 e se encontram na seguinte situação:

Empresas	Vencimento atual	Novo vencimento	Data aprovação da Aneel	Data da assinatura MME
EMT	11/12/2027	11/12/2057	09/12/2025	08/05/2026
EMS	04/12/2027	04/12/2057	17/06/2025	08/05/2026
ESE	23/12/2027	23/12/2057	11/11/2025	08/05/2026
EPB	21/03/2031	21/03/2061	10/06/2025	08/05/2026

De acordo com a decisão da ANEEL, as empresas cumpriram os critérios relativos à eficiência da continuidade do fornecimento e da gestão econômico-financeira e comprovaram a regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificações jurídica, econômico-financeira e técnica, atendendo dessa forma as condicionantes estabelecidas no Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024.

Em 2 de abril de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) aprovou a prorrogação da concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica da EMT, EMS, EPB e ESE, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União na mesma data.

8.2 Transmissão de Energia Elétrica

8.2.1 Reajustes Tarifários Anuais

A Resolução Homologatória nº3.481, de 17 de julho de 2025, estabeleceu as RAP's das controladas de transmissão de energia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP das controladas foram reajustadas pelo IPCA em +5,32%.

A seguir, RAP das controladas reajustadas sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Empresas	Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Total	Total
		RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC/RCDM	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
LMTE	009/2008	152.969	91	3	7.711	2.427	824	164.025	155.740
EAM	009/2021	24.389	228	-	12.578	4.508	3.836	45.539	30.606
EGO I	024/2017	54.917	-	-	-	-	-	54.917	52.143
EPA I	043/2017	53.638	-	-	10.236	-	4.834	68.708	65.238
EPA II	030/2018	39.015	7.000	-	9.101	-	937	56.053	53.222
EPT	022/2016	3.262	-	-	8.977	-	1.627	13.866	13.166
ETT II	014/2021	1.092	-	-	3.295	-	1.058	5.445	4.805
ETT I	004/2019	83.709	-	-	4.577	-	1.710	89.996	85.450
LXTE	008/2008	169.853	9.661	-	-	-	-	179.514	170.447
LTTE	020/2011	47.958	8.035	-	6.782	16.317	6.461	85.553	81.231

8.3 Distribuição de Gás Canalizado

8.3.1 Reajustes Tarifários

O valor da tarifa compreende: (i) o preço da molécula (impactado pela cotação do Brent e pelo câmbio); (ii) o transporte, que se refere ao custo para trazer o gás dos pontos de extração e produção até as redes de distribuição; (iii) a conta gráfica, decorrente do descasamento temporário entre o custo médio do gás repassado pela concessionária aos consumidores cativos através das tarifas e o custo do gás efetivamente incorrido pela concessionaria ao longo do período de vigência das tarifas; (iv) os tributos (PIS/Cofins e ICMS); (v) a margem de distribuição. O Reajuste Tarifário é realizando trimestralmente com o objetivo de repassar os custos de gás e de transporte e para repassar o saldo acumulado da conta gráfica. Anualmente, em agosto, ocorre o reajuste da margem de distribuição pela inflação.

Notas Explicativas

Ato Regulatório	Efeitos	Vigência	
		Início	Término
Decisão ARSP 003, de 18/10/2023	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/11/2023	31/01/2024
Decisão ARSP 001, de 18/01/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/02/2024	30/04/2024
Decisão ARSP 002, de 19/04/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e termoeletrico	01/05/2024	31/07/2024
Resolução ARSP 075, de 17/07/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e margem de distribuição	01/08/2024	31/10/2024
Decisão ARSP 003, de 21/10/2024	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/11/2024	31/01/2025
Decisão ARSP/DG 002, de 21/01/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico	01/02/2025	30/04/2025
Decisão ARSP/DG 004, de 16/04/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e termoeletrico	01/05/2025	31/07/2025
Resolução ARSP 091, de 31/07/2025	Reajuste tarifário segmento não termoeletrico e margem de distribuição	01/08/2025	31/10/2025

8.3.2 Revisões Tarifárias

O processo de Revisão Tarifária Ordinária (“RTO”) tem como objetivo revisar a margem média de distribuição, considerando a estrutura projetada de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, o plano de investimentos, além das metas de qualidade para o ciclo tarifário em processamento. Ocorre a cada 5 (cinco) anos, a nova estrutura tarifária está em vigor mediante Resolução ARSP 091, de 31/10/2025, que estabeleceu a margem média de distribuição no valor de R\$0,4702/m³ sem tributos.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais (Distribuição de energia elétrica) – Consolidado

	31/03/2026			31/12/2025		
	Valores em amortização	Valores em constituição	Total	Valores em amortização	Valores em constituição	Total
Ativos financeiros setoriais						
Circulante	4.817	1.466.023	1.470.840	9.125	814.620	823.745
Não circulante	-	605.696	605.696	-	892.356	892.356
	4.817	2.071.719	2.076.536	9.125	1.706.976	1.716.101
Passivos financeiros setoriais						
Circulante	273.507	42.719	316.226	575.878	177.357	753.235
Não circulante	-	589.595	589.595	-	546.999	546.999
	273.507	632.314	905.821	575.878	724.356	1.300.234
Saldo líquido dos ativos e passivos	(268.690)	1.439.405	1.170.715	(566.753)	982.620	415.867

	Saldo em 31/12/2025	Receita operacional		Remuneração	Recebimentos/pagamentos		Saldo em 31/03/2026
		Adição	Amortização		Bandeiras Tarifárias (1)	Outros (4.1)	
Itens da Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda	1.110.428	160.124	(65.793)	(4.964)	(65.178)	-	1.134.617
Transporte de energia elétrica - Rede básica	252.116	52.542	(42.554)	1.422	-	-	263.526
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	30.102	(18.499)	(12.221)	(1.064)	-	-	(1.682)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	(65.490)	36.419	(11.284)	1.025	28	-	(39.302)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	629.387	218.188	(24.708)	8.131	-	-	830.998
Transporte de energia elétrica - Itaipu	8.560	7.399	1.952	66	-	-	17.977
Bandeiras Tarifárias CCRBT (1)	(159.287)	159.231	-	-	-	-	(56)
Componentes financeiros							
Neutralidade da Parcela A	54.402	(54.904)	(12.821)	(1.574)	-	-	(14.897)
Sobrecontratação de energia	99.668	167.017	(37.878)	(83)	(22.615)	-	206.109
Devoluções Tarifárias (2)	(618.345)	(53.814)	19.000	(17.604)	-	-	(670.763)
CUSD	(856)	59	261	(13)	-	-	(549)
Exposição de submercados	72.067	2.035	(9.356)	84	-	-	64.830
Garantias financeiras	7.375	804	(1.906)	89	-	-	6.362
Saldo a compensar	5.111	7.041	6.062	598	-	-	18.812
Diferimento Risco Hidrológico (3)							
Outros itens financeiros (4)	(1.009.371)	(134.484)	489.310	(1.610)	-	10.888	(645.267)
Saldo líquido dos ativos e passivos	415.867	549.158	298.064	(15.497)	(87.765)	10.888	1.170.715

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2024	Receita operacional		Remuneração	Crédito PIS/COFIN S	Recebimentos/pagamento s		Saldo em 31/12/2025
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(4.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	52.200	1.000.423	102.323	70.226	-	(114.744)	-	1.110.428
Transporte de energia elétrica - Rede básica	242.363	189.657	(196.820)	16.916	-	-	-	252.116
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(8.469)	48.488	(12.476)	2.559	-	-	-	30.102
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	159.602	(100.631)	(119.628)	(7.180)	-	2.347	-	(65.490)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(49.544)	646.196	(15.200)	47.935	-	-	-	629.387
Transporte de energia elétrica - Itaipu	8.131	7.406	(7.223)	246	-	-	-	8.560
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(151.741)	(7.546)	-	-	-	-	-	(159.287)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(192.667)	78.139	163.075	5.855	-	-	-	54.402
Sobrecontratação de energia	220.146	200.823	(84.598)	9.793	-	(246.496)	-	99.668
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(414.720)	(215.013)	68.750	(57.362)	-	-	-	(618.345)
CUSD	2.583	22	(3.436)	(25)	-	-	-	(856)
Exposição de submercados	(5.816)	78.304	(6.935)	6.514	-	-	-	72.067
Garantias financeiras	9.087	5.152	(7.405)	541	-	-	-	7.375
Saldo a compensar	(11.801)	(399)	16.143	1.168	-	-	-	5.111
Diferimento Risco Hidrológico ⁽³⁾	60.816	-	(60.816)	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros ⁽⁴⁾	(910.901)	(906.562)	1.730.291	88.965	(662.433)	-	(348.731)	(1.009.371)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(990.731)	1.024.459	1.566.045	186.151	(662.433)	(358.893)	(348.731)	415.867

⁽¹⁾ **Bandeiras tarifárias CCRBT:** desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Os valores recebidos ou repassados pelas controladas referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 31 de março de 2026, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, estão apresentados a seguir:

Empresas	31/03/2026		31/12/2025	
	Recebido	Repassado	Recebido	Repassado
EMR	567	(72)	18.685	-
ESE	667	(3.083)	4.537	(19.139)
EPB	1.393	(7.332)	35.755	(12.510)
EMT	50.532	-	176.566	-
EMS	28.188	-	73.253	-
ESS	710	(4.792)	19.549	(1.449)
ETO	1.030	(711)	11.357	(1.226)
ERO	22.271	-	63.919	(1.404)
EAC	273	(1.876)	1.910	(10.910)
Total	105.631	(17.866)	405.531	(46.638)

⁽²⁾ **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da Selic. Para as controladas distribuidoras de energia elétrica que já assinaram o novo termo aditivo do Contrato de Concessão, estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da controlada distribuidora de energia elétrica (EAC, EMR, ETO, ESS e ERO). Para as controladas distribuidoras de energia que ainda regem as regras anteriores do Contrato de Concessão, estes valores são acumulados durante o Ciclo de Revisão Tarifária (EMS, EMT, EPB e ESE).

⁽³⁾ **Diferimento Risco Hidrológico - ERO:** em 11 de dezembro de 2023, por intermédio da Carta ENERGISARO/VPR ANEEL/Nº055/2023, a ERO apresentou proposta de diferimento, no valor de R\$57.800 que estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado, durante o período do ciclo tarifário. O montante foi alocado como componente financeiro da Parcela A, com o objetivo de mitigar os impactos tarifários no período, sendo revertido no processo tarifário subsequente, atualizado pela taxa SELIC. Assim, no processo tarifário realizado em dezembro de 2024, iniciou-se a reversão à distribuidora do valor atualizado de R\$64.089, cuja amortização foi integralmente concluída em dezembro de 2025.

⁽⁴⁾ **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras de energia elétrica, tais como:

- **Revisão Tarifária Extraordinária - RTE (ERO):** Em 12 de dezembro de 2019, a controlada ERO requereu, na exclusiva hipótese de improcedência de seu pedido de reconsideração, que fosse procedida RTE em substituição ao reajuste tarifário anual previsto para

Notas Explicativas

dezembro de 2020, com a avaliação integral de sua Base de Remuneração Regulatória, sendo que foi homologado uma receita a menor naquele ano. Na Nota Técnica 77/2024 – STR/ANEEL, é apresentado a memória de cálculo do valor.

Em 25 de março de 2025, a diretoria da Aneel deu provimento ao pedido de reconsideração da ERO e instaurou Consulta Pública para obter subsídios e informações adicionais para a aplicação dos valores relativos à RTE da ERO, uma vez que o mérito foi reconhecido, sendo registrado um montante de R\$280.262, sendo R\$176.871 registrado como receita operacional (Fornecimento – Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais) e R\$103.391 na receita financeira.

Em dezembro de 2025 a ANEEL homologou os ajustes financeiros e econômicos associados à RTE, por meio do Despacho 3.831/2025, com um efeito financeiro total de R\$377.174, sendo R\$227.980 registrado como receita operacional (Fornecimento – Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais) e R\$149.194 na receita financeira, assim a controlada ERO procedeu a devida atualização dos montantes reconhecidos em março de 2025.

Diante do potencial impacto tarifário significativo decorrente da incorporação integral da RTE no reajuste de 2025, que poderia elevar o efeito médio do reajuste para cerca de 27,93%, a ANEEL, avaliou alternativas para mitigar oscilações tarifárias abruptas aos consumidores. Nesse contexto, a ERO apresentou proposta para atenuação do impacto, sugerindo a incorporação parcial dos efeitos financeiros da RTE no reajuste de 2025.

Como resultado, a ANEEL deliberou pela aplicação, no Reajuste Tarifário Anual de 2025, do efeito econômico integral da RTE, bem como de R\$57.000 do efeito financeiro, já repassados em tarifa no processo de dezembro de 2025. O montante remanescente, estimado em aproximadamente R\$320.174, foi constituído como ativo regulatório, a ser reconhecido nos processos tarifários subsequentes, de modo a assegurar a modicidade tarifária. A amortização desse valor será conforme o reconhecimento tarifário.

- **Créditos do PIS e da COFINS:** conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado. A seguir apresentamos os valores reconhecidos no último ciclo tarifário de cada controlada:

Empresas	Valores reconhecidos nos processos tarifários	
	31/12/2025	
EMT	273.636	
EMS	88.369	
ESS	73.231	
EMR	69.519	
EPB	82.241	
ESE	75.438	
ERO ^(a)	(1)	
Total	662.433	

- (a) **Reversão dos créditos de PIS/ COFINS (ERO):** Considerando que a controladas indiretas, ERO devolveram via tarifa para os consumidores créditos do PIS/COFINS superior ao valor compensado junto à Receita Federal do Brasil, a Aneel no processo tarifário de 2024 e 2025 considerou um componente financeiro de reversão do valor à distribuidora via tarifa.

(4.1) Recebimentos/pagamentos

Reversão Efeito Decreto nº10.665/2021 e DSP nº417/2022 - Reversão Bônus Itaipu: o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Tais valores foram reconhecidos nos processos tarifários das distribuidoras EMT, ESS e EMR. O valor pago pelos consumidores das distribuidoras irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu estão apresentados a seguir:

Empresas	31/03/2026		31/12/2025	
	Valores homologados	Valores pagos	Valores homologados	Valores pagos
EMT	-	-	-	71.650
ESS	-	10.890	43.551	18.146
EMR	-	-	-	14.472
Total (*)	-	10.890	43.551	104.268

(*) Os valores homologados refletem a posição da data do reajuste tarifário, enquanto os valores pagos correspondem aos montantes mensais liquidados, até a data do balanço.

Repasse CDE Modicidade AXIA Energia (Eletrobras): refere-se a valores aportados pela AXIA Energia (Eletrobras) ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. Os valores aprovados pela Aneel das controladas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Empresas	Valores Recebidos
	Despacho 1.536/ 2025
EMT	5.297
EMS	3.079
ESS	2.322
ETO	1.491
EMR	1.047
EPB	3.109
ESE	1.744
ERO	2.186
EAC	736
Total	21.011

Aplicação do Art. 2º-G da Lei 13.203/2015: Modicidade Tarifária Repasse de Excedentes à CDE: Nos termos do art. 2º-G da Lei nº 13.203/2015, incluído pela Lei nº 15.269/2025, os valores excedentes do mecanismo concorrencial centralizado, destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foram utilizados, no período findo em 31 de dezembro de 2025, para fins de modicidade tarifária dos consumidores do ambiente regulado das distribuidoras da Região Norte que ainda não haviam tido seus processos tarifários homologados pela ANEEL.

Os montantes têm como origem o excedente (ágio) do mecanismo concorrencial realizado em 1º de agosto de 2025, conforme informado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), devidamente atualizado.

No âmbito do Reajuste Tarifário Anual de 2025, foi destinado à Energisa Rondônia (ERO) e Energisa Acre (EAC), montante integralmente aplicado na redução das tarifas. Trata-se de repasse aplicado no processo tarifário, com impacto direto e favorável à modicidade tarifária dos consumidores regulados dessas concessões.

Empresas	Valores recebidos
EAC	110.514
ERO	321.474
Total	431.988

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Subvenção créditos CCC:				
Sub-rogação da CCC ⁽¹⁾	-	-	53.893	55.717
Reembolso CCC ⁽²⁾	-	-	13.367	14.706
Reembolso custo de O&M ⁽³⁾	-	-	30.724	26.602
Subtotal	-	-	97.984	97.025
Subvenção - Baixa Renda ⁽⁴⁾	-	-	171.000	179.031
Subvenção CDE - Desconto tarifários ⁽⁵⁾	-	-	918.947	927.841
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽⁶⁾	-	-	2.730	2.730
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	306.237	300.206
Outras ordens em curso	857	830	41.023	48.481
Adiantamentos a fornecedores	29	42	50.441	38.927
Adiantamentos a empregados	679	777	20.880	16.530
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁷⁾	-	-	64.393	65.149
Despesas pagas antecipadamente	61	116	114.627	121.478
Créditos a receber de terceiros e alienação de bens e direitos ⁽⁸⁾	69	77	75.803	83.894
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais ⁽⁹⁾	-	-	143.489	99.900
Recursos Inergus ⁽¹⁰⁾	-	-	33.511	42.946
Títulos de créditos cedidos ao FIDC ⁽¹¹⁾	200.000	200.000	155.153	155.158
Fundos patronais dos planos previdenciários ⁽¹²⁾	-	-	11.850	12.523
Outros ⁽¹³⁾	49.570	47.767	173.268	151.703
Total	251.265	249.609	2.381.336	2.343.522
Circulante	50.532	48.660	1.879.219	1.870.791
Não circulante	200.733	200.949	502.117	472.731

Notas Explicativas

(1) **Sub-rogação CCC:** a controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						31/03/2026	31/12/2025
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	4.840	1.197	1.271	1.439
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	27.160	21.987	52.622	54.278
Total		116.703	62.710	32.000	23.184	53.893	55.717
Circulante						7.072	7.770
Não Circulante						46.821	47.947

(2) **Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado):** os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos de aquisição com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC, gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que após aprovados são repassados às controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	EMT	ERO	EAC	Total
Saldo em 31/12/2024 - circulante	3.510	3.036	48.618	55.164
Provisão (*)	21.379	34.075	96.390	151.844
Recebimento	(20.850)	(34.357)	(137.095)	(192.302)
Saldo em 31/12/2025 - circulante	4.039	2.754	7.913	14.706
Provisão (*)	5.061	8.019	23.272	36.352
Recebimento	(4.549)	(8.050)	(25.091)	(37.690)
Saldo em 31/03/2026 - circulante	4.551	2.723	6.094	13.367

(*) Inclui valores de atualização financeira devido a reproprocessamento de saldos.

(3) **Reembolso custo de O&M:** refere-se ao reembolso dos custos de O&M dos SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte Intermitente) e MIGDI (Microsistema Isolado de Geração e Distribuição de Energia Elétrica), conforme regras estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.016/2022. São sistemas destinados a fornecer energia elétrica para áreas isoladas ou de difícil acesso e, em muitos casos, utilizam fontes renováveis e intermitentes. Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	EMT	ETO	ERO	EAC	Total
Saldo em 31/12/2024 - circulante	2.916	-	4.039	9.182	16.137
Provisão	26.733	30.783	28.554	86.206	172.276
Recebimento	(25.350)	(28.188)	(27.950)	(80.323)	(161.811)
Saldo em 31/12/2025 - circulante	4.299	2.595	4.643	15.065	26.602
Provisão	6.175	3.350	6.398	23.896	39.819
Recebimento	(5.609)	(3.318)	(5.974)	(20.796)	(35.697)
Saldo em 31/03/2026 - circulante	4.865	2.627	5.067	18.165	30.724

(4) **Subvenção - Baixa Renda:** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, que conforme Lei 15.235/2025 são famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita até ½ salário-mínimo e famílias indígenas e quilombolas que possuem desconto único de 100% no consumo menor igual a 80 kWh. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de fevereiro e março de 2026, com estimativas de recebimento para o próximo trimestre, após revisão da ANEEL. Conforme dados históricos, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldo em 31/12/2024 - circulante	6.524	12.790	29.527	14.969	10.564	15.830	5.045	7.234	5.994	108.477
Subvenção	48.162	108.284	236.848	106.415	86.501	110.341	39.931	55.453	45.658	837.593
Ressarcimentos	(44.498)	(98.422)	(212.508)	(99.295)	(78.502)	(104.055)	(36.451)	(51.398)	(41.910)	(767.039)
Saldo em 31/12/2025 - circulante	10.188	22.652	53.867	22.089	18.563	22.116	8.525	11.289	9.742	179.031
Subvenção	14.103	33.659	81.096	30.192	25.456	30.620	11.923	16.805	14.241	258.095
Ressarcimentos	(14.700)	(33.874)	(84.173)	(31.707)	(26.641)	(31.845)	(12.294)	(16.554)	(14.338)	(266.126)
Saldo em 31/03/2026 - circulante	9.591	22.437	50.790	20.574	17.378	20.891	8.154	11.540	9.645	171.000

Notas Explicativas

(5) **Subvenção CDE – Descontos tarifários:** referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período – receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	EMR	ESE	EPB	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldo em 31/12/2024 – circulante	19.278	20.997	30.895	206.198	40.216	167.356	45.894	68.232	16.798	615.864
Subvenção	117.716	102.916	175.796	870.262	210.790	546.283	209.885	186.861	45.880	2.466.389
Ressarcimentos	(98.805)	(94.760)	(145.971)	(741.436)	(169.883)	(513.802)	(190.141)	(161.777)	(37.837)	(2.154.412)
Saldo em 31/12/2025 – circulante	38.189	29.153	60.720	335.024	81.123	199.837	65.638	93.316	24.841	927.841
Subvenção	32.114	28.295	46.393	228.600	53.193	170.326	61.215	57.060	17.685	694.881
Ressarcimentos	(31.449)	(27.111)	(52.216)	(225.423)	(56.584)	(162.387)	(61.063)	(68.680)	(18.862)	(703.775)
Saldo em 31/03/2026 – circulante	38.854	30.337	54.897	338.201	77.732	207.776	65.790	81.696	23.664	918.947

(6) **Bônus – Reembolso do Fundo CDE:** saldo a receber pelas controladas distribuidoras de energia elétrica, relacionado ao Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia.

(7) **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará – CELPA** – são valores, líquidos do AVP, que a Rede Energia e suas controladas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber créditos das Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber pelas controladas é atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.

(8) **Créditos a receber de terceiros** – referem-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de postes, inclui R\$16.134 (R\$13.824 em 31 de dezembro de 2025) de provisão para perdas e venda de sucatas.

(9) **Depósito para reinvestimento** – incentivos fiscais – refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que as controladas distribuidoras de energia elétrica dispõem para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM/ SUDENE, instalada nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Consecutivo	Vigência	Saldo em 31/12/2025	Atualização Juros	Deposito 31/03/2026	Saldo em 31/03/2026
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	85.989	2.934	13.846	102.769
ETO (*)	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	13.911	474	9.118	23.503
EAC (**)	SUDAM	018/2021	01/01/2021 a 31/12/2030	-	-	909	909
EPB (***)	SUDENE	0020/2020	01/01/2020 a 31/12/2029	-	-	9.378	9.378
ESE (****)	SUDENE	0043/2023	22/06/2023 a 31/12/2028	-	-	6.930	6.930
		0438/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	-	-	-	-
TOTAL				99.900	3.408	40.181	143.489

ETO (*) Resgate do Reinvestimento AC 2021 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 309/2025-DGFAI
EAC (**) Resgate do Reinvestimento AC 2021 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 65/2025-DGFAI
EPB (***) Resgate do Reinvestimento AC 2021, AC 2022, AC 2023 e AC 2024 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 4053/2025/SIBF/SUDENE
ESE (****) Resgate do Reinvestimento AC 2023 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 2366/2025/SIBF/SUDENE

(10) **Recursos INERGUS** – refere-se a valores antecipados pela controlada ESE ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS"), com a finalidade de garantir a liquidez e o fluxo financeiro do Plano BD-1. Tais adiantamentos, decorrem de decisões judiciais que suspenderam a cobrança de contribuições extraordinárias dos participantes e assistidos. A movimentação do período findo em 31 de março de 2026 é mencionada na nota explicativa de nº 32 Benefício pós emprego.

(11) Refere-se a créditos cedidos ao FIDC, conforme operação divulgada na nota explicativa nº 3, o valor registrado no consolidado está líquido das perdas esperadas.

(12) **EnergisaPrev – Fundação Energisa de Previdência – Fundo Previdenciário Patronal** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõe também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora. Em 31 de março de 2026 o saldo remanescente é de R\$11.850 (R\$12.523 em 31 de dezembro de 2025).

(13) **Outros** – inclui, na controladora R\$20.318 (R\$18.694 em 31 de dezembro de 2025) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval, eliminados no consolidado.

Notas Explicativas

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (27,79% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (100% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (66,51% do capital total) e pela Multisetor S/A (33,49% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total). A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (70,57% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	31/03/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores, concessionárias e outros – Serviços especializados	73.160	-	77.246	-
Compartilhamento	8.936	-	10.021	-
Outros Créditos – Comissão de aval e fiança	20.318	-	18.694	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures ⁽¹⁾	6.261.451	-	6.153.279	-
Mútuos:				
. CTCE ⁽²⁾	7.316	-	7.085	-
. CTCE ⁽³⁾	99.367	-	95.169	-
. REDE ^{(3) e (4)}	211.797	-	202.383	-
. DENERGE ⁽²⁾	73.515	-	71.199	-
. ETE ⁽²⁾	6.337	-	6.137	-
. EDG ⁽²⁾	62	-	60	-
Total – não circulante	398.394	-	382.033	-
Investimentos – Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁵⁾:				
. SOBRADINHO	680	-	560	-
. EGCE-BE	2	-	1	-
. EGCE-MA	9	-	1	-
. EGCE-AL	2	-	1	-
. EGCE-UM	2	-	1	-
. ETE	676.190	-	646.930	-
. ESEA	1.200	-	1.200	-
. EBG	60.875	-	37.035	-
. ECOM	25.000	-	25.000	-
. EDG	180.000	-	180.000	-
. EPNE	770	-	770	-
. COREMAS	100	-	100	-
Total	944.830	-	891.599	-
	7.707.089	-	7.532.872	-

⁽¹⁾ Refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, e adquirida pela Companhia.

⁽²⁾ **Mútuos** – os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,0640% a.a. (CDI + 1,1144% a.a. em 31 de dezembro de 2025), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65% a.a. (CDI + 2,65% a.a. em 31 de dezembro de 2025)

Controladas	Taxa	Vencimento
CTCE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2026
EDG	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	06/08/2026
ETE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	30/12/2026
DENERGE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2026
ECOM	Juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2026

⁽³⁾ Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial das controladas indireta.

⁽⁴⁾ Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano

Notas Explicativas

incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício de 2017 as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano;

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos. Os aumentos de capital das controladas foram totalmente integralizado pela Companhia, mediante a capitalização de saldo dos créditos oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas e indiretas	Serviços administrativos prestados ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽²⁾	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos Receita (Despesa) financeira ⁽³⁾	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debêntures ⁽⁵⁾
. EMR	6.158	893	14.086	4.368	441.480
. EPB	12.830	1.873	16.238	11.875	409.176
. ESE	7.382	1.739	12.760	5.946	357.833
. ESOL	1.279	-	-	740	-
. EMT	22.988	7.699	31.697	18.602	501.448
. EMS	13.794	4.103	24.686	10.880	539.649
. ETO	9.104	2.732	28.789	7.028	895.772
. ESS	9.206	1.785	14.372	6.758	375.991
. ESOLC	554	-	-	368	-
. CTCE	-	-	4.427	-	-
. MULTI	602	-	-	336	-
. EPLAN	8	-	-	10	-
. ECOM	762	-	-	590	-
. EGUM	12	-	-	8	-
. REDE	-	-	9.414	-	-
. ERO	10.156	3.469	59.592	8.330	1.892.750
. EAC	4.361	1.692	18.055	3.475	603.163
. EPA I	167	30	404	102	139
. EGO I	141	25	-	96	-
. EPA II	154	45	511	113	175
. ETT	298	90	716	221	246
. DINAMICA	-	-	-	2	-
. DENERGE	-	-	2.297	-	-
. ALSOL	1.796	-	-	1.179	-
. VOLTZ ⁽⁴⁾	(3.723)	-	-	543	-
. EAM	254	125	1.992	210	53.851
. ETT II	67	6	-	70	-
. EAP	74	15	3.413	53	107.365
. ETE	-	-	3.561	-	100.730
. EPT	92	4	-	56	-
. EAM II	66	11	-	45	-
. LMTE	635	157	-	375	-
. LXTE	660	159	-	392	-
. LTTE	288	77	-	214	-
. EGCS-RP1	56	17	-	35	-
. EGCS-RP2	33	15	-	25	-
. ESGAS	2.228	-	-	10.245	-
. EDG	30	-	2	35	-
. EBIO	24	-	-	16	-
. EMA	49	-	-	42	-
. ÂNGULO 45 EMPR	49	-	-	49	-
. CLARKE	-	-	71	-	2.001
. LUREAN	7	-	-	3	-
31/03/2026	102.641	26.761	247.083	93.435	6.281.769
31/12/2025	-	-	-	98.764	6.171.973
31/03/2025	101.515	27.921	195.381	-	-

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Notas Explicativas

Serviços de informática e licenciamento de softwares – contrato de prestação de serviços firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$865.212, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) serviços de infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e contingência; (ii) serviços de segurança cibernética e compliance; (iii) licenciamento e manutenção de sistemas comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) serviço de implantação de sistemas e prestação de serviços de suporte em sistemas comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) licenciamento e manutenção dos sistemas ERP; (vi) serviço de implantação de sistemas e (vii) prestação de serviços de suporte em sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

- (2) **Contrato de compartilhamento** – em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022;
- (3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 31 de março de 2026 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;
- (4) A controlada VOLTZ prestou serviços de intermediação de antecipação de pagamento para os fornecedores prestadores de serviços das controladas do Grupo Energisa. No período findo em 31 de março de 2026 o saldo de serviços prestados foi de R\$4.304 (R\$1.294 em 31 de março de 2025) e de serviços contratados foi de R\$581 (R\$270 em 31 de março de 2025). No período findo em 31 de março de 2026 não existia saldo a receber e a pagar foi de R\$543 (R\$665 em 31 de dezembro de 2025).
- (5) Refere-se a debêntures adquiridas pela Companhia emitidas pelas controladas.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração anual ⁽¹⁾	7.398	13.281	121.361	107.667
Remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal	870	948	1.667	1.886
Remuneração da Diretoria	425	379	8.471	8.879
Outros benefícios ⁽²⁾	1.308	916	9.718	7.996

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o período de 2026 foi aprovado em AGOE de 29 de abril de 2026.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída aos dirigentes e conselheiros, relativas a 31 de março de 2026, foram de R\$129 e R\$1 na controladora e R\$165 e R\$6 no consolidado (R\$114 e R\$1 na controladora e R\$136 e R\$1 no consolidado em 31 de março de 2025), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$30 na controladora e R\$46 no consolidado (R\$27 na controladora e R\$48 no consolidado em 31 de março de 2025).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia e suas controladas a ser pago em *units* da Companhia, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia e suas controladas possuem um total de três programas de concessão de ações (*units*) em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o quarto de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o dois de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

Notas Explicativas

O 6º, 7º e 8º Programas de Performance *Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Programa Restricted Shares			Programa Performance Shares			Programa Extraordinário		Programa Matching	
	6º Outorga	7º Outorga	8º Outorga	6º Outorga	7º Outorga	8º Outorga	7º Outorga	8º Outorga	7º Outorga	8º Outorga
Método de Cálculo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de Ações (<i>units</i>) outorgadas	57.279	66.316	77.897	57.279	66.316	77.897	36.940	43.666	10.990	14.429
Opções de Ações (<i>units</i>) prescritas	5.990	6.583	3.336	5.929	6.557	3.336	2.543	-	-	-
Data da aprovação do Conselho de Administração	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025
Data de início <i>vesting</i>	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	12/05/2025	01/06/2024	12/05/2025
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	0,1109	0,1097	0,1347	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros – DI	N/A	N/A	N/A	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	N/A	N/A	0,2803	0,2728	0,2673	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	51,75	46,79	45,05	44,11	48,56	41,38	46,79	45,05	45,71	45,05
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

	Consolidado									
	Programa Restricted Shares (Matching)			Programa Performance Shares			Programa Extraordinário		Programa Restricted Shares (Matching Líderes)	
	6º Outorga	7º Outorga	8º Outorga	6º Outorga	7º Outorga	8º Outorga	7º Outorga	8º Outorga	7º Outorga	8º Outorga
Método de Cálculo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de Ações (<i>units</i>) outorgadas	211.056	239.506	300.569	211.056	239.506	300.569	109.154	163.683	39.707	51.724
Opções de Ações (<i>units</i>) prescritas	21.227	18.820	3.336	20.858	18.745	3.336	14.124	1.613	1.323	-
Data da aprovação do Conselho de Administração	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025
Data de início <i>vesting</i>	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	12/05/2025	01/06/2024	12/05/2025
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	0,1109	0,1097	0,1347	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros – DI	N/A	N/A	N/A	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	N/A	N/A	0,2803	0,2728	0,2673	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	51,75	46,79	45,05	44,11	48,56	41,38	46,79	45,05	45,71	45,05
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Notas Explicativas

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2026.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuraram o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pró rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*units*).

No período findo em 31 de março de 2026, foram contabilizados R\$7.051 (R\$4.904 em 31 de março de 2025) no consolidado, decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP), sendo R\$1.900 (R\$1.551 em 31 de março de 2025) na controladora e R\$5.151 (R\$3.353 em 31 de março de 2025) nas controladas. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de março de 2026 foi de R\$54.696 (R\$48.155 em 31 de dezembro de 2025).

12. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem crédito oriundo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras trimestrais no montante de R\$1.050.581 na controladora e R\$2.929.165 no consolidado, razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização no horizonte de projeção considerado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	1.497.698	1.495.548
Base negativa da contribuição social	-	-	539.171	538.397
Diferenças temporárias:				
Imposto de Renda	-	-	873.124	589.078
Contribuição Social	-	-	314.325	212.068
Total - ativo não circulante	-	-	3.224.318	2.835.091
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Imposto de Renda	(247.676)	(238.377)	(4.111.879)	(3.780.583)
Contribuição Social	(89.164)	(85.816)	(1.480.276)	(1.361.010)
Total - passivo não circulante	(336.840)	(324.193)	(5.592.155)	(5.141.593)
Total líquido - passivo não circulante	(336.840)	(324.193)	(2.367.837)	(2.306.502)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	Controladora			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Instrumentos financeiros - opção de compra de ações (*)	(169.057)	(57.479)	(131.728)	(44.788)
Ganho ou perda em combinação de negócios (*)	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Marcação a mercado - dívida e derivativos (*)	(127)	(43)	(53)	(18)
Outras diferenças temporárias	(2.828)	(962)	(3.033)	(1.031)
Total - passivo não circulante	(990.705)	(336.840)	(953.507)	(324.193)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Base de cálculo ^(*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo ^(*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	5.990.792	2.036.869	5.982.191	2.033.945
Provisão de perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	1.105.114	375.739	1.061.255	360.827
Marcação a mercado - derivativos	1.122.019	381.486	87.408	29.719
Provisões para contingências judiciais e administrativas	451.760	153.598	457.614	155.589
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	428.252	145.606	456.294	155.140
Provisão para ajustes atuariais	230.295	78.300	271.890	92.443
Créditos fiscais - ágio ⁽¹⁾	88.100	29.954	94.053	31.978
Intangível - mais-valia ⁽²⁾	(5.848.761)	(1.988.579)	(5.896.670)	(2.004.868)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações ⁽³⁾	(4.224.431)	(1.436.307)	(3.978.617)	(1.352.730)
Ativo de contrato - concessão de serviço público	(2.021.184)	(687.202)	(1.935.644)	(658.119)
Ajuste a valor presente (AVP) ⁽⁴⁾	(1.971.954)	(670.464)	(1.977.594)	(672.382)
Ganho ou perda em combinação de negócios ^(*)	(1.007.630)	(342.594)	(1.007.630)	(342.594)
Marcação a mercado - dívida	(939.658)	(319.484)	(88.797)	(30.191)
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(247.337)	(84.095)	(232.482)	(79.044)
Instrumentos financeiros - opção de compra de ações ^(*)	(169.057)	(57.479)	(131.728)	(44.788)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(17.502)	(5.951)	(20.008)	(6.803)
Outras diferenças temporárias	66.958	22.766	74.638	25.376
Total	(6.964.224)	(2.367.837)	(6.783.827)	(2.306.502)
Total - Ativo Não Circulante	9.483.290	3.224.318	8.338.500	2.835.091
Total - Passivo Não Circulante	(16.447.514)	(5.592.155)	(15.122.327)	(5.141.593)

^(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

⁽¹⁾ Créditos fiscais - ágio - no montante de R\$29.954 (R\$31.978 em 31 de dezembro de 2025) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões da controlada EPB pelo método linear.

⁽²⁾ Intangível - mais-valia - referem-se tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a mais-valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios, líquido de R\$47.909 de realização decorrente da amortização no período.

⁽³⁾ Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR reconhecidos pelas controladas EMR e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura dos aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos com base na amortização.

⁽⁴⁾ Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas DENERGE, REDE e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial.

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercícios	Consolidado
2026	100.120
2027	164.351
2028	183.982
2029	202.650
2030	203.583
2031 a 2033	676.252
Após 2033	1.693.380
Total	3.224.318

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	478.344	813.927
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(162.637)	(276.735)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	188.006	275.410
Créditos tributários não constituídos no período	(37.471)	(36.425)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(5)	(399)
Outros ajustes	(610)	(42)
Imposto de renda e contribuição social	(12.717)	(38.191)
Alíquota efetiva	2,66%	4,69%

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	788.949	1.297.722
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(268.243)	(441.225)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	13.389	13.029
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e depósito para reinvestimento (SUDENE) ⁽¹⁾	31.862	40.858
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e depósito para reinvestimento (SUDAM) ⁽¹⁾	54.544	143.642
Créditos tributários não constituídos no período	(79.938)	(78.999)
Créditos tributários líquidos constituídos no período	2.889	11.104
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	3.017	3.386
Incentivo fiscal – Outros ⁽³⁾	12.429	12.153
Juros Selic sobre recuperação de indébitos tributários ⁽⁴⁾	3.489	1.238
Efeito do lucro presumido de controladas	10.130	30.966
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.226)	(5.873)
Créditos referentes a indébitos tributários e outros ⁽⁴⁾	13.709	3.668
Outros ajustes	(10.230)	(4.954)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(214.179)	(271.007)
	27,15%	20,88%

⁽¹⁾ As controladas do Grupo, localizadas nas regiões abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, utilizam dos seguintes incentivos fiscais:

a) redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, base legal: art. 13 da Lei n. 4.239, de 27 de junho de 1963; art. 23 do Decreto-Lei n. 756, de 11 de agosto de 1969; Decreto-Lei. 1.564, de 29 de junho de 1977; art. 3º da Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997; art. 1º da Medida Provisória n. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei n. 13.799, de 3 de janeiro de 2019; Decreto n.4.212, de 26 de abril de 2002; e Decreto n. 6.539, de 18 de agosto de 2008:

b) depósitos para reinvestimento, base legal: art. 3º da Medida Provisória n. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei n. 13.799, de 3 de janeiro de 2019; Decreto n. 4.212, de 26 de abril de 2002; inciso I do art. 2º da Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997; inciso II do art. 1º e art. 19 da Lei n. 8.167, de 16 de janeiro de 1991; art. 23 da Lei n. 5.508, de 11 de outubro de 1968; e art. 29 do Decreto-Lei n. 756, de 11 de agosto de 1969.

A seguir, demonstra-se a vigências dos laudos construtivos, bem como os incentivos reconhecidos pelas controladas:

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	Redução 75%	Depósitos p/ Reinvestimento (30%)	31/03/2026	31/12/2025
EPB	SUDENE	0020/2020	01/01/2020 a 31/12/2029	7.223	6.252	13.475	100.458
ESE	SUDENE	0438/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	13.804	4.584	18.388	68.089
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	5.152	9.221	14.373	113.376
ETO	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	18.260	6.075	24.335	105.941
LMTE	SUDAM	0069/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	2.235	-	2.235	4.548
LXTE	SUDAM	0204/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	-	-	-	5.744
EAC	SUDAM	0018/2021	01/01/2021 a 31/12/2030	5.754	605	6.359	10.074
ERO	SUDAM	0065/2021	01/01/2021 a 31/12/2030	7.241	-	7.241	73.863
				59.669	26.737	86.406	482.093

Notas Explicativas

- (2) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.
- (3) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como - PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006
- (4) **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indêbitos tributários:** a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indêbitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil - RFB entendeu o direito de as concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal.

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indêbitos tributários caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):

Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

13. Ativos financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) – Consolidado

13.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (distribuição de energia elétrica)

Empresas	Saldos em 31/12/2025	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/03/2026
EMR	250.243	2.795	(28)	3.172	256.182
EPB	2.265.391	72.870	(2.140)	32.790	2.368.911
ESE	1.559.693	39.283	(1.398)	22.516	1.620.094
EMT	8.236.715	497.876	(18.628)	123.997	8.839.960
ETO	213.376	22.244	(45)	3.097	238.672
EMS	3.971.256	113.164	(6.885)	57.703	4.135.238
ESS	428.066	6.399	(134)	4.289	438.620
ERO	527.842	10.112	(45)	7.543	545.452
EAC	262.623	7.030	(62)	3.706	273.297
Total - não circulante	17.715.205	771.773	(29.365)	258.813	18.716.426

Empresas	Saldos em 31/12/2024	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2025
EMR	187.757	55.101	(294)	7.679	250.243
EPB	1.867.549	321.885	(7.281)	83.238	2.265.391
ESE	1.262.181	249.731	(7.660)	55.441	1.559.693
EMT	6.851.531	1.129.726	(52.443)	307.901	8.236.715
ETO	174.761	48.659	(338)	(9.706)	213.376
EMS	3.274.065	584.217	(31.707)	144.681	3.971.256
ESS	291.687	123.955	(299)	12.723	428.066
ERO	430.992	77.910	(60)	19.000	527.842
EAC	190.290	63.038	(49)	9.344	262.623
Total - não circulante	14.530.813	2.654.222	(100.131)	630.301	17.715.205

(1) Adições: referem-se às transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura da construção.

Notas Explicativas

(2) Os ativos financeiros são demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA (índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária) e reduzido pelo percentual de glosas históricas apuradas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração sobre o valor justo do ativo.

13.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (transmissão de energia elétrica)

Empresas	Ativo de Contrato em 31/12/2025	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	Ativo de Contrato em 31/03/2026	Circulante	Não Circulante
EGO I	557.381	16.280	-	1.640	-	-	(13.043)	562.258	50.777	511.481
EPA I	704.965	20.891	-	1.829	-	-	(16.596)	711.089	64.654	646.435
EPA II ⁽¹⁾	674.908	17.402	-	1.708	-	-	(13.624)	680.394	51.908	628.486
ETT	1.175.584	29.105	-	2.269	-	-	(21.654)	1.185.304	90.459	1.094.845
EAM ⁽²⁾	1.269.453	26.881	776	2.102	4.192	13.353	(12.357)	1.304.400	65.429	1.238.971
ETT II	95.181	2.012	-	67	-	-	(1.387)	95.873	5.479	90.394
EPT	128.523	4.041	-	646	-	-	(3.621)	129.589	12.047	117.542
EAP	224.472	4.650	-	212	-	-	(3.013)	226.321	14.121	212.200
LMTE	1.719.161	60.923	2	3.531	(12)	129	(46.014)	1.737.720	196.056	1.541.664
LXTE	1.819.305	50.846	(17)	2.879	85	(919)	(49.653)	1.822.526	203.038	1.619.488
LTTE	659.771	25.053	-	1.867	-	-	(18.855)	667.836	85.646	582.190
EAM II	270.954	2.936	6.868	-	(5.025)	6.822	-	282.555	16.619	265.936
EMA	69.039	(10.502)	6.031	-	(794)	20.608	-	84.382	-	84.382
Total	9.368.697	250.518	13.660	18.750	(1.554)	39.993	(199.817)	9.490.247	856.233	8.634.014

Empresas	Ativo de Contrato em 31/12/2024	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	Ativo de Contrato em 31/12/2025	Circulante	Não Circulante
EGO I	543.102	58.434	-	6.348	-	-	(50.503)	557.381	50.118	507.263
EPA I	687.112	70.067	-	6.463	(12)	(17)	(58.648)	704.965	63.815	641.150
EPA II ⁽¹⁾	659.263	63.064	-	6.776	-	-	(54.195)	674.908	51.235	623.673
ETT	1.147.863	98.504	-	8.286	-	-	(79.069)	1.175.584	89.285	1.086.299
EAM ⁽²⁾	1.170.001	21.006	12.477	7.276	19.948	81.541	(42.796)	1.269.453	56.336	1.213.117
ETT II	95.078	5.154	-	257	-	-	(5.308)	95.181	5.408	89.773
EPT	125.440	14.725	-	2.529	-	-	(14.171)	128.523	11.890	116.633
EAP	222.201	13.555	-	854	-	-	(12.138)	224.472	13.937	210.535
LMTE	1.673.160	164.386	7.455	13.743	(4.653)	50.306	(185.236)	1.719.161	192.220	1.526.941
LXTE	1.818.269	174.534	44	10.761	(219)	2.367	(186.451)	1.819.305	200.403	1.618.902
LTTE	634.446	104.833	-	9.548	-	-	(89.056)	659.771	84.535	575.236
EAM II	155.231	2.835	13.559	-	13.187	86.142	-	270.954	16.333	254.621
EMA	3.704	4.249	18.422	-	388	42.276	-	69.039	-	69.039
Total	8.934.870	795.346	51.957	72.841	28.639	262.615	(777.571)	9.368.697	835.515	8.533.182

Taxa de remuneração do ativo de contrato de concessão						
Empresas	Margem de construção	Margem de operação e manutenção	Taxa de remuneração	Índice de correção dos contratos	Custos incorridos	RAP anual
EGO I	30,52%	12,57%	6% a 10% a.a.	IPCA	255.912	54.917
EPA I	25,98%	11,02%	6% a 10% a.a.	IPCA	318.120	68.708
EPA II	25,98%	11,02%	4% a 8% a.a.	IPCA	472.862	56.053
ETT	31,22%	10,48%	4% a 8% a.a.	IPCA	716.928	89.996
EAM	23,84%	17,06%	3% a 8% a.a.	IPCA	635.065	90.936
ETT II	32,98%	4,85%	3% a 8% a.a.	IPCA	68.801	5.445
EPT	0% a 5%	17,84%	8% a 12% a.a.	IPCA	35.328	13.866
EAP	45,88%	7,04%	3% a 8% a.a.	IPCA	155.300	14.363
LMTE	0% a 5%	8,19%	3% a 8% a.a.	IPCA	1.365.158	171.704
LXTE	0% a 5%	6,48%	3% a 12% a.a.	IPCA	1.380.158	179.514

Notas Explicativas

Taxa de remuneração do ativo de contrato de concessão						
Empresas	Margem de construção	Margem de operação e manutenção	Taxa de remuneração	Índice de correção dos contratos	Custos incorridos	RAP anual
LTTE	0% a 5%	14,60%	4% a 12% a.a.	IPCA	505.208	85.553
EAM II ⁽²⁾	31,76%	1,93%	4% a 12% a.a.	IPCA	202.254	21.234
EMA ⁽²⁾	30,64%	8,59%	5% a 12% a.a.	IPCA	63.261	122.805
Total					6.174.355	975.094

(1) A Resolução Homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%.

(2) RAP anual prevista das concessões EMA e EAM II.

14. Ativo contratual – Infraestrutura em construção – Consolidado

	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências			Saldos em 31/03/2026
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	3.402.283	1.590.417	(445.650)	(811.064)	(3.828)	3.732.158
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	577.534	154.673	(112.511)	(39.291)	-	580.405
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	2.824.749	1.435.744	(333.139)	(771.773)	(3.828)	3.151.753

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências			Saldos em 31/12/2025
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	2.915.593	5.938.575	(2.646.182)	(2.814.907)	9.204	3.402.283
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	539.425	673.718	(474.924)	(160.685)	-	577.534
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	2.376.168	5.264.857	(2.171.258)	(2.654.222)	9.204	2.824.749

(1) Do montante de R\$333.139 (R\$2.171.258 em 31 de dezembro de 2025), R\$116 foi transferido para o imobilizado e R\$333.023 foi transferido para o intangível – contrato de concessão, enquanto o montante de R\$3.828 (R\$9.204) refere-se a reclassificações para o imobilizado.

15. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Participação em controladas e coligadas	22.171.118	21.942.973	723.796	687.205
Outros	158.172	155.841	20.906	29.670
Total	22.329.290	22.098.814	744.702	716.875

31/03/2026									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial ^(*)	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								126.566	8.090.414
EMR	100	1.059	312.022	2.259.159	1.793.657	465.502	24.982	24.982	465.502
ESE	100	196	426.532	3.345.093	2.481.591	863.502	87.368	87.368	863.502
EAC	99,77	1.301.469	878.399	4.641.104	2.099.828	2.541.276	21.303	21.255	2.535.517
ERO	99,51	24.570	3.477.371	11.785.767	7.546.552	4.239.215	(7.318)	(7.283)	4.218.543
EMT	0,18	402	1.680.454	17.014.886	13.011.805	4.003.081	132.716	244	7.350
Geração de Energia Elétrica								(20.659)	871.777

Notas Explicativas

31/03/2026									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial ^(*)	Investimentos
SOBR	100	12.627	12.627	6.282	79	6.203	(74)	(74)	6.203
EGUM	100	6.784	6.784	8.633	135	8.498	772	772	8.498
EGCS-CO	100	1.274	1.274	609	-	609	(17)	(17)	609
EGCE-BE	100	162	153	1	-	1	-	-	1
EGCE-MA	100	158	149	1	-	1	(7)	(7)	1
EGCE-AL	100	149	149	1	-	1	-	-	1
EGCE-UM	100	161	152	1	-	1	-	-	1
EGCS-RP1	100	160.482	160.482	200.433	65.618	134.815	(773)	(773)	134.815
EGCS-RP2	100	134.336	134.336	176.974	62.017	114.957	1.711	1.711	114.957
ALSOL	89,70	287	843.634	3.062.086	2.385.730	676.356	(24.828)	(22.271)	606.691
Comercialização de Energia Elétrica								4.221	34.331
ECOM	100	157.547	108.924	586.855	554.266	32.589	4.514	4.514	32.589
CLARKE	70,04	17.975	34.455	4.796	2.309	2.487	(419)	(293)	1.742
Prestação de Serviços								3.625	206.200
ESOL	100	176.691	176.691	254.649	62.267	192.382	3.141	3.141	192.382
ESEA	100	15.411	15.411	10.348	47	10.301	236	236	10.301
EPLAN	58,26	1.686	4.109	7.637	1.601	6.036	425	248	3.517
Holdings e demais Companhias								439.349	12.864.902
Dinâmica	100	1.955	1.877	2.080	44	2.036	40	40	2.036
REDE	0,15	3.789	5.568.396	7.569.869	1.409.194	6.160.675	297.599	439	9.088
ETE	100	2.806.642	1.802.341	5.434.279	479.076	4.955.203	92.706	92.706	4.955.203
EPM	100	59	3.089.052	2.762.238	1.197.386	1.564.852	87.604	87.604	1.564.852
VOLTZ	100	214.533	214.533	131.299	13.590	117.709	7.952	7.952	117.709
EBG	100	60.049	60.059	117.033	22.786	94.247	(7.598)	(7.598)	94.247
EDG	100	1.736.192	1.592.526	2.229.094	173.992	2.055.102	26.288	26.288	2.055.102
EPNE	55	725.554	862.778	1.750.944	145	1.750.799	141.821	78.002	963.286
NOVA DENERGE	99,99	2.559.500	2.559.866	3.140.644	-	3.140.644	153.942	153.916	3.140.195
Resultado não realizado em controladas (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.816)
Ágio pago na aquisição de controladas								(2.472)	103.494
Total								550.630	22.171.118

(*) A equivalência patrimonial no valor de R\$550.630 não inclui o resultado positivo de R\$2.328 referente a participação FIDC, registrada em outros investimentos.

(**) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

31/12/2025									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial ^(*)	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								1.094.659	8.120.515
EMR	100	1.059	312.022	2.350.080	1.909.686	440.394	83.075	83.075	440.394
ESE	100	196	426.532	3.227.635	2.314.014	913.621	378.058	378.058	913.621
EAC	99,77	1.301.365	878.399	4.413.185	1.873.655	2.539.530	(3.061)	(3.051)	2.533.572
ERO	99,51	24.570	3.477.371	11.765.681	7.519.432	4.246.249	638.341	635.054	4.225.517
EMT	0,18	402	1.680.454	15.553.606	11.517.215	4.036.391	829.241	1.523	7.411
Geração de Energia Elétrica								(74.507)	892.242
SOBR	100	12.627	12.627	6.245	88	6.157	(153)	(153)	6.157
EGUM	100	6.784	6.784	7.926	200	7.726	1.485	1.485	7.726
EGCS-CO	100	1.274	1.274	626	-	626	(4)	(4)	626
EGCE-BE	100	162	153	1	-	1	(1)	(1)	1
EGCE-MA	100	158	149	1	-	1	(1)	(1)	1
EGCE-AL	100	149	149	1	-	1	(1)	(1)	1
EGCE-UM	100	161	152	1	-	1	(1)	(1)	1
EGCS-RP1	100	160.482	160.482	201.618	66.030	135.588	(1.423)	(1.423)	135.588
EGCS-RP2	100	134.336	134.336	175.456	62.210	113.246	173	173	113.246
ALSOL	89,70	287	843.634	3.258.368	2.557.259	701.109	(83.145)	(74.581)	628.895
Comercialização de Energia Elétrica								(66.872)	29.998
ECOM	100	101.433	108.924	480.917	452.954	27.963	(62.808)	(62.808)	27.963
CLARKE	70,04	17.975	34.455	5.242	2.337	2.905	(5.802)	(4.064)	2.035
Prestação de Serviços								23.952	212.365
ESOL	100	176.691	176.691	268.245	69.210	199.035	14.728	14.728	199.035

Notas Explicativas

31/12/2025									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Equivalência Patrimonial (*)	Investimentos
ESEA	100	15.411	15.411	10.121	56	10.065	8.078	8.078	10.065
EPLAN	58,26	1.686	4.109	7.227	1.623	5.604	1.967	1.146	3.265
Holdings e demais Companhias								1.870.221	12.581.887
Dinâmica	100	1.955	1.877	2.039	43	1.996	159	159	1.996
DENERGE (**)	-	-	-	-	-	-	805.902	805.741	-
REDE	0,15	3.789	5.567.569	7.259.761	1.142.556	6.117.205	1.192.670	2.158	9.026
ETE	100	2.806.642	1.802.341	5.402.835	547.034	4.855.801	325.044	325.044	4.855.801
EPM (**)	100	59	3.089.052	2.635.075	1.158.577	1.476.498	851.131	372.449	1.476.498
VOLTZ	100	214.533	214.533	121.409	11.674	109.735	43.109	43.109	109.735
EBG (1)	100	60.049	60.059	82.480	4.475	78.005	(13.945)	(13.945)	78.005
EDG	100	1.736.192	1.592.526	2.268.185	193.118	2.075.067	69.115	54.543	2.075.067
EPNE	55	725.554	862.778	1.868.317	134	1.868.183	567.567	312.162	1.027.847
NOVA DENERGE (***)	99,99	2.559.500	2.559.866	2.985.154	-	2.985.154	(31.247)	(31.247)	2.984.728
Resultado não realizado em controladas (****)			-	-	-	-	-	48	(36.816)
Ágio pago na aquisição de controladas								(12.184)	105.966
Total								2.835.269	21.942.973

(*) A equivalência patrimonial no valor de R\$2.835.269, não inclui o resultado positivo de R\$28.454 referente a participação no FIDC, registrada em Outros investimentos.

(**) Em 12 de dezembro de 2025, o Itaú alienou a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade à Companhia. Com a efetivação da operação, a Companhia passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela EPM.

(***) Em novembro de 2025, ocorreram as reorganizações societárias que alteraram as participações dos investimentos da Companhia.

(****) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

(1) Aquisição da Lurean S.A.

Em 03 de novembro de 2025 a controlada Energisa BIOGAS S.A adquiriu a participação de 52% das ações da Lurean S/A, por meio de um investimento total de R\$62.410.

A Lurean atua há 12 anos no tratamento de resíduos orgânicos e na produção e comercialização de biofertilizantes. A empresa está estrategicamente localizada em Carambeí (PR), a aproximadamente 120 km de Curitiba, em uma região com alta concentração de resíduos agroindustriais e demanda por fertilizantes.

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Administração da controlada efetuou a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para alocação do preço de aquisição, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – “Business Combination”, na data da aquisição. A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos e passivos preliminares identificáveis adquiridos na data da combinação de negócios:

Caixa e equivalentes de caixa	963
Clientes	962
Estoque	418
Devedores diversos	543
Tributos a recuperar	1.812
Imobilizado	51.633
Passivos Operacionais	1.025
Empréstimos	5.803
Impostos e contribuições sociais	9.500
Total do valor justo dos ativos adquiridos	40.003
% de participação	52%
Valor da participação	20.802
Caixa e equivalentes de caixa pago na combinação de negócio*	62.410
Resultado auferido na combinação ne negócios	41.609
Data da aquisição	03/11/2025

Notas Explicativas

*Em 31 de março de 2026 o valor de caixa e equivalentes pago na combinação de negócio foi de R\$21.826 (R\$29.326 em 31 de dezembro de 2025), o restante do valor será pago durante o ano de 2026.

Movimentação dos investimentos realizadas no período de 31 de março de 2026:

	Saldo em 31/12/2025	Aquisição (Alienação de ações) Aumento (Redução) de capital ou AFAC	ILP/ Transações entre sócios ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2026
Distribuição de Energia Elétrica	8.120.515	89	1.234	(206)	(157.784)	126.566	8.090.414
EMR	440.394	-	332	(206)	-	24.982	465.502
ESE	913.621	-	257	-	(137.744)	87.368	863.502
EAC	2.533.572	83	340	-	(19.733)	21.255	2.535.517
ERO	4.225.517	6	303	-	-	(7.283)	4.218.543
EMT	7.411	-	2	-	(307)	244	7.350
Geração de Energia Elétrica	892.242	127	67	-	-	(20.659)	871.777
SOBR	6.157	120	-	-	-	(74)	6.203
EGUM	7.726	-	-	-	-	772	8.498
EGCS-CO	626	-	-	-	-	(17)	609
EGCE-BE	1	-	-	-	-	-	1
EGCE-MA	1	7	-	-	-	(7)	1
EGCE-AL	1	-	-	-	-	-	1
EGCE-UM	1	-	-	-	-	-	1
EGCS-RP1	135.588	-	-	-	-	(773)	134.815
EGCS-RP2	113.246	-	-	-	-	1.711	114.957
ALSOL	628.895	-	67	-	-	(22.271)	606.691
Comercialização de Energia Elétrica	29.998	-	112	-	-	4.221	34.331
ECOM	27.963	-	112	-	-	4.514	32.589
CLARKE	2.035	-	-	-	-	(293)	1.742
Prestação de Serviços	212.365	-	341	(18)	(10.113)	3.625	206.200
ESOL	199.035	-	337	(18)	(10.113)	3.141	192.382
ESEA	10.065	-	-	-	-	236	10.301
EPLAN	3.265	-	4	-	-	248	3.517
Holdings e demais Companhias	12.581.887	53.100	(13.014)	(131)	(196.289)	439.349	12.864.902
Dinâmica	1.996	-	-	-	-	40	2.036
REDE	9.026	-	4	-	(381)	439	9.088
ETE	4.855.801	29.260	237	-	(22.801)	92.706	4.955.203
EPM	1.476.498	-	805	(55)	-	87.604	1.564.852
Voltz	109.735	-	22	-	-	7.952	117.709
EBG	78.005	23.840	-	-	-	(7.598)	94.247
EDG	2.075.067	-	337	-	(46.590)	26.288	2.055.102
EPNE	1.027.847	-	(16.046)	-	(126.517)	78.002	963.286
Nova Denerge	2.984.728	-	1.627	(76)	-	153.916	3.140.195
Resultado não realizado em controladas	(36.816)	-	-	-	-	-	(36.816)
Ágio pago na aquisição de controladas	105.966	-	-	-	-	(2.472)	103.494
Total	21.942.973	53.316	(11.260)	(355)	(364.186)	550.630	22.171.118

(1) As transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido são como segue:

Controladas	ILP	Transações entre sócios ⁽¹⁾	Total
Distribuição de Energia Elétrica			
EMR	332	-	332
ESE	257	-	257
EAC	220	120	340
ERO	283	20	303
EMT	2	-	2
Geração Distribuída			
ALSOL	67	-	67
Comercialização de Energia Elétrica			
ECOM	112	-	112
Prestação de Serviços			
ESOL	337	-	337
EPLAN	4	-	4
Holdings e demais Companhias			
REDE	4	-	4
ETE	237	-	237
EPM	839	(34)	805
EPNE	437	(16.483)	(16.046)
EDG	337	-	337
Nova Denerge (antiga Nova Gemini)	1.151	476	1.627
Voltz	22	-	22
Total	4.641	(15.901)	(11.260)

Notas Explicativas

(*) Refere-se a ganhos e perdas por mudanças de percentual de participação e/ou aumento de capital das controladas.

Movimentação dos investimentos realizadas no período de 31 de dezembro de 2025:

	Saldo em 31/12/2024	Aquisição (Alienação de ações) Aumento (Redução) de capital ou AFAC	ILP/ Transações entre sócios ^(*)	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Distribuição de Energia Elétrica	7.291.879	1.451	5.170	5.957	(278.601)	1.094.659	8.120.515
EMR	373.716	-	580	2.753	(19.730)	83.075	440.394
ESE	783.701	-	433	1.512	(250.083)	378.058	913.621
EAC	2.541.824	415	827	134	(6.577)	(3.051)	2.533.572
ERO	3.584.549	1.036	3.327	1.551	-	635.054	4.225.517
EMT	8.089	-	3	7	(2.211)	1.523	7.411
Geração de Energia Elétrica	959.956	663	6.129	1	-	(74.507)	892.242
SOBR	5.749	560	-	1	-	(153)	6.157
EGUM	6.241	-	-	-	-	1.485	7.726
EGCS-CO	531	99	-	-	-	(4)	626
EGCE-BE	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-MA	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-AL	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCE-UM	1	1	-	-	-	(1)	1
EGCS-RP1	137.011	-	-	-	-	(1.423)	135.588
EGCS-RP2	113.073	-	-	-	-	173	113.246
ALSOL	697.347	-	6.129	-	-	(74.581)	628.895
Comercialização de Energia Elétrica	21.332	74.863	673	2	-	(66.872)	29.998
ECOM	15.982	74.114	673	2	-	(62.808)	27.963
CLARKE	5.350	749	-	-	-	(4.064)	2.035
Prestação de Serviços	189.996	1.200	628	890	(4.301)	23.952	212.365
ESOL	186.301	-	614	890	(3.498)	14.728	199.035
ESEA	787	1.200	-	-	-	8.078	10.065
EPLAN	2.908	-	14	-	(803)	1.146	3.265
Holdings e demais Companhias	11.258.555	(319.042)	1.391.002	17.917	(1.636.766)	1.870.221	12.581.887
Dinâmica	1.964	-	-	-	(127)	159	1.996
DENERGE ^{(1 b e c) e (2)}	2.434.523	(2.558.240)	153.054	(341)	(834.737)	805.741	-
REDE	7.619	-	1.536	26	(2.313)	2.158	9.026
ETE	3.960.460	646.930	576	(11)	(77.198)	325.044	4.855.801
EPM ⁽³⁾	2.468.597	(1.613.665)	827.114	7.227	(585.224)	372.449	1.476.498
Voltz	66.566	-	57	3	-	43.109	109.735
EBG	58.515	37.035	(3.600)	-	-	(13.945)	78.005
EDG ⁽⁴⁾	1.406.733	611.455	20.254	-	(17.918)	54.543	2.075.067
EPNE	890.442	(1.990)	(53.164)	1.004	(120.607)	312.162	1.027.847
Nova Denerge ⁽¹⁾	-	2.559.433	445.175	10.009	1.358	(31.247)	2.984.728
Resultado não realizado em controladas	(36.864)	-	-	-	-	48	(36.816)
Ágio pago na aquisição de controladas	119.062	(749)	(163)	-	-	(12.184)	105.966
Total	19.840.780	(241.614)	1.403.439	24.767	(1.919.668)	2.835.269	21.942.973

(1) Em novembro de 2025 ocorreu as seguintes reorganizações societárias: a) a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A alienou as ações da Nova Denerge (antiga Nova Gemini) para Energisa S/A pelo valor patrimonial de R\$34; b) Subsequentemente, em 29 de novembro de 2025, a Energisa S/A aumentou o capital social da Nova Denerge no montante de R\$2.559.399, conforme laudo de avaliação preparado por consultores especializados na data base de 30/06/2025, mediante a contribuição de 776.438 (setecentas e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito) ações de emissão da Denerge de titularidade da Energisa, representativas de 99,99% do capital social da Denerge. Em virtude dessa transação, a Denerge passou a ser controlada pela Nova Denerge, e a Nova Denerge pela Energisa S/A. c) Adicionalmente, na reserva de capital (transações entre sócios) reconheceu o montante de (R\$153.038 mil) referente a variação patrimonial entre a data base de 30/06/2025 e 30/11/2025, data que ocorreu o aumento de capital.

(2) Em setembro de 2025 acionistas minoritários alienaram ações a Energisa S/A no montante R\$1.159 mil.

(3) Na controlada EPM ocorreram as seguintes movimentações: a) em 17 de setembro de 2025, houve a redução de capital social de R\$1.000.000 restituído, em moeda corrente aos acionistas Itaú e ESA na proporção de suas participações societárias, conforme acordo de investimento, 72,07% (R\$720.700) e 27,93% (R\$279.300), respectivamente, conforme acordo de investimento; b) em 12 de dezembro de 2025, o Itaú e a Energisa S/A celebraram o contrato de compra e venda de ações e outras Avenças ("SPA"), por meio do qual o Itaú alienou a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade à Energisa S/A pelo valor pago no montante R\$1.034.350, ficando rescindido e totalmente extinto de pleno direito e sem qualquer efeito jurídico para todos os fins, o acordo de acionista vigente até esta data. A Energisa S/A passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela controlada EPM; e c) em 19 de dezembro de 2025, houve a redução de capital social no montante de R\$1.927.315, dividido em: (i) R\$1.455.000 restituído, em moeda corrente nacional; e (b) entrega de 394.177 ações preferenciais de emissão da EDG, correspondente ao montante de R\$472.315, conforme apurado nos registros contábeis da Companhia na data base de 30 de novembro de 2025.

(4) Na controlada EDG ocorreram as seguintes movimentações: a) em 27 de junho de 2025 houve o adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$180.000, realizados pela Energisa S/A e EPM, acionistas da EDG, no montante de R\$139.140 e R\$40.860, respectivamente. Essa movimentação resultou na alteração de participação societária de 50,47% para 77,30% b) em 19 de dezembro de

Notas Explicativas

2025, com a redução de capital social na EPM, parte da transação envolveu a entrega de ações da EDG de titularidade da EPM para única acionista nessa data, a Energisa S/A, no valor patrimonial de R\$472.315, conforme apurado os registros contábeis na data base de 30 de novembro de 2025, montante que já considera, inclusive, a cessão de crédito de AFAC concedido pela Companhia em favor da EDG, no montante de R\$40.860. A partir dessa transação a Energisa passou a ter 100% das ações da EDG.

(5) As transações contabilizadas diretamente contra o patrimônio líquido são como segue:

Controladas	ILP	Transações entre sócios (*)	Total
Distribuição de Energia Elétrica			
EMR	580	-	580
ESE	433	-	433
EAC	230	597	827
ERO	441	2.886	3.327
EMT	3	-	3
Geração Distribuída			
ALSOL	58	6.071	6.129
Comercialização de Energia Elétrica			
ECOM	673	-	673
CLARK	-	(163)	(163)
Prestação de Serviços			
ESOL	614	-	614
EPLAN	14	-	14
Holdings e demais Companhias			
DENERGE	1.082	151.972	153.054
REDE	6	1.530	1.536
ETE	576	-	576
EPM	1.294	825.820	827.114
EBG	-	(3.600)	(3.600)
EPNE	727	(53.891)	(53.164)
EDG	867	19.387	20.254
Nova Denerge (antiga Nova Gemini)	1.150	444.025	445.175
Voltz	57	-	57
Total	8.805	1.394.634	1.403.439

(*) Refere-se a ganhos e perdas por mudanças de percentual de participação e/ou aumento de capital das controladas.

Participações indiretas:

31/03/2026					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Controlada pela Rede Energia Participações S/A					
ETO	76,52	5.359.073	3.793.012	1.566.061	89.425
EMT	97,31	17.014.886	13.011.805	4.003.081	132.716
EMS	99,73	8.473.968	7.148.537	1.325.431	103.721
ESS	99,06	3.618.838	2.870.980	747.858	6.715
MULTI	99,80	36.538	10.635	25.903	6.264
QMRA	99,80	3.357	687	2.670	63
CTCE	99,80	3.943	263.474	(259.531)	(4.613)
Controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A					
GEMINI ENERGY	100	1.541.872	2.166	1.539.706	50.762
LMTE	85,04	2.017.858	1.319.066	698.792	32.948
LXTE	83,34	2.016.024	1.294.941	721.083	18.245
LTTE	100	730.834	528.578	202.256	4.296
LITE	100	136	829	(693)	398
POMTE	100	3.529	690	2.839	9
EGO I	100	595.181	65.714	529.467	17.168
EPA I	100	768.586	246.009	522.577	3.147
EPA II	100	750.172	306.170	444.002	(6.759)
ETT I	100	1.278.118	688.640	589.478	13.477
EAM I	100	1.333.957	332.817	1.001.140	21.049
ETT II	100	99.321	13.544	85.777	1.895
EAP	100	276.561	127.560	149.001	2.116
EPT	100	138.377	10.324	128.053	3.544
EAM II	100	283.218	30.877	252.341	4.118
ETE IX	100	1	-	1	-
ETE VII	100	1	-	1	-
ETE IV	100	84.410	12.484	71.926	(5.666)
ETE V	100	1	-	1	-
ETE VIII	100	1	-	1	-
Controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A					
Laralsol	99,9	6.189	5.104	1.085	73
URB	100	19.266	1.010	18.256	469
Reenergisa I	100	10.879	799	10.080	200
Reenergisa II	100	25.175	1.563	23.612	263

Notas Explicativas

31/03/2026					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Renesolar	100	5.762	1.343	4.419	859
Flowsolar	100	14.635	5.344	9.291	1.274
Carbonsolar	100	3.874	2.307	1.567	(40)
Reenergisa IV	100	32.323	2.426	29.897	318
Reenergisa V	100	29.182	2.120	27.062	613
Reenergisa VI	100	28.892	2.243	26.649	638
Reenergisa VII	100	35.068	2.112	32.956	429
Reenergisa VIII	100	33.174	2.409	30.765	478
Reenergisa III	100	31.241	2.884	28.357	672
Ângulo Participações	100	118.371	32.656	85.715	(1.721)
Controlada pela Energisa Distribuição de Gás S/A					
ES GÁS	100	1.879.730	765.363	1.114.367	12.595
Controlada pela Energisa Participações Nordeste S/A					
EPB	100	5.486.794	3.747.528	1.739.266	139.154
Controlada pela Energisa Soluções S/A					
ESOLC	100	79.726	16.357	63.369	(906)

31/12/2025					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controlada pela Rede Energia Participações S/A					
ETO	76,52	4.594.811	3.118.697	1.476.114	431.597
EMT	97,31	15.553.606	11.517.216	4.036.390	829.241
EMS	99,73	8.253.554	7.032.283	1.221.271	359.860
ESS	99,06	3.695.892	2.954.942	740.950	140.114
MULTI	99,80	57.189	15.230	41.959	19.609
QMRA	99,80	3.271	664	2.607	232
REDE POWER	-	-	-	-	144.709
CTCE	99,80	3.914	259.011	(255.097)	(19.450)
Controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A					
GEMINI ENERGY	100	1.594.599	28.441	1.566.158	153.202
LMTE	85,04	1.969.971	1.304.141	665.831	79.675
LXTE	83,34	2.000.077	1.297.240	702.838	64.414
LTTE	100	706.119	508.189	197.931	28.105
LITE	100	134	1.226	(1.092)	(190)
POMTE	100	3.487	657	2.830	1.240
EGO I	100	576.366	60.193	516.173	56.774
EPA I	100	765.426	243.281	522.145	50.267
EPA II	100	745.561	294.800	450.761	40.235
ETT I	100	1.264.791	686.243	578.548	45.013
EAM I	100	1.296.960	333.030	963.930	8.141
ETT II	100	97.525	12.690	84.835	4.409
EAP	100	274.418	127.533	146.885	6.504
EPT	100	135.241	10.732	124.509	15.052
EAM II	100	271.678	34.385	237.293	23.610
ETE IX	100	1	-	1	-
ETE VII	100	1	-	1	-
ETE IV	100	69.200	12.799	56.401	20.103
ETE V	100	1	-	1	-
ETE VIII	100	1	-	1	-
Controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A					
Laralsol	99,9	6.177	5.385	792	(161)
URB	100	18.905	1.118	17.787	1.704
Reenergisa I	100	10.599	718	9.881	1.209
Reenergisa II	100	25.119	1.770	23.349	3.921
Renesolar	100	4.853	1.293	3.560	3.105
Flowsolar	100	13.369	5.351	8.018	6.035
Carbonsolar	100	3.529	1.922	1.607	(159)
Reenergisa IV	100	32.105	2.526	29.579	2.175
Reenergisa V	100	28.620	2.172	26.448	1.869
Reenergisa VI	100	28.430	2.419	26.011	995
Reenergisa VII	100	34.737	2.210	32.527	2.601
Reenergisa VIII	100	32.833	2.546	30.287	1.577
Reenergisa III	100	30.617	2.932	27.685	2.237
Ângulo Participações	100	121.106	33.670	87.436	(4.964)
Controlada pela Energisa Distribuição de Gás S/A					
ES GÁS	100	1.954.041	852.524	1.101.517	33.225
Controlada pela Energisa Participações Nordeste S/A					
EPB	100	5.299.897	3.539.540	1.760.357	562.893

Notas Explicativas

31/12/2025					
	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controlada pela Energisa Soluções S/A ESOLC	100	82.775	16.251	66.524	3.939

16. Imobilizado

	Controladora					
	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Depreciação ⁽²⁾	Saldos em 31/03/2026
Imobilizado em serviço						
Custo						
Terrenos		606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,34%	34.255	-	85	-	34.340
Máquinas e equipamentos	15,60%	114.133	-	42.472	-	156.605
Veículos	14,26%	8.339	-	-	-	8.339
Móveis e utensílios	6,25%	18.611	-	100	-	18.711
Total do imobilizado em serviço		175.944	-	42.657	-	218.601
Depreciação acumulada						
Edificações e benfeitorias		(9.238)	-	-	(274)	(9.512)
Máquinas e equipamentos		(59.075)	-	-	(4.516)	(63.591)
Veículos		(7.277)	-	-	(60)	(7.337)
Móveis e utensílios		(15.144)	-	-	(86)	(15.230)
Total depreciação acumulada		(90.734)	-	-	(4.936)	(95.670)
Subtotal do imobilizado		85.210	-	42.657	(4.936)	122.931
Imobilizado em curso		42.711	431	(32.103)	-	11.039
Total do imobilizado		127.921	431	10.554	(4.936)	133.970

	Controladora						
	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Terrenos		606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,32%	31.413	-	2.842	-	-	34.255
Máquinas e equipamentos	15,26%	106.468	-	8.505	(840)	-	114.133
Veículos	14,29%	8.556	-	103	(320)	-	8.339
Móveis e utensílios	6,25%	18.305	-	306	-	-	18.611
Total do imobilizado em serviço		165.348	-	11.756	(1.160)	-	175.944
Depreciação acumulada							
Edificações e benfeitorias		(8.195)	-	-	-	(1.043)	(9.238)
Máquinas e equipamentos		(45.348)	-	-	4	(13.731)	(59.075)
Veículos		(7.320)	-	-	289	(246)	(7.277)
Móveis e utensílios		(14.817)	-	-	-	(327)	(15.144)
Total depreciação acumulada		(75.680)	-	-	293	(15.347)	(90.734)
Subtotal do imobilizado		89.668	-	11.756	(867)	(15.347)	85.210
Imobilizado em curso		33.279	22.020	(12.588)	-	-	42.711
Total do imobilizado		122.947	22.020	(832)	(867)	(15.347)	127.921

(1) O montante R\$10.554 (R\$832 em 31 de dezembro de 2025) refere-se às reclassificações do intangível – software e outros.

(2) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre a depreciação dos bens e equipamentos no montante de R\$195 (R\$1.035 em 31 de dezembro de 2025).

Consolidado								
	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2025	Combinação de Negócios	Adições ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 31/03/2026
Imobilizado em Serviço								
Custo								
Terrenos		19.417	-	-	-	-	-	19.417
Reservatório, barragens e adutoras	2,93%	2.592	-	-	-	-	-	2.592
Edificações e benfeitorias	3,26%	437.720	12.245	172	7.859	(18)	-	457.978
Máquinas e equipamentos	9,23%	3.033.106	14.502	351	175.515	(1.731)	-	3.221.743

Notas Explicativas

Consolidado								
	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2025	Combinação de Negócios	Adições ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 31/03/2026
Veículos	13,64%	88.574	-	500	2.946	(3.785)	-	88.235
Móveis e utensílios	6,27%	113.078	-	9	(1.803)	-	-	111.284
Total do imobilizado em serviço		3.694.487	26.747	1.032	184.517	(5.534)	-	3.901.249
Depreciação acumulada								
Reservatório, barragens e adutoras		(645)	-	-	-	-	(20)	(665)
Edificações e benfeitorias		(62.985)	(193)	-	-	2	(3.172)	(66.348)
Máquinas e equipamentos		(633.529)	(182)	-	-	671	(40.220)	(673.260)
Veículos		(49.692)	-	-	-	1.677	(1.719)	(49.734)
Móveis e utensílios		(77.173)	-	-	-	-	(905)	(78.078)
Total depreciação acumulada		(824.024)	(375)	-	-	2.350	(46.036)	(868.085)
Subtotal imobilizado		2.870.463	26.372	1.032	184.517	(3.184)	(46.036)	3.033.164
Imobilizado em curso		536.841	-	44.219	(171.148)	-	-	409.912
Total do Imobilizado		3.407.304	26.372	45.251	13.369	(3.184)	(46.036)	3.443.076

Consolidado								
	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Combinação de Negócios	Adições ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Imobilizado em Serviço								
Custo								
Terrenos		2.876	15.575	-	1.278	(312)	-	19.417
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,93%	2.592	-	-	-	-	-	2.592
Edificações e benfeitorias	3,29%	421.369	228	-	21.488	(5.365)	-	437.720
Máquinas e equipamentos	9,33%	2.843.568	4.485	11.571	249.117	(75.635)	-	3.033.106
Veículos	13,64%	95.986	6.953	931	8.989	(24.285)	-	88.574
Móveis e utensílios	6,25%	107.238	2.900	27	3.699	(786)	-	113.078
Total do imobilizado em serviço		3.473.629	30.141	12.529	284.571	(106.383)	-	3.694.487
Depreciação acumulada								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(566)	-	-	-	-	(79)	(645)
Edificações e benfeitorias		(52.404)	(310)	-	-	289	(10.560)	(62.985)
Máquinas e equipamentos		(510.500)	(195)	(814)	-	21.560	(143.580)	(633.529)
Veículos		(60.335)	(2.854)	-	-	21.556	(8.059)	(49.692)
Móveis e utensílios		(74.070)	(2)	-	-	441	(3.542)	(77.173)
Total depreciação acumulada		(697.875)	(3.361)	(814)	-	43.846	(165.820)	(824.024)
Subtotal imobilizado		2.775.754	26.780	11.715	284.571	(62.537)	(165.820)	2.870.463
Imobilizado em curso		480.345	-	365.100	(308.604)	-	-	536.841
Total do Imobilizado		3.256.099	26.780	376.815	(24.033)	(62.537)	(165.820)	3.407.304

⁽¹⁾ Do montante de R\$45.251 (R\$376.815 em 31 de dezembro de 2025), R\$23.276 (R\$191.395 em 31 de dezembro de 2025) refere-se ao investimento da controlada direta ALSOL e R\$21.975 (R\$185.420 em 31 de dezembro de 2025) de investimentos das demais controladas;

⁽²⁾ Do montante de R\$13.369 (R\$24.033 em 31 de dezembro de 2025), R\$116 refere-se a transferências oriundas do ativo contratual – infraestrutura em construção, o montante de 9.425 refere-se a reclassificações para o intangível–software e outros e R\$3.828 refere-se a transferências do ativo contratual – infraestrutura em construção.

⁽³⁾ O montante de R\$3.184 (R\$62.537 em 31 de dezembro de 2025), refere-se às baixas realizadas no período que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Notas Explicativas

17. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Intangível – contrato de concessão	-	-	17.926.137	18.099.275
Direito de concessão	-	-	363.995	331.014
Direito de uso	3.368	3.320	129.667	127.667
Intangível – software e outros	114.196	127.996	693.002	718.884
Total	117.564	131.316	19.112.801	19.276.840

17.1 Intangível – contrato de concessão – Consolidado

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/03/2026
Intangível em serviço							
Custo	4,36%	41.396.032	56	445.534	(86.899)	-	41.754.723
Amortização acumulada		(19.646.850)	-	(8.982)	63.890	(586.531)	(20.178.473)
Total do intangível		21.749.182	56	436.552	(23.009)	(586.531)	21.576.250
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Custo	4,06%	8.133.861	-	112.511	(8.226)	-	8.238.146
Amortização acumulada		(4.483.954)	-	(8.982)	-	(95.097)	(4.588.033)
Total das obrigações vinculadas à concessão		3.649.907	-	103.529	(8.226)	(95.097)	3.650.113
Total intangível – contrato de concessão (4)		18.099.275	56	333.023	(14.783)	(491.434)	17.926.137

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/12/2025
Intangível em serviço							
Custo	4,36%	39.171.388	6.894	2.645.921	(428.171)	-	41.396.032
Amortização acumulada		(17.774.664)	-	(229)	316.009	(2.187.966)	(19.646.850)
Total do intangível		21.396.724	6.894	2.645.692	(112.162)	(2.187.966)	21.749.182
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Custo	4,01%	7.694.577	-	474.924	(35.640)	-	8.133.861
Amortização acumulada		(4.127.728)	-	(204)	-	(356.022)	(4.483.954)
Total das obrigações vinculadas à concessão		3.566.849	-	474.720	(35.640)	(356.022)	3.649.907
Total intangível – contrato de concessão (4)		17.829.875	6.894	2.170.972	(76.522)	(1.831.944)	18.099.275

(1) São transferências oriundas do ativo contratual – Infraestrutura em construção.

(2) O montante de R\$14.783 (R\$76.522 em 31 de dezembro de 2025) refere-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

(3) A controladora e suas controladas registraram no período créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$18.604 (R\$68.483 em 31 de dezembro de 2025), e não inclui o montante de R\$1.096 (R\$232 em 31 de dezembro de 2025) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes.

(4) Inclui R\$5.772.214 (R\$5.866.764 em 31 de dezembro de 2025) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO, EAC, ESGÁS e EDGNE.

Obrigações vinculadas a concessão das distribuidoras de energia elétrica:

Os saldos do ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual da infraestrutura em construção e intangível do contrato de concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Notas Explicativas

Obrigações vinculadas à concessão	31/03/2026	31/12/2025
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.801.898	3.727.725
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	6.212.652	6.131.962
Participação da União - recursos RGR ⁽³⁾	294.372	302.598
Reserva para reversão ⁽⁴⁾	3.665	3.855
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	338.858	338.858
(-) Amortização acumulada	(4.588.033)	(4.483.954)
Total	6.063.412	6.021.044
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.832.894	1.793.603
Ativo contratual - infraestrutura em construção	580.405	577.534
Intangível - contrato de concessão	3.650.113	3.649.907
Total	6.063.412	6.021.044

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados à concessão.

⁽²⁾ Inclui a participação da União, com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados aos programas Luz para Todos e Mais Luz para Amazônia e recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito do uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

⁽³⁾ Participação da União - recursos RGR - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo contratual - infraestrutura em construção nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL.

⁽⁴⁾ A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão de distribuição de energia elétrica, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

17.2 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	369.009	327.400
(-) Amortização acumulada	(841.615)	(832.987)
Total	363.995	331.014

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	331.014	385.830
Aquisição participação	41.609	214
(-) Amortização/baixa no período	(8.628)	(55.030)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	363.995	331.014

⁽¹⁾ **Intangível reconhecido por controladas:**

Refere-se ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado desde abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de março de 2026, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$24.625 (R\$30.782 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ESE e EPB, no montante de R\$44.405 (R\$46.881 em 31 de dezembro de 2025), líquido das amortizações. A Companhia de acordo com o ICPC 09 (R3) registra a amortização desses valores pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

Adicionalmente a Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho – BA, que é detentora de projetos eólicos, em montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2025). Os valores pagos na aquisição do parque eólico serão amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos.

(3) Combinação de negócio – Aquisição de participação

- I. Grupo Rede – em 11 de abril de 2014 foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do direito da concessão apurado na aquisição das companhias montou em R\$165.552 reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O direito de concessão apurado na aquisição decorreu principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA a renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão o que motivou a variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do direito da concessão de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. O valor de R\$69.207 já se encontra amortizado desde 31 de dezembro de 2025.

- II. Outras aquisições – ágios:

Empresa	Controladora	Data de aquisição	31/03/2026	31/12/2025
Dinâmica	ESA	14/05/2015	4.512	4.512
ALSOL	ESA	17/06/2019	29.467	29.467
URB	ALSOL	01/12/2021	18	18
REENERGISA II	ALSOL	06/05/2022	2.865	2.865
AGRIC	EBG	04/08/2023	5.887	5.887
CLARKE	ESA	22/03/2024	18.090	18.090
EDGNE	EDISGÁS	31/12/2024	189.863	185.498
LUREAN *	EBG	03/11/2025	41.609	41.609

*Em 31 de dezembro de 2025, o ágio estava reconhecido na rubrica de outros investimentos, sendo reclassificado em 31 de março de 2026 para a rubrica direito de concessão no consolidado.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do IRPJ e CSSL
2026 e 2027	41.831	8.373
2028 e 2029	18.886	-
2030 e 2031	8.313	-
Total	69.030	8.373

17.3 Intangível – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Controladora				
	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 31/12/2025	Adições	Amortização	Saldo em 31/03/2026
Direito de uso					
Custo	17,06%	5.473	295	-	5.768
Amortização acumulada		(2.153)	-	(247)	(2.400)
Total do intangível – direito de uso		3.320	295	(247)	3.368

Notas Explicativas

	Controladora				
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2024	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Direito de uso					
Custo	17,76%	3.188	2.285	-	5.473
Amortização acumulada		(1.181)	-	(972)	(2.153)
Total do intangível – direito de uso		2.007	2.285	(972)	3.320

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2025	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/03/2026
Direito de uso						
Custo	9,30%	237.747	7.955	(249)	-	245.453
Amortização acumulada		(110.080)	-	-	(5.706)	(115.786)
Total do intangível – direito de uso		127.667	7.955	(249)	(5.706)	129.667

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Direito de uso						
Custo	9,13%	203.867	80.906	(47.026)	-	237.747
Amortização acumulada		(91.648)	(190)	3.469	(21.711)	(110.080)
Total do intangível – direito de uso		112.219	80.716	(43.557)	(21.711)	127.667

17.4 Intangível – software e outros

	Controladora					
	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/03/2026
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	158.510	-	35.883	-	194.393
Amortização acumulada		(100.331)	-	-	(5.988)	(106.319)
Em Curso		69.817	2.742	(46.437)	-	26.122
Total do intangível – software e outros		127.996	2.742	(10.554)	(5.988)	114.196

	Controladora					
	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	125.863	-	32.647	-	158.510
Amortização acumulada		(79.168)	-	-	(21.163)	(100.331)
Em Curso		41.935	59.697	(31.815)	-	69.817
Total do intangível – software e outros		88.630	59.697	832	(21.163)	127.996

⁽¹⁾ O montante de R\$10.554 (R\$832 em 31 de dezembro de 2025) refere-se às transferências oriundas do imobilizado.

	Consolidado					
	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/03/2026
Custo dos Softwares e outros						
Em serviço	20,00%	1.264.302	-	147.711	-	1.412.013
Amortização Acumulada		(805.660)	-	-	(37.587)	(843.247)
Em curso		260.242	21.130	(157.136)	-	124.236
Total do intangível – software e outros		718.884	21.130	(9.425)	(37.587)	693.002

Notas Explicativas

		Consolidado					
	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Custo dos Softwares e outros							
Em serviço	20,00%	1.083.109	60	184.112	(2.979)	-	1.264.302
Amortização Acumulada		(672.653)	-	-	1.120	(134.127)	(805.660)
Em curso		204.182	225.057	(168.997)	-	-	260.242
Total do intangível – software e outros		614.638	225.117	15.115	(1.859)	(134.127)	718.884

⁽¹⁾ O montante de R\$9.425 (R\$15.115 em 31 de dezembro de 2025) refere-se às transferências oriundas do Imobilizado.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	-	-	1.467.271	1.471.744
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ⁽²⁾	-	-	500.277	420.168
Compra de gás natural ⁽³⁾	-	-	35.978	88.558
Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS ⁽⁴⁾	-	-	230.103	217.677
Encargos de conexão ⁽¹⁾	-	-	13.728	13.613
Encargo de Serviços do Sistema – ESS ⁽⁵⁾	-	-	32.293	6.887
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	-	-	21.040	19.543
Materiais, serviços e outros ⁽⁶⁾	14.442	57.894	855.887	820.060
Total	14.442	57.894	3.156.577	3.058.250
Circulante	7.867	51.013	3.018.468	2.892.486
Não Circulante	6.575	6.881	138.109	165.764

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica, encargos do uso da rede elétrica e encargos de conexão:** refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e do uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;

⁽³⁾ **Compra de gás natural:** refere-se à aquisição de gás natural dos supridores Petrobrás, GALP, 3R PETROLEUM – TAG. A redução é referente a migração de clientes para o mercado livre de gás, com a migração não houve a compra de molécula ocorrendo a diminuição do montante. Outro fator é variação do *brent* de petróleo e do dólar que afeta diretamente o valor da molécula;

⁽⁴⁾ **Operador Nacional do Sistema Elétrica – ONS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No período findo em 31 de março de 2026, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao exercício findo em dezembro de 2025, em decorrência do aumento do PLD no período;

⁽⁵⁾ **Encargos do serviço do sistema – ESS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No período findo em 31 de março de 2026, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi superior ao de novembro e dezembro de 2025, em decorrência do aumento de restrições operativas e técnicas no sistema elétrico.

⁽⁶⁾ **Materiais, serviços e outros:** refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

Notas Explicativas

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2025	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2026
Moeda Nacional				
Pós Fixado				
CDI	375.637	14.637	-	390.274
Total moeda nacional	375.637	14.637	-	390.274
Moeda Estrangeira				
Dólar	250.060	(9.799)	-	240.261
Marcação a mercado	(1.410)	-	(311)	(1.721)
Total moeda estrangeira	248.650	(9.799)	(311)	238.540
Total Geral	624.287	4.838	(311)	628.814
Circulante	424.348			628.814
Não Circulante	199.939			-

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2024	Captação (1)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação mercado da dívida	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional							
Pós fixado							
CDI	407.633	-	(85.000)	(13.448)	66.452	-	375.637
Total em moeda nacional	407.633	-	(85.000)	(13.448)	66.452	-	375.637
Moeda estrangeira							
Dólar	127.437	250.000	(112.673)	(10.956)	(3.748)	-	250.060
Euro	63.394	-	(61.322)	(3.771)	1.699	-	-
Marcação a mercado	(422)	-	-	-	-	(988)	(1.410)
Total em moeda estrangeira	190.409	250.000	(173.995)	(14.727)	(2.049)	(988)	248.650
Total Geral	598.042	250.000	(258.995)	(28.175)	64.403	(988)	624.287
Circulante	598.042						424.348
Não Circulante	-						199.939

	Consolidado						
	Saldos em 31/12/2025	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2026
Moeda nacional							
Pré Fixado	600.926	-	(11.827)	(8.023)	9.262	-	590.338
Pós Fixado							
INPC	115.169	-	(3.416)	(1.460)	2.660	-	112.953
IPCA	5.191.734	144.000	(94.479)	(76.305)	127.664	-	5.292.614
CDI	3.538.691	-	(16.573)	(34.403)	127.867	-	3.615.582
TR	1.051.527	-	(91)	(13.575)	30.101	-	1.067.962
(-) Custo com captação	(20.750)	-	-	-	1.077	-	(19.673)
Outros	14.038	-	(358)	(178)	284	-	13.786
Total moeda nacional	10.491.335	144.000	(126.744)	(133.944)	298.915	-	10.673.562
Moeda estrangeira							
Dólar	5.867.323	105.000	(626.810)	(107.719)	(222.748)	-	5.015.046
Renminbi	-	42.000	-	-	55	-	42.055
Marcação a mercado	9.972	-	-	-	-	(32.685)	(22.713)
Total moeda estrangeira	5.877.295	147.000	(626.810)	(107.719)	(222.693)	(32.685)	5.034.388
Total Geral	16.368.630	291.000	(753.554)	(241.663)	76.222	(32.685)	15.707.950
Circulante	4.077.548						3.628.594
Não Circulante	12.291.082						12.079.356

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2024	Combinação de Negócios	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional									
Pré Fixado	585.583	-	47.000	(38.373)	(31.310)	38.026	-	-	600.926
Pós Fixado									
INPC	122.591	-	-	(12.638)	(5.978)	11.194	-	-	115.169
IPCA	4.326.150	-	977.000	(271.643)	(273.722)	433.949	-	-	5.191.734
CDI	3.012.615	-	1.920.000	(1.369.346)	(444.569)	419.991	-	-	3.538.691
TR	1.015.212	2.381	-	(61)	(87.052)	121.047	-	-	1.051.527
(-) Custo com captação	(25.811)	-	-	-	-	5.407	(346)	-	(20.750)
Outros	14.770	-	1.299	(2.594)	(752)	1.315	-	-	14.038
Total moeda nacional	9.051.110	2.381	2.945.299	(1.694.655)	(843.383)	1.030.929	(346)	-	10.491.335
Moeda estrangeira									
Dólar	7.284.228		1.436.000	(2.032.903)	(396.562)	(423.440)	-	-	5.867.323
Euro	462.637		-	(440.326)	(14.775)	(7.536)	-	-	-
Marcação a mercado	(75.248)		-	-	-	-	-	85.220	9.972
Total moeda estrangeira	7.671.617	-	1.436.000	(2.473.229)	(411.337)	(430.976)	-	85.220	5.877.295
Total Geral	16.722.727	2.381	4.381.299	(4.167.884)	(1.254.720)	599.953	(346)	85.220	16.368.630
Circulante	5.001.313								4.077.548
Não Circulante	11.721.414								12.291.082

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a.) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
ESA										
BTG - FIDC ⁽⁶⁾	390.274	375.637	CDI + 1,95%	-	jan./27	Final	3,89%	-	-	NA
Total em Moeda Nacional	390.274	375.637								
CITIBANK - LOAN TRADE N° 68118	240.261	250.060	SOFR + 0,53%	CDI + 0,50%	jun./26	Final	-1,35%	3,53%	-	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.721)	(1.410)								
Total em Moeda Estrangeira	238.540	248.650								
Total ESA	628.814	624.287								
ESE										
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	4.030	4.031	IPC FIPE + 5,41%	-	jul./44	Mensal a partir de jan./21	2,38%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Sergipe CD	398	776	IPCA + 5,78%	-	jun./26	Mensal a partir de jun./21	3,15%	-	A	NA
BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A	16.503	18.898	IPCA + 1,83% + 3,00%	-	out./27	Mensal a partir de abr./22	2,93%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B	75.255	74.454	IPCA + 1,83% + 3,00%	CDI + 0,02%	dez./34	Mensal a partir de nov./27	2,93%	3,41%	A + R	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	7.219	7.244	IPC FIPE + 5,16%	-	fev./41	Mensal a partir de abr./22	2,32%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Sergipe Saldado	2.537	2.546	IPC FIPE + 5,16%	-	dez./40	Mensal a partir de abr./22	2,32%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	4.878	11.866	IPCA + 5,78%	-	mai./26	Mensal a partir de jul./23	3,15%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	11.587	11.525	IPCA + 5,41%	-	jun./44	Mensal a partir de jul./23	3,07%	-	A	NA
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	4.610	5.084	IPCA + 4,96%	-	abr./28	Mensal a partir de jul./23	2,96%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0331-1	151.403	151.841	IPCA + 5,48% + 1,50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
ENERGISAPREV - EQUAC DE DEFICIT - PLANO SERGIPE SOLDADO	-	217	IPC FIPE + 4,96%	-	mar./26	Mensal a partir de mar./26	2,27%	-	A	NA
(-) Custo com captação	(768)	(797)								
Total em Moeda Nacional	277.652	287.685								
CITIBANK - LOAN TRADE 66131	377.231	404.428	SOFR + 0,93%	CDI 1,25%	jul./26	Final	-1,25%	3,72%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(2.733)	(1.644)								
Total em Moeda Estrangeira	374.498	402.784								
Total ESE	652.150	690.469								

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a.) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
EPB										
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa Saldado	1.581	1.659	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.28%	-	dez./29	Mensal a partir de jan./21	2,81%	-	A	NA
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A	76.506	79.575	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	fev./31	Mensal a partir de abr./22	2,98%	-	A + R	2
BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B	63.694	63.017	IPCA + 1.83% + 3.23%	CDI + 0,25%	dez./34	Mensal a partir de fev./31	2,98%	3,47%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	20.581	20.935	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.28%	-	jun./33	Mensal a partir de jan./21	2,81%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	62.509	63.469	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.28%	-	nov./33	Mensal a partir de jan./21	2,81%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Funasa BD I	1.360	1.381	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.28%	-	nov./33	Mensal a partir de jan./21	2,81%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0334-1	219.609	220.244	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(886)	(911)								
Total em Moeda Nacional	444.954	449.369								
SCOTIABANK LOAN 4131 09032023	-	21.599	USD + 5.36%	CDI + 1,57%	mar./26	Final	-3,83%	3,80%	A	2
CITIBANK LOAN TRADE 66133	118.822	127.388	SOFR + 0.93%	CDI +1 ,25%	jul./26	Final	-1,25%	3,72%	A	2
SANTANDER LOAN CCB 1067308	160.473	171.933	USD + 5.37%	CDI + 1,25%	jul./26	Final	-3,82%	3,72%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 05092025	195.911	203.902	USD + 4.46%	CDI + 0,45%	set./26	Final	-4,04%	3,52%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(2.508)	(223)								
Total em Moeda Estrangeira	472.698	524.599								
Total EPB	917.652	973.968								
EMR										
BTG PACTUAL - BNDES 2/20	62.584	63.662	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez./34	Mensal a partir de abr./22	2,98%	-	A + R	2
1ª Nota comercial	51.804	53.976	CDI + 1.55%	-	jul./26	Anual a partir de jul./25	3,80%	-	A	2
BNDES - 23.2.0337-1	119.017	119.362	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(519)	(557)								
Total em Moeda Nacional	232.886	236.443								
BAML - LOAN 18122024	-	114.397	USD + 5.34%	CDI + 1,58%	jan./26	Final	-3,83%	3,80%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 06122024	96.449	100.348	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez./27	Final	-4,03%	3,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(244)	547								
Total em Moeda Estrangeira	96.205	215.292								
Total EMR	329.091	451.735								
EMT										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.111	354.116	TR + 7.00%	-	out-34	Mensal a partir de nov./29	2,18%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	287.336	296.237	CDI + 0.70%	-	abr./31	Mensal a partir de mai./21	3,58%	-	R	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	50.877	58.260	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out-27	Mensal a partir de abr./22	2,93%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	231.997	229.530	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	nov./34	Mensal a partir de nov./27	2,93%	3,41%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	9.885	10.143	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.46%	-	dez./31	Mensal a partir de jan./21	2,86%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.350	1.355	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.17%	-	fev./38	Mensal a partir de abr./22	2,79%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0330-1	404.007	404.700	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	70.028	67.523	CDI + 1.20%	-	dez./27	Final	3,71%	-	A	2
SANTANDER - FRN - CCB Nº 1071684	313.529	302.453	CDI + 1.04%	-	dez./27	Final	3,67%	-	A	NA

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimen to	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
(-) Custo com captação	(2.383)	(2.494)								
Total em Moeda Nacional	1.720.737	1.721.823								
Scotiabank Loan 09032023	-	248.387	USD + 5.36%	CDI + 1,57%	mar./26	Final	-3,83%	3,80%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65874	311.885	324.450	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun./28	Final	-1,11%	3,72%	A	2
Scotiabank Loan 4131 30072024	258.908	277.039	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago./27	Final	-3,91%	3,76%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.564)	2.414								
Total em Moeda Estrangeira	569.229	852.290								
Total EMT	2.289.966	2.574.113								
EMS										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.077	292.081	TR + 7.00%	-	out-/34	Mensal a partir de nov./29	2,18%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	131.125	135.186	CDI + 0.70%	-	abr./31	Mensal a partir de mai./21	3,58%	-	R	NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	41.534	47.561	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out-/27	Mensal a partir de abr./22	2,93%	-	A + R	2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	189.396	187.381	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	dez./34	Mensal a partir de nov./27	2,93%	3,41%	A + R	2
1ª Nota comercial 2ª série	103.354	107.689	CDI + 1.55%	-	jul./26	Anual a partir de jul./25	3,80%	-	A	2
BNDES - 23.2.0329-1	295.715	150.959	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
3ª Nota comercial Série Única	55.439	53.455	CDI + 1.20%	-	dez./27	Final	3,71%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.775)	(1.896)								
Total em Moeda Nacional	1.106.865	972.416								
CITIBANK NCE - TRADE 65873	249.668	259.727	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun./28	Final	-1,11%	3,72%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24042024	192.610	206.417	USD + 5.34%	CDI + 1,25%	jul./26	Final	-3,83%	3,72%	A	2
Scotiabank Loan 4131	151.258	161.851	USD + 5.03%	CDI 1,40%	ago./27	Final	-3,91%	3,76%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(2.108)	1.731								
Total em Moeda Estrangeira	591.428	629.726								
Total EMS	1.698.293	1.602.142								
ETO										
BNDES - 20.2.0496-1	152.298	154.921	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	dez./34	Mensal a partir de abr./22	2,93%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	2.329	2.428	INPC IBGE MENSAL(%) + 4.96%	-	jun./30	Mensal a partir de jan./21	2,74%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.716	1.723	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.17%	-	fev./38	Mensal a partir de abr./22	2,79%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0332-1	235.276	235.972	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
4ª NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	10.212	9.847	CDI + 1.20%	-	dez./27	Final	3,71%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.301)	(1.352)								
Total em Moeda Nacional	400.530	403.539								
BAML - LOAN 4131 - 19032024	-	112.394	USD + 5.43%	CDI + 1,35%	mar./26	Final	-3,81%	3,73%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 12082024	163.202	174.540	USD + 4.74%	CDI + 1,40%	ago./27	Final	-3,98%	3,76%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 09122024	113.739	118.372	USD + 4.42%	CDI + 1,10%	dez./27	Final	-4,05%	3,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.529)	1.102								
Total em Moeda Estrangeira	275.412	406.408								
Total ETO	675.942	809.947								
ESS										
BNDES - 20.2.0497-1	117.246	119.265	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez./34	Mensal a partir de abr./22	2,99%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	9.074	9.480	INPC IBGE MENSAL(%) + 4.91%	-	abr./30	Mensal a partir de jan./21	2,72%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I	2.091	2.109	INPC IBGE MENSAL(%) + 4.75%	-	fev./36	Mensal a partir de abr./22	2,69%	-	A	NA

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimen to	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	77.706	80.965	CDI + 1.55%	-	jul./26	Anual a partir de jul./25	3,80%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas OP	477	487	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.04%	-	dez./32	Mensal a partir de jan./23	2,76%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0333-1	174.141	174.645	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	10.212	9.847	CDI + 1.20%	-	dez./27	Final	3,71%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.074)	(1.151)								
Total em Moeda Nacional	389.873	395.647								
SANTANDER Loan - CCB	95.048	101.880	USD + 5.40%	CDI + 1,25%	jul./26	Final	-3,82%	3,72%	A	2
Scotiabank Loan - 4131	240.930	257.802	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago./27	Final	-3,91%	3,76%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 - 06122024	43.841	45.613	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez./27	Final	-4,03%	3,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.112)	2.484								
Total em Moeda Estrangeira	378.707	407.779								
Total ESS	768.580	803.426								
ERO										
CCEE - Eletrobrás	138.001	138.807	PRÉ + 5.00%	-	out-/48	Mensal a partir de jan./24	1,23%	-	R	NA
BTG PACTUAL - BNDES 4/200	177.706	180.766	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez./34	Mensal a partir de abr./22	2,98%	-	A + R	2
BNDES - 23-2-0335-1	76.581	76.802	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(308)	(317)								
Total em Moeda Nacional	391.980	396.058								
CITIBNAK NCE - TRADE 65875	219.356	228.210	SOFR + 1.47%	CDI + 1,10%	jun./27	Final	-1,11%	3,68%	A	2
SANTANDER LOAN CCB 1067306	283.188	303.412	USD + 5.37%	CDI + 1,25%	jul./26	Final	-3,82%	3,72%	A	2
SCOTIABANK LOAN 4131 - 30072024	64.726	69.259	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago./27	Final	-3,91%	3,76%	A	2
CITIBANK - LOAN TRADE N° 68709	206.559	220.832	SOFR + 0.58%	CDI + 0,45%	set./26	Final	-1,34%	3,52%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(3.484)	202								
Total em Moeda Estrangeira	770.345	821.915								
Total ERO	1.162.325	1.217.973								
EAC										
CCEE - Eletrobrás	65.656	66.035	PRÉ + 5.00%	-	dez./48	Mensal a partir de jan./24	1,23%	-	R	NA
BTG PACTUAL - BNDES 1/20	88.794	90.323	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez./34	Mensal a partir de abr./22	2,98%	-	A + R	2
China Constrution Bank CCB n° 1303950	94.168	90.722	CDI + 1.50%	-	jun./26	Final	3,78%	-	A	2
BNDES - 23.2.0336-1	126.821	127.188	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez./43	Mensal a partir de jul./25	3,44%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(770)	(1.040)								
Total em Moeda Nacional	374.669	373.228								
Total EAC	374.669	373.228								
ETE										
BAML LOAN 4131 - 24122024 ⁽³⁾	83.283	86.464	USD + 5.26%	CDI + 0,69%	dez./26	Final	-3,85%	3,58%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(532)	15								
Total em Moeda Estrangeira	82.751	86.479								
Total ETE	82.751	86.479								
EPA I										
BASA - CCB 048-19/0002-0 ⁽⁵⁾	172.403	174.981	IPCA + 1.89%	CDI - 3,88%	abr./40	Mensal a partir de mai./24	2,21%	2,43%	A + R + S	ICSD
(-) Custo com captação	(849)	(864)								
Total em Moeda Nacional	171.554	174.117								
Total EPA I	171.554	174.117								
EPA II										
BASA - CCB 128-20/0050-8 ⁽⁵⁾	217.980	221.181	IPCA + 1.68%	CDI - 4,07%	jul./40	Mensal a partir de mai./24	2,16%	2,38%	A + R + S	ICSD
(-) Custo com captação	(1.144)	(1.164)								
Total em Moeda Nacional	216.836	220.017								

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a.) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
Total EPA II	216.836	220.017								
ECOM										
BOCOM BBM LOAN N° 58172	41.734	43.271	USD + 5.06%	CDI + 1,42%	mai./26	Final	-3,90%	3,76%	SG	N/A
BOCOM BBM - LOAN N°58846	48.789	50.793	USD + 3.80%	CDI + 1,15%	set./28	Final	-4,20%	3,70%	A	N/A
BOCOM BBM - LOAN N° 59035	33.953	35.387	USD + 3.45%	CDI + 0,60%	dez./27	Final	-4,29%	3,56%	F	N/A
BAML - LOAN 4131 - 31032026	99.021	-	USD + 4.40%	CDI + 0,55%	mar./28	Final	-4,06%	3,55%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(2.191)	(505)								
Total em Moeda Estrangeira	221.306	128.946								
Total ECOM	221.306	128.946								
EGCS-RP1										
BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO A	55.388	55.413	IPCA + 1.50% + 5.31%	-	set./47	Mensal a partir de jan./24	3,40%	-	FB	N/A
(-) Custo com captação	(224)	(229)								
Total em Moeda Nacional	55.164	55.184								
Total EGCS-RD1	55.164	55.184								
EGCS-RP2										
BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO B	55.388	55.413	IPCA + 1.50% + 5.31%	-	set./47	Mensal a partir de jan./24	3,40%	-	FB	N/A
(-) Custo com captação	(224)	(229)								
Total em Moeda Nacional	55.164	55.184								
Total EGCS-RD2	55.164	55.184								
ETT										
BASA - CCB 128-21/0008-1 ⁽⁵⁾	305.604	309.753	IPCA + 2.46%	-	mai./41	Mensal a partir de out/24	2,35%	-	A + F+ R	ICSD
BNDES - 21.02.0247-1 ⁽⁵⁾	209.425	207.243	IPCA + 3.03% + 1.81%	-	mai./41	Mensal a partir de out/24	2,93%	-	R	ICSD
(-) Custo com captação	(1.368)	(1.400)								
Total em Moeda Nacional	513.661	515.596								
Total ETT	513.661	515.596								
ALSOL										
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO A	19.733	20.161	PRÉ + 4.55%	-	out-37	Mensal a partir de nov./22	1,12%	-	A + R	NA
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO B	23.410	23.652	IPCA + 3.28% + 3.51%	-	out-37	Mensal a partir de nov./22	3,40%	-	A + R	NA
BNDES - 22.2.0405-1 SUBREDITO A	592.877	597.756	IPCA + 5.23% + 1.50%	-	jan./39	Mensal a partir de jan. / 26	3,38%	-	FB	NA
BNDES - 22.2.0405-1 SUBREDITO B	67.331	68.647	PRÉ + 2.52%	-	jan./39	Mensal a partir de jan. / 26	0,62%	-	FB	NA
BNDES - 23.2.0405-1	329.001	325.370	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	jun./40	Mensal a partir de jan. / 26	3,44%	-	FB	NA
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	799.660	772.212	CDI + 0.57%	-	jun./27	Final	3,55%	-	A	2
(-) Custo com captação	(5.595)	(5.800)								
Total em Moeda Nacional	1.826.417	1.801.998								
SCOTIABANK - LOAN 4131 16012025	174.517	186.528	USD + 4.56%	CDI + 0,95%	jan./28	Final	-4,02%	3,65%	A	4
CITIBANK LOAN TRADE 67520	-	172.769	SOFR + 0.52%	CDI + 0,555%	mar./26	Final	-1,35%	3,54%	A	3
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	933	2.304								
Total em Moeda Estrangeira	175.450	361.601								
Total ALSOL	2.001.867	2.163.599								
REDE ENERGIA										
Credores "RJ" - Bicbanco	10.860	10.463	1,0% (Pré)	-	nov./35	Final	0,25%	-	R	NA
Credores "RJ" - BNB	23.926	23.052	1,0% (Pré)	-	nov./35	Final	0,25%	-	R	NA
Total em Moeda Nacional	34.786	33.515								
Total Rede Energia S.A.	34.786	33.515								
DENERGE										
FI-FGTS (Reestruturado)	419.546	403.010	TR + 4,00%	-	nov./35	Final	1,46%	-	SG	NA
Total em Moeda Nacional	419.546	403.010								

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimen to	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a.) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a.) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
Total Denerge	419.546	403.010								
LXTE										
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5 ⁽⁷⁾	90.693	94.754	PRÉ + 10.00%	-	out/31	Mensal a partir de mar./15	2,41%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	90.693	94.754								
BOCOM BBM - LOAN N° 58870	49.888	51.980	USD + 3.54%	CDI + 0,73%	set./27	Final	-4,27%	3,59%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(683)	(259)								
Total em Moeda Estrangeira	49.205	51.721								
Total LXTE	139.898	146.475								
LMTE										
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3 ⁽⁷⁾	114.227	117.993	PRÉ + 10.00%	-	out/33	Mensal a partir de abr./22	2,41%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	114.227	117.993								
BOCOM BBM - LOAN N° 58871	85.807	89.406	USD + 3.54%	CDI + 0,73	set./27	final	-4,27%	3,59%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.175)	(445)								
Total em Moeda Estrangeira	84.632	88.961								
Total LMTE	198.859	206.954								
EAM										
BASA - CCB 128-22/0001-9 ⁽⁵⁾	150.851	150.443	IPCA + 4.70%	-	jul./42	Mensal a partir de ago./26	2,90%	-	A + F+ R	ICSD
Total em Moeda Nacional	150.851	150.443								
Total AMAZONAS	150.851	150.443								
ESGAS										
BANESTES - CCB N° 22.036559-0	8.575	10.693	CDI + 3.91%	-	fev./27	Mensal a partir de 03/2024	4,37%	-	R	NA
BANESTES CCB N° 23.0269-0	14.524	16.222	CDI + 3.91%	-	set./27	Mensal a partir de 10/2024	4,37%	-	R	NA
Total em Moeda Nacional	23.099	26.915								
SCOTIABANK LOAN 30072024	436.017	466.549	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago./27	Final	-3,91%	3,76%	A	2
JP MORGAN LOAN 4131 - 17062025	148.134	154.168	USD + 4.53%	CDI + 0,50%	jun./26	Final	-4,03%	3,53%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.714)	3.687								
Total em Moeda Estrangeira	582.437	624.404								
Total ESGAS	605.536	651.319								
ÂNGULO EMPREENDIMENTO										
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO A	10.360	10.563	PRÉ + 2.52%	-	jan./39	Mensal a partir de set./26	0,62%	-	FB	NA
BNDES - 22.9.0108-1 SUBCREDITO B	11.854	11.952	IPCA + 5.23% + 1.50%	-	jan./39	Mensal a partir de set./26	3,38%	-	FB	NA
(-) Custo com captação	(212)	(221)								
Total em Moeda Nacional	22.002	22.294								
Total ÂNGULO 45	22.002	22.294								
AGRIC										
BNDES - CONTRATO 24.9.0146-1	49.551	50.451	PRÉ + 7.53%	-	fev./40	Mensal a partir de jan./26	1,83%	-	FB	NA
Total em Moeda Nacional	49.551	50.451								
CITIBANK LOAN TRADE 68465	24.777	25.768	SOFR + 0.53%	CDI + 0,55%	ago./26	Final	-1,35%	3,54%	A	NA
BOCOM BBM LOAN N° 59136	5.061	-	USD + 3.40%	CDI + 0,40%	mar./27	Final	-4,30%	3,51%	A	NA
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(270)	(28)								
Total em Moeda Estrangeira	29.568	25.740								
Total AGRIC	79.119	76.191								
EPM										
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	1.197.636	1.156.027	CDI + 0.75%	-	jun./27	Final	3,60%	-	A	2
(-) Custo com captação	(273)	(328)								
Total em Moeda Nacional	1.197.363	1.155.699								
Total EPM	1.197.363	1.155.699								
LUREAN										
BRDE - CCB N°67337	2.228	2.320	TR + 4,24%	-	abr./32	Mensal a partir de out/25	1,51%	-	AF	NA
Total em Moeda Nacional	2.228	2.320								

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁸⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
BOCOM BBM LOAN N° 59152	42.055	-	CNY + 1.65%	CDI + 0,20%	mar./27	Final	-3,32%	3,46%	A	NA
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(78)	-								
Total em Moeda Estrangeira	41.977	-								
Total LUREAN	44.205	2.320								
Em Moeda Nacional	10.673.562	10.491.335								
Em Moeda Estrangeira	5.034.388	5.877.295								
Energisa Consolidada	15.707.950	16.368.630								

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2026. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 31.

⁽²⁾ A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, FB = Fiança Bancária R=Recebíveis, S= Seguro.

⁽³⁾ Condições restritivas financeiras (*Covenants*) - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações financeiras consolidadas, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
-----------------------	------------------	---------------

Dívida líquida / EBITDA Ajustado *Covenants* ^(*)

Menor ou igual a 4,25x até o vencimento

Trimestral e Anual

^(*) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31). Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

⁽⁴⁾ As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 31).

⁽⁵⁾ As controladas EPA I, EPA II, ETT, EAM contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia ("BASA") e a ETT com o BNDES. Esses financiamentos possuem apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

✓ Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato e quando inferior ao índice utilizar mecanismos contratuais de cura previstos nos contratos de financiamento. Em 31 de março de 2026 as exigências contratuais foram cumpridas, com exceção da controlada indireta ETT cujo índice ficou inferior ao exigido e, portanto, conforme requerido contratualmente, realizará a cura efetuando uma fiança bancária de R\$26.503 (BASA) e um depósito de R\$ 2.641 (BNDES).

⁽⁶⁾ Vide nota explicativa nº 3.

⁽⁷⁾ As controladas indiretas LMTE e LXTE, possuem as Garantias e *Covenants*, conforme segue:

Garantias:

Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD) equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

Covenants:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. Em 31 de março de 2026 as exigências contratuais foram cumpridas.

⁽⁸⁾ Os contratos possuem proteção de *swap* e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 32.

Garantias: para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$71.365 (R\$70.011 em 31 de dezembro de 2025), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2026	31/12/2025
US\$ x R\$	(5,14%)	(11,14%)
TJLP	2,24%	8,67%
CDI	3,41%	14,32%
IPCA	1,74%	4,26%
TR	3,66%	1,97%
IPC-FIPE	0,47%	3,83%
Euro x R\$	1,05%	0,51%
INPC	1,52%	3,90%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2027	4.990.404
2028	1.154.609
2029	574.250
2030	684.751
Após 2031	4.675.342
Total	12.079.356

20. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2025	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 31/03/2026
Moeda Nacional					
CDI	6.352.135	(411.827)	227.123	-	6.167.431
IPCA	6.278.859	(71.253)	192.044	-	6.399.650
(-) Custo com captação	(93.422)	-	5.412	-	(88.010)
Marcação a mercado	(253.239)	-	-	(335.003)	(588.242)
Total Geral	12.284.333	(483.080)	424.579	(335.003)	11.890.829
Circulante	1.217.136				1.064.086
Não Circulante	11.067.197				10.826.743

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldo em 31/12/2025
Moeda Nacional								
CDI	4.589.470	4.549.661	(2.760.856)	(862.696)	836.556	-	-	6.352.135
IPCA	6.011.707	-	-	(350.600)	617.752	-	-	6.278.859
(-) Custos com captação	(42.154)	-	-	-	15.645	(66.913)	-	(93.422)
Marcação a mercado	(470.783)	-	-	-	-	-	217.544	(253.239)
Total Geral	10.088.240	4.549.661	(2.760.856)	(1.213.296)	1.469.953	(66.913)	217.544	12.284.333
Circulante	410.513							1.217.136
Não Circulante	9.677.727							11.067.197

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2025	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 31/03/2026
Moeda Nacional							
Pré Fixado	1.176.606	-	-	37.772	-	-	1.214.378
Pós Fixado							
CDI	11.980.040	-	(580.608)	430.837	-	-	11.830.269

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2025	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 31/03/2026
IPCA	15.455.486	2.830.000	(200.366)	520.474	-	-	18.605.594
TJLP	820.394	-	-	20.316	-	-	840.710
(-) Custo com captação	(539.444)	-	-	20.877	(70.773)	-	(589.340)
Marcação a mercado	(365.333)	-	-	-	-	(1.250.007)	(1.615.340)
Total Geral	28.527.749	2.830.000	(780.974)	1.030.276	(70.773)	(1.250.007)	30.286.271
Circulante	2.449.765						2.400.815
Não Circulante	26.077.984						27.885.456

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldo em 31/12/2025
Moeda Nacional								
Pré fixado	89.964	1.060.000	-	(72.469)	99.111	-	-	1.176.606
Pós fixado								
CDI	8.137.181	7.037.401	(3.208.390)	(1.533.095)	1.546.943	-	-	11.980.040
IPCA	10.870.385	4.860.000	(848.870)	(647.529)	1.221.500	-	-	15.455.486
TJLP	904.961	-	(157.316)	(9.030)	81.779	-	-	820.394
(-) Custos com captação	(306.722)	-	-	-	63.900	(296.622)	-	(539.444)
Marcação a mercado	(900.755)	-	-	-	-	-	535.422	(365.333)
Total Geral	18.795.014	12.957.401	(4.214.576)	(2.262.123)	3.013.233	(296.622)	535.422	28.527.749
Circulante	1.720.229							2.449.765
Não Circulante	17.074.785							26.077.984

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	N° de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (%) a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%) a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (%) a.a.) (2)	(Taxa efetiva de SWAP) (%) a.a.) (4)	Garantias (1)	Covenants (3)
	31/03/2026	31/12/2025										
ESA												
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	33.791	32.847	15/10/2017	2472 / 2472	IPCA + 5.11%	-	out/27	Final	2,99%	-	R	1
Debêntures 11ª Emissão	754.433	734.175	15/04/2019	500000 / 500000	IPCA + 4.62%	-	abr./26	Final	2,88%	-	SG	1
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	77.773	75.753	15/10/2020	55000 / 55000	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	2,78%	-	SG	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	601.608	585.656	15/10/2020	425000 / 425000	IPCA + 4.47%	CDI - 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	2,84%	3,02%	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	425.406	412.594	15/10/2021	330000 / 330000	IPCA + 6.09%	-	out/31	Anual a partir de out/29	3,23%	-	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	59.286	57.104	15/10/2021	700000 / 700000	CDI + 1.64%	-	out/26	Final	3,82%	-	SG	2
Debêntures 15ª Emissão 3ª Série	88.733	85.435	15/10/2021	300000 / 300000	CDI + 1.80%	-	out/28	Final	3,86%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	374.674	363.332	15/04/2022	309.383 / 309.383	IPCA + 6.16%	-	abr./29	Anual a partir de abr./27	3,24%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	230.962	223.910	15/04/2022	190.617 / 190.617	IPCA + 6.28%	-	abr./32	Anual a partir de abr./30	3,27%	-	SG	2
Debêntures 16ª Emissão 3ª Série	70.961	68.373	15/04/2022	250.000 / 66.197	CDI + 1.50%	-	abr./27	Final	3,78%	-	SG	2
Debêntures 17ª Emissão 1ª Série	19.692	18.974	20/10/2022	550.000 / 18.404	CDI + 1.50%	-	out/27	Final	3,78%	-	SG	2
Debêntures 17ª Emissão 2ª Série	107.071	103.128	20/10/2022	200.000 / 100.000	CDI + 1.65%	-	out/29	Final	3,82%	-	SG	2
Debêntures 18ª Emissão 1ª Série	98.918	95.287	20/06/2023	1.130.000 / 67.954	CDI + 1.60%	-	jun./26	Final	3,81%	-	SG	2
Debêntures 18ª Emissão 2ª Série	139.566	134.284	20/06/2023	400.000 / 133.774	CDI + 2.10%	-	jun./28	Final	3,93%	-	SG	2

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (%) a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%) a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (%) a.a.) ⁽²⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (%) a.a.) ⁽⁴⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025										
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	206.949	206.726	15/09/2023	184.299 / 184.299	IPCA + 6.17%	CDI + 0,65%	set./30	Final	3,25%	3,57%	SG	2
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	1.294.516	1.294.005	15/09/2023	1.152.701 / 1.152.701	IPCA + 6.45%	CDI + 0,90% / CDI + 0,88% / CDI + 0,891%	set./33	Final	3,32%	3,63%	SG	2
Debêntures 19ª Emissão 3ª Série	111.483	115.916	15/09/2023	500.000 / 500.000	CDI + 1.45%	-	set./28	Final	3,77%	-	SG	2
Debêntures 20ª Emissão 1ª Série	724.132	702.210	15/04/2024	646.556 / 646.556	IPCA + 6.16%	CDI + 0,15%	abr./31	Final	3,25%	3,45%	SG	2
Debêntures 20ª Emissão 2ª Série	889.577	862.163	15/04/2024	793.444 / 793.444	IPCA + 6.40%	CDI + 0,44	abr./39	Final	3,30%	3,52%	SG	2
Debêntures 21ª Emissão 2ª Série	886.263	919.470	04/09/2024	876.564 / 876.564	CDI + 0.80%	-	set./29	Final	3,61%	0,00%	SG	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	785.829	785.488	15/09/2024	730.000 / 730.000	IPCA + 6.44%	CDI + 0,04%	set./34	Final	3,31%	3,42%	SG	2
Debêntures 23ª Emissão 1ª Série	587.580	610.663	25/02/2025	579.459 / 579.459	CDI + 0.80%	-	fev./30	Final	3,61%	-	SG	2
Debêntures 23ª Emissão 2ª Série	325.079	337.982	25/02/2025	320.541 / 320.541	CDI + 0.95%	-	fev./32	Final	3,65%	-	SG	2
Debêntures 23ª Emissão 2ª Série	3.672.799	3.805.519	15/09/2025	3.649.661 / 3.649.661	CDI + 0.75%	-	set./32	Final	3,60%	-	SG	2
(-) Custos de captação	(88.010)	(93.422)	-	-	-							
Marcação à Mercado de Dívida	(588.242)	(253.239)										
Total ESA INDIVIDUAL	11.890.829	12.284.333										
ESE												
Debêntures 11ª Emissão	83.948	83.846	15/01/2022	68.000 / 68.000	IPCA + 5.74%	CDI + 0,509%	jul./27	Final	3,14%	3,54%	A	2
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	359.681	359.941	15/09/2025	350.000 / 350.000	IPCA + 7.15%	CDI - 0,15%	set./35	Final	3,48%	3,37%	A	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	246.618	246.679	15/09/2025	240.000 / 240.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,15%	set./40	Anual a partir de set./38	3,43%	3,37%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	172.987	-	23/02/2026	171.429 / 171.429	IPCA + 6.67%	CDI - 0,68%	fev./36	Final	3,37%	3,24%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	28.829	-	23/02/2026	28.571 / 28.571	IPCA + 6.55%	CDI - 0,61%	fev./41	Anual a partir de fev./39	3,34%	3,26%	A	2
(-) Custos de captação	(29.344)	(22.739)										
Total ESE	862.719	667.727										
EPB												
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	50.145	48.394	10/06/2019	48000 / 48000	CDI + 0.83%	-	jun./26	Final	3,62%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão	77.817	77.776	15/01/2022	63.000 / 63.000	IPCA + 6.01%	CDI + 0,755%	jan./30	Semestral a partir de jan./29	3,21%	3,60%	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	140.835	136.571	15/04/2024	125.747 / 125.747	IPCA + 6.16%	CDI + 0,15%	abr./31	Final	3,25%	3,45%	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	195.365	189.345	15/04/2024	174.253 / 174.253	IPCA + 6.40%	CDI + 0,44%	abr./39	Semestral a partir de abr./37	3,30%	3,52%	A	2

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (%) a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%) a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (%) a.a.) ⁽²⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (%) a.a.) ⁽⁴⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	31/03/2026	31/12/2025										
Debêntures 14ª Emissão	37.171	38.564	04/09/2024	36.764 / 36.764	CDI + 0.80%	-	set./29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	100.230	103.982	25/03/2025	100.000 / 100.000	CDI + 0.80%	-	mar./30	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	100.232	104.023	25/03/2025	100.000 / 100.000	CDI + 0.95%	-	mar./32	Final	3,65%	-	A	2
Debêntures 17ª Emissão 1ª Série	311.119	300.966	15/10/2025	297.000 / 297.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	3,50%	3,35%	A	2
Debêntures 17ª Emissão 2ª Série	207.324	200.612	15/10/2025	198.000 / 198.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Semestral a partir de out/38	3,47%	3,36%	A	2
Debêntures 18ª Emissão 1ª Série	216.233	-	23/02/2026	214.286 / 214.286	IPCA + 6.67%	CDI - 0,68%	fev./36	Final	3,37%	3,24%	A	2
Debêntures 18ª Emissão 2ª Série	36.036	-	23/02/2026	35.714 / 35.714	IPCA + 6.55%	CDI - 0,61%	fev./41	Anual a partir de fev./39	3,34%	3,26%	A	2
(-) Custos de captação	(39.143)	(31.177)										
Total EPB REDE ENERGIA	1.433.364	1.169.056										
Debêntures 4ª Emissão	104.075	100.279	22/12/09	370.000 / 0	1,00%	-	nov. / 35	Final	0,25%	0,25%	-	-
Total REDE ENERGIA	104.075	100.279										
Debêntures 16ª Emissão	412.515	400.091	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,835%	out/31	Anual a partir de out/29	3,23%	3,62%	A	2
Debêntures 17ª Emissão	152.404	158.622	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60%	-	ago./27	Anual a partir de out/26	3,81%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão	361.845	348.564	04/07/2023	250.000 / 250.000	CDI + 1.60%	-	jul./26	Final	3,81%	-	A	2
Debêntures 21ª Emissão	444.859	444.631	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 0,72%	fev./31	Final	3,23%	3,59%	A	2
Debêntures 23ª Emissão	253.226	262.714	04/09/2024	250.455 / 250.455	CDI + 0.80%	-	set./29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão	290.649	290.523	15/09/2024	270.000 / 270.000	IPCA + 6.44%	CDI + 0,04%	set./34	Final	3,31%	3,42%	A	2
Debêntures 25ª Emissão	198.128	191.222	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez./29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 26ª Emissão	429.457	416.315	15/05/2025	410.000 / 410.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai./32	Final	3,26%	3,37%	A	2
Debêntures 27ª Emissão 1ª Série	554.912	555.177	15/09/2025	540.000 / 540.000	IPCA + 7.05%	CDI - 0,31%	set./35	Final	3,46%	3,33%	A	2
Debêntures 27ª Emissão 2ª Série	369.926	370.018	15/09/2025	360.000 / 360.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,16%	set./40	Anual a partir de set./40	3,43%	3,37%	A	2
(-) Custos de captação	(67.698)	(69.960)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total EMS	3.400.223	3.367.917										
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	33.975	32.771	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05%	-	jun./29	Anual a partir de jun./27	3,67%	-	A	1
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	84.984	82.778	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	2,78%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	98.947	96.323	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47%	CDI - 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	2,84%	3,02%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	451.188	437.600	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,705%	out/31	Anual a partir de out/29	3,23%	3,61%	A	2

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (%) a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%) a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (%) a.a.) (2)	(Taxa efetiva de SWAP) (%) a.a.) (4)	Garantias (1)	Covenants (3)
	31/03/2026	31/12/2025										
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	199.139	193.111	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717 %	abr./29	Anual a partir de abr./27	3,24%	3,59 %	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	115.790	112.254	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880 %	abr./32	Anual a partir de abr./30	3,27%	3,63 %	A	2
Debêntures 17ª Emissão	444.859	444.631	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 0,7275 %	fev./31	Anual a partir de fev./30	3,23%	3,59 %	A	2
Debêntures 18ª Emissão	491.455	474.380	15/04/2024	460.000 / 460.000	CDI + 0.75%	-	abr./29	Anual a partir de abr./30	3,60%	-	A	2
Debêntures 20ª Emissão	117.692	122.102	04/09/2024	116.404 / 116.404	CDI + 0.80%	-	set./29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	748.716	722.618	15/12/2024	718.000 / 718.000	CDI + 0.80%	-	dez./29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	273.325	263.702	15/12/2024	262.000 / 262.000	CDI + 0.95%	-	dez./31	Final	3,65%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	216.605	209.633	15/12/2024	200.000 / 200.000	IPCA + 7.03%	CDI - 0,67%	dez./34	Final	3,45%	3,24 %	A	2
Debêntures 23ª Emissão Série Única	801.833	831.745	25/03/2025	800.000 / 800.000	CDI + 0.75%	-	mar./30	Final	3,60%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão Série Única	377.084	365.545	15/05/2025	360.000 / 360.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai./32	Final	3,26%	3,37 %	A	2
Debêntures 25ª Emissão 1ª Série	565.201	565.540	15/09/2025	550.000 / 550.000	IPCA + 7.10%	CDI - 0,22%	set./35	Final	3,47%	3,35 %	A	2
Debêntures 25ª Emissão 2ª Série	462.408	462.523	15/09/2025	450.000 / 450.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,16%	set./40	Anual a partir de set./38	3,43%	3,37 %	A	2
Debêntures 26ª Emissão 1ª Série	207.413	200.644	15/10/2025	198.000 / 198.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	3,50%	3,35 %	A	2
Debêntures 26ª Emissão 2ª Série	138.216	133.741	15/10/2025	132.000 / 132.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	3,47%	3,36 %	A	2
Debêntures 27ª Emissão Série Única	376.560	-	15/12/2025	370.000 / 370.000	IPCA + 7.47%	CDI + 0,2280 %	dez./45	Anual a partir de jun./26	3,56%	3,47 %	A + R	2
Debêntures 28ª Emissão 1ª Série	754.164	-	23/02/2026	747.373 / 747.373	IPCA + 6.67%	CDI - 0,65%	fev./36	Final	3,37%	3,25 %	A	2
Debêntures 28ª Emissão 2ª Série	254.906	-	23/02/2026	252.627 / 252.627	IPCA + 6.55%	CDI - 0,61%	fev./41	Anual a partir de fev./39	3,34%	3,26 %	A	2
(-) Custos de captação	(130.171)	(94.778)										
Total EMT	7.084.289	5.656.863										
EMR												
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	37.609	36.296	10/06/2019	36000 / 36000	CDI + 0.83%	-	jun./26	Final	3,62%	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	60.962	63.449	22/08/2022	60.000 / 60.000	CDI + 1.60%	-	ago./27	Anual a partir de ago./26	3,81%	-	A	2
Debêntures 18ª Emissão Única	198.128	191.222	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez./29	Final	3,61%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	166.559	161.123	15/10/2025	159.000 / 159.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	3,50%	3,35 %	A	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	110.992	107.398	15/10/2025	106.000 / 106.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	3,47%	3,36 %	A	2
(-) Custos de captação	(10.526)	(10.812)										
Total EMR	563.724	548.676										
ETO												

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (%) a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%) a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (%) a.a.) (2)	(Taxa efetiva de SWAP) (%) a.a.) (4)	Garantias (1)	Covenants (3)
	31/03/2026	31/12/2025										
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	169.823	163.766	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1.15%	-	jun./26	Final	3,70%	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão Série Única	324.546	337.471	25/02/2025	320.000 / 320.000	CDI + 1.00%	-	fev./30	Anual a partir de abr./38	3,66%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão Série Única	422.559	408.707	15/05/2025	400.000 / 400.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,078 %	mai./35	Anual a partir de mai./33	3,52%	3,43 %	A	2
Debêntures 14ª Emissão Série Única	468.169	-	15/12/2025	460.000 / 460.000	IPCA + 7.50%	CDI + 0,2550 %	dez./45	Anual a partir de jun./26	3,56%	3,47 %	A + R	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	285.427	-	23/02/2026	282.857 / 282.857	IPCA + 6.67%	CDI - 0,66%	fev./36	Final	3,37%	3,24 %	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	47.568	-	23/02/2026	47.143 / 47.143	IPCA + 6.55%	CDI - 0,61%	fev./41	Anual a partir de fev./39	3,34%	3,26 %	A	2
(-) Custos de captação	(26.595)	(12.878)										
Total ETO	1.691.497	897.066										
ESS												
Debêntures 7ª Emissão	100.067	100.037	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814 %	jan./32	Anual a partir de jan./30	3,23%	3,61 %	A	2
Debêntures 8ª Emissão	121.923	126.897	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60%	-	ago./27	Anual a partir de ago./26	3,81%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão	166.826	173.076	04/09/2024	165.000 / 165.000	CDI + 0.80%	-	set./29	Anual a partir de ago./27	3,61%	-	A	2
Debêntures 14ª Emissão	211.280	204.354	15/05/2025	200.000 / 200.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,055 %	mai./35	Final	3,52%	3,42 %	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	150.846	145.923	15/10/2025	144.000 / 144.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	3,50%	3,35 %	A	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	100.521	97.266	15/10/2025	96.000 / 96.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	3,47%	3,36 %	A	2
(-) Custos de captação	(17.121)	(17.641)										
Total ESS	834.342	829.912										
ETE												
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	76.907	74.753	15/12/2018	51462 / 51462	IPCA + 5.14%	105,15 % CDI	dez./28	Anual a partir de dez./26	3,00%	3,59 %	F	1
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	81.166	79.059	15/10/2020	57.400 / 57.400	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	5,30%	-	A	2
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	116.924	113.824	15/10/2020	82600 / 82600	IPCA + 4.47%	CDI - 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	2,84%	3,02 %	A	2
(-) Custos de captação	(1.631)	(1.774)										
Total ETE	273.366	265.862										
ERO												
Debêntures 9ª Emissão	299.281	288.813	15/04/2024	280.000 / 280.000	CDI + 0.85%	-	abr./29	Anual a partir de out/29	3,62%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão 1ª Série	363.563	350.764	15/12/2024	348.500 / 348.500	CDI + 0.95%	-	dez./29	Final	3,65%	-	A	2
Debêntures 12ª Emissão 2ª Série	53.749	51.838	15/12/2024	51.500 / 51.500	CDI + 1.10%	-	dez./31	Anual a partir de dez./30	3,68%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão	303.762	294.467	15/05/2025	290.000 / 290.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai./32	Anual a partir de dez./31	3,26%	3,37 %	A	2
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	276.604	267.545	15/10/2025	264.000 / 264.000	IPCA + 7.29%	CDI - 0,20	out/35	Final	3,51%	3,36 %	A	2
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	184.324	178.335	15/10/2025	176.000 / 176.000	IPCA + 7.17%	CDI - 0,16%	out/40	Anual a partir de out/38	3,49%	3,37 %	A	2

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (%) a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%) a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (%) a.a.) (2)	(Taxa efetiva de SWAP) (%) a.a.) (4)	Garantias (1)	Covenants (3)
	31/03/2026	31/12/2025										
(-) Custos de captação	(25.626)	(26.427)										
Total ERO EAC	1.455.657	1.405.335										
Debêntures 6ª Emissão	146.051	140.910	15/12/2024	140.000 / 140.000	CDI + 0.95%	-	dez./29	Final	3,22%	-	A	2
Debêntures 7ª Emissão	223.907	-	15/12/2025	220.000 / 220.000	IPCA + 7.50%	CDI + 0,25%	dez./45	Anual a partir de jun./26	103,22%	3,47%	A + R	2
(-) Custos de captação	(1.916)	(547)										
Total EAC	368.042	140.363										
LTTE												
Debêntures 5ª Emissão	496.935	483.072	15/10/2020	410.000 / 410.000	IPCA + 5.09%	-	out/38	Anual a partir de out/22	2,99%	-	A	2
(-) Custos de captação	(21.958)	(22.394)										
Total LTTE	474.977	460.678										
LXTE												
Debêntures 1ª Emissão (5)	433.169	422.701	27/01/2022	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1.00%	-	out/30	Semestral a partir de out/22	2,49%	-	R + S + B	ICSD
Debêntures 2ª Emissão	165.156	160.277	15/03/2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5.83%	-	out/36	Anual a partir de abr./23	3,17%	-	A	2
(-) Custos de captação	(8.372)	(8.722)										
Total LXTE	589.953	574.256										
LMTE												
Debêntures 1ª Emissão (5)	407.541	397.693	27/01/2022	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 1.00%	-	out/30	Semestral a partir de out/22	2,49%	-	SG	ICSD
(-) Custos de captação	(4.505)	(4.751)										
Total LMTE	403.036	392.942										
TOTAL	32.490.951	29.432.526										
(-) Custos de captação (débito Espelho)	(116.724)	(121.422)										
(-) Custos de captação (de. Não espelho)	(472.616)	(418.022)										
Total dos (-) Custos de captação	(589.340)	(539.444)										
Marcação à Mercado de Dívida	(1.615.340)	(365.333)										
Total em moeda nacional CONSOLIDADO	30.286.271	28.527.749										

(1) R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A. F = Fiança e SG = Sem Garantia, S = Seguro; B= CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

(2) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2026;

(3) Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado Covenants (*)	(1) Menor ou igual a 4,0x de março de 2021 para emissões até março de 2021 (2) Menor ou igual a 4,25x até o vencimento para as demais emissões	Trimestral e Anual

Notas Explicativas

(*) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

Para as debêntures da LTTE e LXTE, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,20, apurado anualmente, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas. Na última data de mensuração, em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 31.

(5) As debêntures da 1ª emissão das controladas indiretas LXTE e LMTE possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a estas controladas o direito de comprarem estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. As controladas mensuraram o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração das controladas, em 31 de março de 2026, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Vencimentos

Em 31 de março de 2026, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	292.847	958.175
2028	609.953	909.661
2029	1.495.338	4.946.400
2030	1.055.343	3.379.298
Após 2031	7.373.262	17.691.922
Total	10.826.743	27.885.456

21. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	-	302	567.324	450.964
Encargos Sociais	16.217	15.271	102.118	100.792
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	112.978	113.100
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	53.471	61.125
Contribuições ao PIS e à COFINS	9.236	6.752	945.689	903.448
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.879	2.005	27.189	27.965
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	222	215	223	869
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.419	5.886	22.193	34.268
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta - CPRB	-	-	1.262	1.403
Outros	641	1.619	36.093	41.364
Total	31.614	32.050	1.868.540	1.735.298
Circulante	23.212	25.120	894.839	778.849
Não Circulante	8.402	6.930	973.701	956.449

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - a controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$93.020 (R\$89.681 em 31 de dezembro de 2025), com depósito judicial.

22. Encargos setoriais - consolidado

	31/03/2026	31/12/2025
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	41.494	41.492
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT ⁽¹⁾	9.226	8.997
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	4.612	4.498
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL ⁽¹⁾	41.068	34.550
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	185.858	172.710
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	265.437	259.845

Notas Explicativas

Total	547.695	522.092
Circulante	403.623	394.691
Não circulante	144.072	127.401

(1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic, para as empresas distribuidora de energia elétrica.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante. Para as empresas transmissoras de energia elétrica somente são atribuídos os valores de P&D.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados no ativo circulante na rubrica de Outros créditos - ordem de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

23. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório.

23.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhista	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 - não circulante	567	547
Provisões e reversões líquidas	(68)	2
Pagamentos realizados	-	(9)
Atualização monetária	(37)	27
Saldos em 31/12/2026 e 31/12/2024 - não circulante	462	567

Consolidado	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 - não circulante	75.067	373.356	11.420	1.136.465	29.723	1.626.031	1.579.003
Provisões e reversões líquidas	8.188	33.531	115	56	2.695	44.585	126.200
Pagamentos	(6.459)	(27.769)	(115)	(57)	(21.329)	(55.729)	(169.384)
Atualização	3.302	5.411	338	33.845	(2.076)	40.820	90.212
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2024 - não circulante	80.098	384.529	11.758	1.170.309	9.013	1.655.707	1.626.031

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$8.833 (R\$8.680 em 31 de dezembro de 2025) na Controlada e R\$1.951.822 (R\$1.887.119 em 31 de dezembro de 2025) no Consolidado, e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

• Trabalhista

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) verbas contratuais/legais; (ii) indenizações envolvendo acidentes de trabalho; (iii) horas extras/reflexos; (iv) sobreaviso e reflexos; (v) equiparação salarial e reflexos; (vi) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e suas controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

Notas Explicativas

• Cível

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de unidade consumidora; (vii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (viii) acidentes com terceiros; (ix) ações de cobrança; (x) constituição de servidão administrativa; (xi) indenização de passagem; (xii) questões envolvendo regras ambientais, (xiii) ações consumeristas e (xiv) ações relacionados a indenização decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

• Fiscal

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de interpretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios, sendo as provisões revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como: (i) prazo de prescrição aplicável, (ii) conclusões de inscrições fiscais ou (iii) exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dessa forma, possui discussões relacionadas especialmente a ICMS, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS e ISS.

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
LXTE	Execuções Fiscais	0002402-76.2014.8.14.0138	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em setembro/2014 para cobrança de débito de ISS referente a suposta prestação de serviço de construção civil de linha de transmissão de energia no Município de Anapú, objeto da inscrição em dívida ativa nº 004/2013.	14.559	14.077
ERO	Execuções Fiscais	-	Contingência fiscal constituída pela controlada ERO, relacionada aos processos de ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016.	936.327	905.380

• Ambiental

Processos administrativos relacionados em sua grande maioria a suposto descumprimento de preceitos ambientais.

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
LXTE	Ambiental	5051902-68.2019.4.02.5101	Ação ambiental proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental. Processo teve o prognóstico alterado de provável para remoto, após cumprimento da obrigação de pagar.	-	21.008

• Regulatória

Processos envolvendo discussões sobre possível descumprimento de preceitos regulatórios.

23.2 Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Notas Explicativas

Segue demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

Controladora	Trabalhista	Cível	Fiscal	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	1.921	3.119	128.132	133.172	28.307
Mudança de prognóstico e valor do pedido	-	-	-	-	92.316
Encerramento	(5)	-	-	(5)	-
Atualização monetária	65	107	4.379	4.551	12.549
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	1.981	3.226	132.511	137.718	133.172

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatória	Ambiental	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	103.276	1.316.013	2.913.694	51.762	31.386	4.416.131	5.703.477
Novos processos	804	2.298	95.411	-	-	98.513	413.510
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(1.902)	(14.056)	2.141	-	(11.646)	(25.463)	(1.894.377)
Encerramento	(3.137)	(12.997)	(4.242)	-	(105)	(20.481)	(393.260)
Atualização monetária	3.412	44.526	99.562	1.769	664	149.933	586.781
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	102.453	1.335.784	3.106.566	53.531	20.299	4.618.633	4.416.131

Abaixo apresentamos os principais objetos ou naturezas referentes as ações consideradas com riscos possíveis.

• Trabalhista

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

• Cível

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede; (iii) ações de cobrança; (iv) constituição de servidão administrativa; (v) indenização de passagem; (vi) questões envolvendo regras ambientais; (vii) ações consumeristas e (xiv) ações relacionados a indenização decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Principais processos:

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
EMS	Ação Coletiva	00651268720144013800	Ação por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder concedente.	253.235	244.865
EMS	Ação Civil Pública	00081923720034036000	Por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação do reajuste tarifário autorizado pela Resolução Homologatória em 2003.	89.517	86.558
EMT	Ação de indenização	17436-75.2014.811.0041	Ajuizada objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.	104.896	101.429
EMT	Ação de indenização	54570-73.2013.811.0041	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de	59.444	57.479

Notas Explicativas

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
			serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.		
EMT	Ação de indenização	13549-66.2015.811.0003	Discute matéria relacionada a danos morais e materiais, envolvendo discussões sobre prejuízos decorrentes da execução de contratos.	51.341	49.645
EMT	Ação de indenização	1005691-76.2017.8.11.0041	Discute matéria relacionada a cláusulas contratuais. A requerente pretende o recebimento de verbas não pagas por ocasião da execução dos contratos de prestação e serviços decorrentes da execução de serviços adicionais.	42.678	41.268
EMT	Ação de indenização	0009533-77.2003.4.01.3600	Ação de Indenização envolvendo discussão sobre ressarcimento de rede.	72.186	69.800
ETO	Ação Judicial	0007336-94.2008.4.01.3400	Discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.	50.002	48.349
LMTE/GEMINI	Ações consumeristas - Apagão Amapá	S/N	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá) e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). "Na Justiça Estadual foi instaurado o IRDR nº 0003649-80.2021.8.03.0000, onde foi fixada a tese de que a Justiça Estadual não é competente para o julgamento das ações indenizatórias propostas em função do fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá em novembro de 2020, considerando a possibilidade de responsabilização da ANEEL, agência reguladora do sistema elétrico nacional". Neste sentido, pela ausência de pressuposto de validade e constituição regular os processos foram encerrados pela Companhia".	69.207	78.567
LMTE	Ação Civil Pública Apagão	1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá	107.449	103.898

- Fiscal**

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica alocados no ativo permanente da empresa, (vi) escrituração de documento fiscal, (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (x) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC; (xi) ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica; (xii) PERDCOMP sobre restituição de crédito advindo de saldo negativo de CSLL.

Principais processos:

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
Companhia	Execução Fiscal	1003121-36.2020.4.01.3821	Trata-se de processo no qual se discute a exigência de IOF em operações de AFAC, em razão da Receita Federal do Brasil sustentar que a operação seria, em verdade, mútuo realizado com subsidiárias.	102.266	98.886
EMR	Execução Fiscal	0087729-97.2016.8.13.0153	Discussão sobre ICMS exigido em razão da quebra do diferimento.	56.331	54.469
EMR	Procedimento Administrativo	13136.720060/2020-19	Trata-se de auto de infração de IRPJ e CSLL, referente a 2015/2016, de operações por contratos de SWAP, que não teria a finalidade de <i>hedge</i> e tratamento regulado pelo art. 77 da Lei 9891/95.	66.930	65.471
ESE	Execução Fiscal	0029302-74.2018.8.25.0001	Discussão sobre suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS imobilizado (CIAP), decorrente da aquisição de mercadorias, bens e serviços não vinculados à atividade de distribuição de energia	31.338	30.302

Notas Explicativas

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
EPB	Auto de Infração	93300008.09.00002840/2021-87	Discute não recolhimento de ICMS sobre operações de fornecimento de energia elétrica, supostamente declaradas como isentas.	44.647	43.171
EPB	Auto de Infração	10480.729848/2019-31	Discute anulação de multa envolvendo discussão sobre impactos nas apurações de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL das perdas não técnicas.	43.700	42.256
EMT	Processo administrativo	14094.720008/2018-36	Relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.	137.536	132.990
EMT	Processo administrativo	14041.720061/2020-77	Proposto pela Receita Federal para discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS E COFINS sobre perdas não técnicas.	40.875	39.524
EMT	Execução fiscal	1026238-64.2022.8.11.0041	Processo envolvendo discussão sobre recolhimento de ICMS DIFAL.	82.199	79.482
EMT	Procedimento Administrativo	51227479/2023	Trata-se de auto de infração no qual se discute a glosa de créditos de ICMS do período de Março/19 - dez/22, por suposto erro na apuração do coeficiente de creditamento do imposto.	30.639	29.627
ESS	Auto de Infração	4.034.268-2	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da subclasse baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva).	37.381	36.146
ERO	Auto de Infração	10240-722.819/2020-12	Reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.	586.638	567.249
ERO	Execução Fiscal	7002079-67.2025.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016. Processo teve o prognóstico alterado de remoto para possível, após encerramento da discussão na esfera administrativa.	98.317	95.068
ERO	Auto de Infração	7006273-81.2023.8.22.0000	Discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015.	49.718	48.075
ERO	Auto de Infração	10280-731.896.2023-21	Decorrente da glosa de créditos IRPJ/CSLL das contribuições relacionadas às perdas não técnicas.	40.807	39.458
EAC	Auto de Infração	2535/2002-3842/2011	Processo relacionado a discussão sobre multa de mora envolvendo crédito de ICMS liquidado em 06/12/2005, conforme termo de compromisso.	34.332	33.198
EAC	Auto de Infração	11.314/2018 (2018/81/46743	Discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.	77.202	74.650
EAC	Auto de Infração	2019/81/33314 (AI 12.097)	Lavrado pelo Estado do Acre que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por "recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais supostamente inferiores ao devido". A controlada apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019, que foi julgada improcedente. Apresentado recurso voluntário, em 06/11/2025, o mesmo foi julgado parcialmente procedente. Diante do não cabimento de outros recursos administrativos, aguarda-se a cobrança do débito e o encerramento do processo.	55.258	53.431
EAC	Auto de Infração	15.022	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Acre, envolvendo discussão sobre: (i) diferença na base de cálculo de ICMS (tarifa homologada Anel) e (ii) não homologação de créditos dos cancelamentos do convênio. 30/04, créditos de CIAP e créditos DIFAL referente ao exercício de 2020. Processo teve o prognóstico alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	34.012	32.888
EAC	Auto de Infração	15.552	Trata-se de Auto de infração lavrado para exigir ICMS em razão de: suposta divergência na base de cálculo; não homologação integral dos créditos de ICMS; de glosa parcial dos valores dos créditos fiscais oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo permanente; e cobrança do diferencial de alíquota. Apresentada impugnação, aguarda-se o julgamento em primeira.	47.148	-
EAC	Procedimento Administrativo	39910/2020	Processo envolve questões relacionadas a supostas incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais no tocante à: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota mensalmente apurado; iii) não homologação cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação	89.503	86.545

Notas Explicativas

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
			à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final.		
LXTE	Execução Fiscal	0001307-30.2019.8.14.0075	Ajuizada em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.	58.565	56.629
DENERGE	Execução Fiscal	0001954-81.2016.4.03.6182	Cobrança de multa isolada no percentual de 75% (setenta e cinco por cento), com fundamento no art. 18, § 2º, da Lei nº 10.833/2003, sob a alegação de que seriam improcedentes compensações pretendidas pela Embargante no período de dezembro de 2003 a dezembro de 2004.	35.635	34.457

• Ambiental

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas nos processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento.

• Regulatória

As controladas distribuidoras de energia elétrica EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos junto à ANEEL decorrente principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações; e

A controlada indireta transmissora de energia elétrica LITE, possui ação envolvendo discussão sobre suposto descumprimento de prazo regulatório.

Principais Processos:

Empresa	Tipo	Processo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
LITE	Processo administrativo	48500.006110/2017-27	A ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A controlada defende a inoccorrência das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.	52.944	51.194

24. Incorporação de redes – consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, EMR e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos de atualização e mora de acordo com o estabelecido nas resoluções aplicáveis a cada caso.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Saldo em 31/12/2025 e 31/12/2024 – circulante	248.222	260.471
Adições	44.170	159.417

Notas Explicativas

Atualização monetária e juros	5.900	40.830
Pagamentos	(49.988)	(212.496)
Saldo em 31/03/2026 e 31/12/2025 - circulante	248.304	248.222

25. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Participações de empregados e administradores	51.862	38.556	252.392	187.885
Salários a pagar	9.567	9.694	45.661	46.183
Outros benefícios a empregados	1.649	1.901	13.711	14.393
Prêmio de seguros	14	55	7.624	12.676
Créditos de clientes/consumidores	9.008	9.012	131.718	136.473
Retenção de caução contratual empreiteiras	77	77	32.679	35.340
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	4.315	4.398
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.166	18.166
Ressarcimento AIC - AXIA Energia (Eletrobrás) ⁽¹⁾	-	-	23.909	32.829
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽²⁾	-	-	57.458	57.136
Bônus de redução voluntária do consumo ⁽³⁾	-	-	5.241	5.262
Provisão para Desmobilização ⁽⁴⁾	-	-	160.977	151.643
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽⁵⁾	-	-	672.496	679.610
Outras contas a pagar ⁽⁶⁾	2.752	3.313	485.243	456.139
Total	74.929	62.608	1.911.590	1.838.133
Circulante	65.848	53.523	1.021.843	871.482
Não Circulante	9.081	9.085	889.747	966.651

- ⁽¹⁾ Ressarcimento do Ativo Imobilizado em curso - AIC - AXIA Energia (Eletrobrás): refere-se a parcela a ser ressarcida pelas controladas ERO e EAC à AXIA Energia (Eletrobrás), prevista no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração das bases de remuneração regulatória, homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 13 de outubro de 2020. Os pagamentos foram acordados em 60 parcelas, onde a controlada EAC iniciou o pagamento em outubro de 2021 e a controlada ERO em fevereiro de 2022.

	ERO		EAC		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	28.285	54.394	4.544	14.358	32.829	68.752
Pagamento	(7.607)	(32.944)	(2.533)	(10.968)	(10.140)	(43.912)
Atualização financeira - Selic	1.080	6.835	140	1.154	1.220	7.989
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	21.758	28.285	2.151	4.544	23.909	32.829
Circulante	21.758	24.244	2.151	4.544	23.909	28.788
Não Circulante	-	4.041	-	-	-	4.041

- ⁽²⁾ Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT à EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.
- ⁽³⁾ Saldo a repassar aos consumidores das controladas distribuidoras de energia elétrica relacionado Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia.
- ⁽⁴⁾ Valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pelas controladas na desmontagem de equipamentos e recuperação/restauração do sítio onde se encontram instalados as usinas fotovoltaicas, quando do encerramento dos contratos de arrendamentos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração.
- ⁽⁵⁾ **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - consolidado.**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Notas Explicativas

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017) e ESE. Em 17 de agosto de 2021, 21 de setembro de 2021, 22 de outubro de 2021, 12 de novembro de 2021 e 06 de dezembro de 2021, respectivamente, transitaram em julgado as ações judiciais propostas pelas controladas ESS (incorporada EBR), EMT, ERO, EAC e EMR ((nova denominação social da EMG, incorporou ENF). Em 14 de fevereiro de 2022 transitou em julgado a ação da controlada Companhia Nacional de Energia Elétrica (empresa incorporada pela ESS em 2017). Os demais processos nos quais são discutidos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME, as controladas reconheceram os passivos relacionados, líquidos de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

Em 27 de junho de 2022 foi promulgada a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, pós ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	679.610	1.328.698
Atualização financeira/ reversão	(6.264)	55.114
Repasse de custos com honorários, consultoria e tributos	(850)	(2.798)
Baixa Trânsito em Julgado EVP ^(a)	-	(29.314)
Baixa ERO e EAC	-	(9.657)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos Consumidores	-	(662.433)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	672.496	679.610
Circulante	347.483	275.505
Não Circulante	325.013	404.105

^(a) Em novembro de 2025, a Companhia realizou uma baixa de créditos de Pis e Cofins sobre a base de ICMS devido ao trânsito em julgado do processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, o qual determinou uma glosa parcial dos créditos que haviam sido apurados pela Companhia, gerando uma baixa de R\$54.530, sendo R\$29.314 referentes ao registro inicial e R\$25.216 referentes a atualização monetária. Para os créditos registrados, a Companhia possuía passivo correspondente, referente aos montantes a serem repassados aos consumidores, o qual também foi baixado na mesma proporção não impactando o resultado da Companhia.

⁽⁶⁾ Inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída.

26. Patrimônio líquido

26.1 Capital social

O capital social em 31 de março de 2026 é de R\$10.876.550 (R\$10.876.550 em 31 de dezembro de 2025), representando 2.518.367.130 (2.518.367.130 em 31 de dezembro de 2025) ações nominativas, sendo 975.954.372 (975.954.372 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias e 1.542.412.758 (1.542.412.758 em 31 de dezembro de 2025) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em *units* (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 383.183.049 (383.183.049 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$109.447 (R\$109.447 em 31 de dezembro de 2025), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

O saldo das ações mantido em tesouraria em 31 de março de 2026 é de R\$33.019 (R\$33.019 em 31 de dezembro de 2025), correspondentes a 829.922 (829.922 em 31 de dezembro de 2025) *units*.

26.2 Reserva de capital

	31/03/2026	31/12/2025
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽¹⁾	2.472.954	2.488.855
Custo de captação – aumento de capital	(109.447)	(109.447)
Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) ⁽²⁾	43.859	43.859
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	54.696	48.155
Total	2.463.911	2.473.271

⁽¹⁾ Transações entre sócios – inclui desde 2019 o montante R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias, que foi revertido em dezembro de 2025 após a alienação das ações.

Transações entre sócios	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	2.488.855	1.051.943
Ganho/perda apurado com transações de investimentos na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas, MTM subscrição debêntures e ações em tesouraria ^(*)	(15.901)	1.436.912
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	2.472.954	2.488.855

^(*) A composição da movimentação de R\$15.901 (R\$1.436.912 em 31 de dezembro de 2025) está demonstrada na nota explicativa nº 15.

⁽²⁾ Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) – refere-se incentivos federais deduzidos do Imposto de Renda das controladas, destinados as pessoas jurídicas detentoras de empreendimentos nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, na forma de depósitos para reinvestimentos de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, aplicados em projetos de modernização ou complementação de equipamento.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de taxa de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em "Outras Reservas de Capital" e, após aprovações pelas Superintendências e liberação dos recursos pelos Bancos Oficiais (BNB e BASA), serão capitalizados em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do encerramento do exercício das efetivas liberações.

⁽³⁾ Programa de remuneração variável – ILP – refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 11). Do montante de R\$6.541 (R\$11.702 em 31 de dezembro de 2025) foram reconhecidos: R\$1.900 (R\$2.897 em 31 de dezembro de 2025) no resultado e R\$4.641 (R\$8.805 em 31 de dezembro de 2025) no investimento (nota explicativa nº15).

26.3 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

26.4 Reserva de lucros – reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EMT, ETO, EAC, ERO, LXTE e LMTE por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Notas Explicativas

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas controladas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda		Incentivo fiscal de Reinvestimento	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
EPB	SUDENE	20/2020	7.223	102.912	6.252	2.454
ESE	SUDENE	438/2018	13.804	68.089	4.584	-
EMT	SUDAM	0176/2023	5.152	113.376	9.221	-
ETO	SUDAM	0150/2023	18.260	109.737	6.075	3.796
EAC	SUDAM	0018/2021	5.754	10.074	605	-
ERO	SUDAM	0065/2021	7.241	73.863	-	-
LMTE	SUDAM	0069/2018	2.235	4.548	-	-
LXTE	SUDAM	204/2018	-	5.744	-	-
Total			59.669	488.343	26.737	6.250

Esses valores serão destinados no encerramento do exercício à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

26.5 Participação de acionistas não controladores

Movimentação da participação de acionistas não controladores:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 31/12/2025	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios e ILP	Saldo em 31/03/2026
EMT	2,31%	93.030	3.059	(3.846)	-	25	92.268
ETO	23,33%	344.360	20.862	-	-	122	365.344
EMS	0,07%	796	67	-	-	-	863
Rede Power ⁽²⁾	0,00%	-	-	-	-	-	-
MULTI	0,10%	45	6	(22)	-	-	29
REDE	0,21%	12.353	620	(535)	-	391	12.829
ERO	0,49%	20.754	(36)	-	-	(47)	20.671
EAC	0,23%	5.979	49	(45)	-	(226)	5.757
ESS	0,74%	5.510	50	-	(1)	2	5.561
EPM ⁽¹⁾	0,00%	-	-	-	-	-	-
DENERGE ⁽³⁾	0,00%	-	-	-	-	-	-
NOVA DNERGE ⁽³⁾	0,01%	427	22	-	-	-	449
GEMINI	31,62%	216.700	7.968	-	-	2	224.670
ALSOL	10,30%	72.177	(2.557)	-	-	46	69.666
AGRIC	16,67%	9.411	(748)	-	-	(154)	8.509
LUREAN	48,00%	16.422	(483)	-	-	6.986	22.925
EPNE	45,00%	840.336	63.820	(133.483)	-	16.841	787.514
CLARKE	29,96%	870	(125)	-	-	-	745
EDGNE ⁽²⁾	49,00%	346.955	16.569	-	-	-	363.524
Total		1.986.125	109.143	(137.931)	(1)	23.988	1.981.324

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 31/12/2024	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Dividendos Prescritos	Outros resultados abrangentes	Aumento/(Redução) de capital e (Alienação) de ações	Transações entre sócios e ILP	Saldo em 31/12/2025
EMT	2,31%	101.542	19.114	(27.763)	19	78	-	40	93.030
ETO	23,33%	311.382	100.686	(68.429)	-	471	-	250	344.360
EMS	0,07%	851	234	(295)	-	5	-	1	796

Notas Explicativas

	Participação o acionária e no capital votante	Saldo em 31/12/202 4	Resultado atribuído aos acionistas não controladore s	Dividendos	Dividend os Prescrito s	Outros resultados abrangente s	Aumento/(Reduça o) de capital e (Alienação) de ações	Transações entre sócios e ILP	Saldo em 31/12/2025
Rede Power ⁽²⁾	0,00%	46	13	-	-	-	-	(59)	-
CTCE	0,00%	(52)	(2)	-	-	-	-	54	-
MULTI	0,10%	33	20	(10)	2	-	-	-	45
REDE	0,20%	10.429	2.952	(2.599)	-	34	-	1.537	12.353
ERO	0,49%	21.360	3.288	0	-	8	-	(3.902)	20.754
EAC	0,23%	6.993	(10)	(15)	-	-	-	(989)	5.979
ESS	0,74%	4.680	1.041	(248)	1	32	-	4	5.510
EPM ⁽¹⁾	0,00%	3.017.173	478.682	(716.443)	-	(126)	(1.313.650)	(1.465.636)	-
DENERGE ⁽³⁾	0,00%	591	169	-	-	-	-	(760)	-
NOVA DNERGE ⁽³⁾	0,01%	-	(4)	-	-	1	366	64	427
GEMINI	31,62%	200.899	22.650	(6.854)	-	(1)	-	6	216.700
ALSOL	10,30%	80.076	(8.564)	-	-	-	-	665	72.177
AGRIC	16,67%	10.726	(1.315)	-	-	-	-	-	9.411
LUREAN	48,00%	-	565	-	-	-	15.857	-	16.422
EPNE	45,00%	726.285	255.405	(174.693)	-	822	-	32.517	840.336
CLARKE	29,96%	2.288	(1.738)	-	-	-	-	320	870
EDGNE ⁽²⁾	49,00%	368.422	52.447	(41.297)	-	-	-	(32.617)	346.955
Total		4.863.724	925.633	(1.038.646)	22	1.324	(1.297.427)	(1.468.505)	1.986.125

(1) Em 17 de setembro de 2025, houve a redução de capital social na controlada EPM, restituído, em moeda corrente ao acionista minoritário na proporção de suas participações societárias, o montante de R\$279.300, conforme acordo de investimento e em dezembro de 2025 o acionista minoritário alienou a titularidade das suas ações preferencias a Companhia, passando a EPM ser 100% da Energisa S/A, no montante de R\$1.034.350;

(2) Companhias incorporadas: Rede Power incorporada pela Rede Energia e EDGNE incorporada pela EDG;

(3) Em novembro de 2025, a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A alienou as ações da Nova Denerge (antiga Nova Gemini) para Energisa S/A, subsequentemente, em 29 de novembro de 2025, a Energisa S/A aumentou o capital social da Nova Denerge no montante de R\$2.559.399, mediante a contribuição de 776.438 (setecentas e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito) ações de emissão da Denerge de titularidade da Energisa, representativas de 99,99% do capital social da Denerge. Em virtude dessa transação, a Denerge passou a ser controlada pela Nova Denerge, e a Nova Denerge pela Energisa S/A.

27. Receita operacional

27.1 Receita operacional bruta – controladora

	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional		
Serviços especializados ⁽¹⁾	106.973	102.836
Deduções a receita operacional		
PIS	(1.766)	(1.698)
COFINS	(8.135)	(7.821)
ISS	(2.648)	(2.739)
Receita operacional líquida	94.424	90.578

(1) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados às controladas.

27.2 Receita operacional – consolidada

	31/03/2026			31/03/2025		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$
Residencial	7.712.061	4.149.255	3.989.225	7.497.657	4.191.504	3.798.682
Industrial	39.167	173.146	218.506	38.510	244.938	261.040
Comercial	546.357	968.360	1.107.260	551.682	1.102.463	1.134.298
Rural	628.916	666.679	692.964	645.208	709.856	681.074
Poder público	79.411	448.450	431.991	77.499	474.921	421.647
Iluminação pública	9.909	349.313	195.493	8.416	357.224	186.197
Serviço público	11.013	151.826	134.476	10.459	180.518	143.724
Consumo próprio	1.809	11.760	-	1.795	12.046	-
Subtotal	9.028.643	6.918.789	6.769.915	8.831.226	7.273.470	6.626.662

Notas Explicativas

	31/03/2026			31/03/2025		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$
Suprimento de energia a concessionárias	2	693.723	148.277	2	363.804	280.593
Fornecimento não faturado líquido	-	(59.996)	(88.925)	-	(118.801)	(78.879)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	10.208	-	1.188.681	7.127	-	891.464
Energia comercializada com clientes livres	-	2.191.549	509.878	-	2.136.535	355.140
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	250.518	-	-	301.901
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	13.660	-	-	12.407
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	18.750	-	-	17.224
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	-	-	(1.554)	-	-	594
Receita de construção da infraestrutura ⁽³⁾	-	-	1.322.130	-	-	1.156.374
Serviços especializados	-	-	143.200	-	-	123.833
Penalidades Regulatórias	-	-	(58.004)	-	-	(57.247)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	258.813	-	-	300.500
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	847.220	-	-	556.600
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa -renda)	-	-	952.976	-	-	675.528
Receita da atividade de distribuição de gás canalizado ⁽⁴⁾	-	-	144.003	-	-	170.581
Outras receitas operacionais ⁽⁵⁾	-	-	105.622	-	-	108.337
Total - receita operacional bruta	9.038.853	9.744.065	12.525.160	8.838.355	9.655.008	11.441.612
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	1.499.695	-	-	1.387.433
PIS	-	-	157.320	-	-	143.173
COFINS	-	-	725.094	-	-	658.745
CPRB	-	-	1.091	-	-	902
ISS	-	-	10.480	-	-	8.378
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	33.458	-	-	28.009
-	-	-	-	-	-	-
Encargos de consumidor - Procel	-	-	2.575	-	-	6.066
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.054.518	-	-	756.429
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	26.389	-	-	14.019
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	5.148	-	-	12.146
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	2.575	-	-	6.066
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	11.612	-	-	10.630
Total - deduções da receita operacional	-	-	3.529.955	-	-	3.031.996
Total - receita operacional líquida	9.038.853	9.744.065	8.995.205	8.838.355	9.655.008	8.409.616

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) **MWh**: refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MMGD do tipo II/III.

(3) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$1.265.176 (R\$1.095.153 em 31 de março de 2025) refere-se a receita de construção das controladas distribuidoras de energia elétrica, R\$39.993 (R\$44.069 em 31 de março de 2025) refere-se a receita de construção das controladas transmissoras de energia elétrica e R\$16.961 (R\$114.254 em 31 de março de 2024) refere-se a receita de construção da controlada distribuidora de gás. Canalizado. Adicionalmente, o total do custo de construção do seguimento de distribuição de energia elétrica e gás é o mesmo valor da receita de construção dos seguimentos.

(4) Receita da atividade de distribuição de gás canalizado, incluindo receita de construção.

	31/03/2026		31/03/2025	
	Volume (mil m³) ^(*)	R\$	Volume (mil m³) ^(*)	R\$
Receita Bruta				
Residencial Individual	240	1.510	162	1.277

Notas Explicativas

	31/03/2026		31/03/2025	
	Volume (mil m³) (*)	R\$	Volume (mil m³) (*)	R\$
Residencial Coletivo	1.492	7.611	1.339	7.641
Industrial	153.795	108.102	134.249	122.914
Comercial	1.257	6.891	1.109	5.752
Climatização	50	323	29	268
Matéria Prima	2.922	970	3.807	283
Veicular	4.518	12.674	5.318	17.298
Térmica	388	177	856	1.938
Serviços prestados de assistência técnica	-	54	-	51
Encargos de capacidade (Ship or pay)	-	361	-	676
Receita variação de tarifa (Take or pay) recuperável de clientes	-	215	-	4.094
Conta Gráfica - Custo gás canalizado na tarifa	-	1.367	-	4.516
PRC das usinas térmicas	-	173	-	145
Encargos de capacidade (Mercado Livre)	-	3.073	-	3.495
CCD	-	537	-	234
Receita de construção (**)	-	16.961	-	17.152
Abatimentos	-	(35)	-	(4)
Totais - receita operacional bruta	164.662	160.964	146.869	187.730
ICMS	-	(10.246)	-	(15.611)
PIS	-	(2.018)	-	(2.587)
COFINS	-	(9.294)	-	(10.960)
ISS	-	(2.703)	-	(1.582)
Totais - deduções da receita operacional	-	(24.261)	-	(30.740)
Totais - receita operacional líquida	164.662	136.703	146.869	156.990

(*) Não revisadas pelos auditores independentes

(**) Receitas contratuais em razão da migração de clientes para o mercado livre

(5) Inclui a receitas de aluguéis uso mútuo de poste, serviços taxados, comissão de administração e outras.

28. Energia Elétrica comprada para revenda – consolidada

	Consolidado			
	MWH (1)		Valores em R\$ mil	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Energia de Itaipú - Binacional	819.670	847.001	177.068	195.441
Energia de leilão (2)	5.643.638	5.358.211	1.895.127	1.302.418
Energia bilateral e outros suprimentos	957.257	1.027.971	920.815	736.788
Reembolso CCC	-	-	(36.352)	(28.023)
Cotas de Angra	178.205	304.689	84.193	85.702
Energia de curto prazo – CCEE (3)	89.512	78.365	209.190	372.299
Cotas Garantia Física	1.016.478	1.373.965	113.047	238.203
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia – PROINFA	140.500	155.687	102.997	121.496
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(311.510)	(283.264)
Total	8.845.260	9.145.889	3.154.575	2.741.060

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Em 31 de março de 2026 inclui o valor de R\$1.638 (R\$41.585 em 31 de março de 2025) referente a reversão de créditos relacionados a geração distribuída.

(3) Inclui demais custos sendo: os efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema – ESS e Encargos de Energia Reserva – ERR.

29. Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025

Outras Receitas

Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	-	-	10.478	12.543
--	---	---	--------	--------

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Outras	47	67	4.864	563
Subtotal Outras Receitas	47	67	15.342	13.106
Outras Despesas				
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	-	(19)	(76.700)	(46.016)
Marcação a mercado dos contratos ⁽¹⁾	-	-	33.711	(74.366)
Outras	-	-	(7.793)	(27.684)
Subtotal Outras Despesas	-	(19)	(50.782)	(148.066)
Saldo líquido de outras receitas (despesas)	47	48	(35.440)	(134.960)

⁽¹⁾ Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia, tendo sido apurado ganho em 31 de março de 2026 no montante de R\$33.711 (perda de R\$74.366 em 31 de março de 2025). A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	240.777	44.270
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	(203.630)	(121.886)
Subtotal	37.147	(77.616)
(-) Tributação PIS e COFINS	(3.436)	3.250
Efeito líquido de tributos	33.711	(74.366)

30. Lucro por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídos pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período das opções de compra das ações. O lucro por ação básico é diluído, como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período – controladora	465.627	775.736
Média ponderada em milhares de ações	2.514.218	2.285.652
Lucro líquido básico por ação – R\$	0,19	0,34
Lucro líquido do período – consolidado	574.770	1.026.715
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	465.627	775.736
Acionistas não controladores	109.143	250.979
Lucro líquido do período – controladora	465.627	775.736
Média ponderada em milhares de ações	2.514.218	2.285.652
Efeito dilutivo programa ILP	1.867	2.132
Lucro líquido diluído por ação – R\$ ⁽¹⁾	0,18	0,34
Lucro líquido do período – consolidado	574.770	1.026.715

⁽¹⁾ Potencial efeito diluidor:

- Programa de remuneração variável (ILP)
- As Controladas indiretas LXTE e LMTE possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

Notas Explicativas

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

31.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição de energia elétrica terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do período foram de R\$258.813 (R\$300.500 em 31 de março de 2025), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 13.1.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		362.556	362.556	352.524	352.524
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		6.261.451	6.261.451	6.153.279	6.153.279
Clientes		73.160	73.160	77.246	77.246
Títulos e créditos a receber		25	25	25	25
Créditos com partes relacionadas		398.394	398.394	382.033	382.033
		7.095.586	7.095.586	6.965.107	6.965.107
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.898.388	2.898.388	2.790.840	2.790.840
Instrumentos financeiros – Opção de compra de ações ⁽¹⁾	3	241.510	241.510	188.183	188.183
		3.139.898	3.139.898	2.979.023	2.979.023
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		14.442	14.442	57.894	57.894
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		8.366.734	8.373.364	8.476.961	8.495.913
Arrendamentos operacionais		3.798	3.798	3.722	3.722
		8.384.974	8.391.604	8.538.577	8.557.529
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		4.152.909	4.152.909	4.431.659	4.431.659
Instrumentos financeiros derivativos	2	775.912	775.912	407.608	407.608
		4.928.821	4.928.821	4.839.267	4.839.267

Consolidado					
	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.140.421	1.140.421	1.386.005	1.386.005
Clientes, consumidores, concessionárias e outros		5.032.474	5.032.474	5.194.740	5.194.740

Notas Explicativas

Consolidado					
	Nível	31/03/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Títulos de créditos a receber		13.406	13.406	10.684	10.684
Ativos financeiros setoriais		2.076.536	2.076.536	1.716.101	1.716.101
		8.262.837	8.262.837	8.307.530	8.307.530
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	11.179.410	11.179.410	9.562.086	9.562.086
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	18.716.426	18.716.426	17.715.205	17.715.205
Instrumentos financeiros derivativos	2	434.836	434.836	708.241	708.241
Instrumentos financeiros derivativos – Contratos futuros de energia	2	44.793	44.793	11.946	11.946
Instrumentos financeiros – Opção de compra de ações ⁽¹⁾	3	241.510	241.510	188.183	188.183
		30.616.975	30.616.975	28.185.661	28.185.661
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		3.156.577	3.156.577	3.058.250	3.058.250
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		24.633.831	24.676.636	24.549.857	24.642.236
Arrendamentos operacionais		151.062	151.062	148.113	148.113
Passivos financeiros setoriais		905.821	905.821	1.300.234	1.300.234
Parcelamento de impostos		252	252	378	378
		28.847.543	28.890.348	29.056.832	29.149.211
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		21.360.390	21.360.390	20.346.522	20.346.522
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.414.487	2.414.487	1.162.009	1.162.009
Instrumentos financeiros derivativos – Contratos futuros de energia	2	65.199	65.199	69.498	69.498
		23.840.076	23.840.076	21.578.029	21.578.029

⁽¹⁾ **Opção de compra de ações:**

Itaú Unibanco S/A

O Conselho de Administração aprovou em 27 de dezembro de 2018, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Itaú Unibanco S/A ("Itaú") regulando os termos e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista preferencialista no quadro acionário da controlada EPM. O acordo previa que a Companhia detinha o direito de recompra da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPM, o qual poderia ser exercida entre 10 de fevereiro de 2027 e 31 de dezembro de 2032, como também definia que todo e qualquer dividendo, fosse pago primeiramente as ações preferencias, até que o total pago correspondesse 55% do lucro líquido auferido pela EPM, conforme acordo de acionistas.

Em 12 de dezembro de 2025, o Itaú e a Companhia celebraram o contrato de compra e venda de ações e outras Avenças ("SPA"), por meio do qual o Itaú alienou, a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade da controlada EPM à Companhia, no montante de R\$1.034.350, ficando rescindido e totalmente extinto de pleno direito e sem qualquer efeito jurídico para todos os fins, o acordo de acionista vigente até esta data. A Companhia passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela EPM e a baixa do instrumento financeiro – opção de compra de ações correspondente.

Banco Bradesco S/A

Em 11 de setembro de 2024 a Companhia celebrou acordo de investimento e outras avenças com o Banco Bradesco S/A, regulando os termos e condições gerais para o ingresso do Bradesco como acionista preferencialista no quadro acionário da controlada Energisa Participações Nordeste S/A (EPNE). Os direitos e obrigações da Companhia e do Bradesco, na qualidade de acionistas da EPNE, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. O Acordo assegurou, à Companhia, uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais de titularidade do Bradesco, exercível entre o 4º (quarto) e o 10º (décimo) aniversário da conclusão da operação, como também definiu que todo e qualquer dividendo, seja pago primeiramente as ações preferencias, até que o total pago equivalha 45% do lucro líquido auferido pela EPNE.

Com a efetivação da operação, o Bradesco passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da EPNE, correspondentes a 23,64% do seu capital social total. A Companhia, por sua vez, é titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da EPNE, passando a deter 76,36% de participação no seu capital total.

Notas Explicativas

A mensuração do valor justo destes instrumentos é baseada em dados não observáveis uma vez que, para essas ações, existe uma opção de compra cujo valor é calculado com base no aporte realizado pelo acionista minoritário, corrigido por 100% do CDI acrescido de um spread menos os dividendos distribuídos (strike). O modelo utilizado para mensurar o valor justo das opções de compra é uma variante do modelo de Monte Carlo, geralmente empregada e reconhecida pelo mercado para esse tipo de opção, que oferece a flexibilidade necessária para incorporar todas as condições contratuais. Os dados empregados nesses cálculos foram obtidos de fontes confiáveis e de mercado, tais como a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e BACEN, sempre que aplicável. O acionista minoritário não detém a opção de venda, sendo que o risco de investimento (*equity risk*) do minoritário está sob o controle da controladora, que exerce ou não a sua opção de compra.

Em 31 de março de 2026 os instrumentos financeiros de Nível 3 mensurado a valor justo demonstra o montante de R\$241.510 (R\$188.183 em 31 de dezembro de 2025) correspondente ao valor justo apurado pela Administração, reconhecido no resultado financeiro da controladora e no consolidado.

31.2 Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia e suas controladas efetuam a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$1.250.007 (devedor) (R\$205.753 em 31 de março de 2025) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de dívidas contratadas no período, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (*Fair Value Option*) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2026, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado têm quaisquer ganhos ou perdas, resultantes de sua re-mensuração, reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período findo em 31 de março de 2026, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$32.685 (devedor) (R\$64.838 devedor em 31 de março de 2025) e reconhecido no resultado financeiro consolidado no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado financeiro.

31.3 Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período são:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Dívida ⁽¹⁾	45.994.221	44.896.379
Caixa e equivalentes de caixa	(1.140.421)	(1.386.005)
Dívida líquida	44.853.800	43.510.374
Patrimônio líquido	19.654.194	19.198.419
Índice de endividamento líquido	2,28	2,27

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 19 e 20.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		7.867	-	-	-	6.575	14.442
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	16,60%	1.665.989	999.880	2.765.464	8.231.029	6.032.262	19.694.624
Instrumentos Financeiros Derivativos		27.790	7.571	60.489	124.188	555.874	775.912
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	-	-	-	(241.510)	(241.510)
Total		1.701.646	1.007.451	2.825.953	8.355.217	6.353.201	20.243.468

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		3.018.468	-	-	-	138.109	3.156.577
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,37%	7.243.080	2.878.815	15.251.222	25.755.340	35.456.680	86.585.137
Instrumentos Financeiros Derivativos		424.271	89.937	160.443	242.141	1.062.858	1.979.650
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	44.646	-	-	(265.749)	(221.103)
Total		10.685.819	3.013.398	15.411.665	25.997.481	36.391.898	91.500.261

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma

Notas Explicativas

redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores, concessionárias e outros, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	362.556	352.524	1.140.421	1.386.005
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	9.159.839	8.944.119	11.179.410	9.562.086
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	6	73.160	77.246	5.032.474	5.194.740
Títulos de créditos a receber	-	25	25	13.406	10.684
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	2.076.536	1.716.101
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	-	-	18.716.426	17.715.205
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	479.629	720.187

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2026, excluídos os efeitos dos custos com captação, é de R\$46.603.234 (R\$45.456.573 em 31 de dezembro de 2025),

Notas Explicativas

e R\$5.034.388 (R\$5.877.295 em 31 de dezembro de 2025) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº19 e nº20.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 31 de março de 2026 com redução de 5,14% sobre 31 de dezembro de 2025, cotado a R\$5,2194/USD (R\$5,5024/USD em 31 de dezembro de 2025). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2026 era de 10,56%, enquanto em 31 de dezembro de 2025 foi de 10,12%.

O balanço patrimonial da controladora e o consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo circulante	-	-	110.570	117.256
Ativo não circulante	241.510	188.183	610.569	791.114
Total do ativo	241.510	188.183	721.139	908.370
Passivo circulante	35.361	16.821	669.424	571.379
Passivo não circulante	740.551	390.787	1.810.262	660.128
Total do passivo	775.912	407.608	2.479.686	1.231.507

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Essas proteções estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Empresa / Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ESA - Controladora					
Resolução 4131 - Citibank	45.353	(SOFR + 0,53%) x 117,647%	CDI + 0,50%	17/06/2026	Fair Value Option
EMR					
Resolução 4131 - Scotiabank	18.197	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	58.824	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Scotiabank	31.071	USD + 5,5755%	CDI + 1,40%	16/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	21.466	USD + 5,1955%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Santander	18.007	USD + 6,38%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	45.784	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	8.271	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Santander	53.626	USD + 6,35%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	39.548	SOFR + 0,5806%	CDI + 0,45%	28/09/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	41.376	SOFR + 1,47%	CDI + 1,10%	14/06/2027	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	7.820	USD + 7,24%	CDI + 1,42%	27/05/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	9.195	USD + 5,56%	CDI + 1,15%	05/09/2028	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	6.421	USD + 5,10%	CDI + 0,60%	17/12/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	18.972	USD + 5,1765%	CDI + 0,55%	31/03/2028	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Bank of America	36.495	USD + 6,2824%	CDI + 1,25%	24/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	28.744	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	47.089	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Citibank	71.560	(SOFR + 0,93%) x 117,647%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
ALSOL					
Resolução 4131 - Scotiabank	33.096	USD + 5,36%	CDI + 0,95%	21/01/2028	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Santander	30.388	USD + 6,35%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	22.540	(SOFR + 0,93%) x 117,647%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	36.456	USD + 5,2471%	CDI + 0,45%	10/09/2026	Fair Value Option
ES GÁS					
Resolução 4131 - Scotiabank	82.857	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - J.P. Morgan	27.248	USD + 5,3294%	CDI + 0,50%	23/06/2026	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Bank of America	15.690	USD + 6,1882%	CDI + 0,69%	22/12/2026	Fair Value Option
LXTE					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	9.432	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option
LMTE					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	16.223	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option
AGRIC					
Resolução 4131 - Citibank	4.577	(SOFR + 0,53%) x 117,647%	CDI + 0,55%	10/08/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	968	USD + 5,03%	CDI + 0,40%	15/03/2027	Fair Value Option
LUREAN					
Resolução 4131 - BOCOM BBM	55.536	CNH + 2,70%	CDI + 0,20%	19/03/2027	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao notional de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Empresa / Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ESA - Controladora					
XP	159.636	IPCA + 6,1666%	CDI + 0,65%	16/09/2030	Fair Value Hedge
XP	430.302	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,90%	15/09/2033	Fair Value Hedge
BTG Pactual	280.859	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,88%	15/09/2033	Fair Value Hedge
Bradesco	280.858	IPCA + 6,4526%	CDI + 0,891%	15/09/2033	Fair Value Hedge
XP	592.806	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	725.037	IPCA + 6,4045%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge
XP	521.719	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	668.259	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
EMR					
J.P. Morgan	1.261	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Bradesco	159.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	106.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
EMT					
J.P. Morgan	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
BR Partners	351.475	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,705%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	354.609	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,7275%	17/02/2031	Fair Value Hedge
XP	85.807	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	200.000	IPCA + 7,0292%	CDI - 0,67%	15/12/2034	Fair Value Hedge
Itaú	360.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
BTG Pactual	531.891	IPCA + 7,0999%	CDI - 0,22%	17/09/2035	Fair Value Hedge
BTG Pactual	435.488	IPCA + 6,9467%	CDI - 0,16%	17/09/2040	Fair Value Hedge
Bradesco	198.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	132.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
Bradesco	370.000	IPCA + 7,47%	CDI + 0,2280%	15/12/2045	Fair Value Hedge
Bradesco	747.373	IPCA + 6,6675%	CDI - 0,65%	17/02/2036	Fair Value Hedge
Bradesco	252.627	IPCA + 6,55%	CDI - 0,61%	15/02/2041	Fair Value Hedge
ETO					
J.P. Morgan	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	387.235	IPCA + 7,30%	CDI + 0,078%	15/05/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	460.000	IPCA + 7,50%	CDI + 0,2550%	15/12/2045	Fair Value Hedge
BTG Pactual	282.857	IPCA + 6,6675%	CDI - 0,66%	17/02/2036	Fair Value Hedge
Bradesco	47.143	IPCA + 6,55%	CDI - 0,61%	15/02/2041	Fair Value Hedge
ESS					
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
ABC Brasil	193.617	IPCA + 7,30%	CDI + 0,055%	15/05/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	144.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	96.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
ERO					
J.P. Morgan	92.800	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
Bank of America	253.694	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,789%	15/04/2029	Fair Value Hedge

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Bank of America	156.306	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,945%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Itaú	290.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
Itaú	264.000	IPCA + 7,2856%	CDI - 0,20%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Itaú	176.000	IPCA + 7,1683%	CDI - 0,16%	15/10/2040	Fair Value Hedge
ETE					
Santander	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
XP	101.398	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
EMS					
J.P. Morgan	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge
XP	354.609	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,72%	17/02/2031	Fair Value Hedge
ABC Brasil	247.164	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
Itaú	410.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
Safra	522.349	IPCA + 7,0461%	CDI - 0,31%	17/09/2035	Fair Value Hedge
BTG Pactual	348.390	IPCA + 6,9467%	CDI - 0,16%	17/09/2040	Fair Value Hedge
ESE					
J.P. Morgan	2.472	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	59.006	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	58.928	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	68.000	IPCA + 5,7360%	CDI + 0,509%	15/07/2027	Fair Value Hedge
Bradesco	338.393	IPCA + 7,1536%	CDI - 0,15%	17/09/2035	Fair Value Hedge
ABC Brasil	232.260	IPCA + 6,9467%	CDI - 0,15%	17/09/2040	Fair Value Hedge
Itaú	171.429	IPCA + 6,6675%	CDI - 0,68%	17/02/2036	Fair Value Hedge
Bradesco	28.571	IPCA + 6,55%	CDI - 0,61%	15/02/2041	Fair Value Hedge
EPB					
J.P. Morgan	4.035	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	Não Designada
J.P. Morgan	54.634	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	63.000	IPCA + 6,0123%	CDI + 0,755%	15/01/2030	Fair Value Hedge
XP	115.293	IPCA + 6,1581%	CDI + 0,15%	15/04/2031	Fair Value Hedge
Bradesco	159.230	IPCA + 6,4045%	CDI + 0,44%	15/04/2039	Fair Value Hedge
Bradesco	297.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	198.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
Itaú	214.286	IPCA + 6,6675%	CDI - 0,68%	17/02/2036	Fair Value Hedge
Bradesco	35.714	IPCA + 6,55%	CDI - 0,61%	15/02/2041	Fair Value Hedge
EAC					
BTG Pactual	220.000	IPCA + 7,50%	CDI + 0,25%	15/12/2045	Fair Value Hedge
EPA I					
XP	171.251	IPCA + 1,8834%	CDI - 3,88%	16/04/2040	Não Designada
EPA II					
XP	217.027	IPCA + 1,6834%	CDI - 4,07%	16/07/2040	Não Designada
EAM					
J.P. Morgan	41.638	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida (Objeto de hedge)	250.000	250.000	Moeda Estrangeira	(238.394)	(248.591)
			Posição ativa		
			Moeda estrangeira	238.394	248.591
Swap cambial	250.000	250.000	Posição passiva		
(Instrumento de hedge)			Taxa de juros CDI	(260.176)	(251.288)
			Posição líquida swap	(21.782)	(2.697)
			Posição líquida da dívida + swap	(260.176)	(251.288)

Notas Explicativas

Consolidado

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida (Objeto de hedge)	5.327.886	5.810.886	Moeda estrangeira	(5.034.202)	(5.876.829)
			Posição ativa		
			Moeda estrangeira	5.034.202	5.876.829
Swap cambial	5.327.886	5.810.886	Posição passiva		
(Instrumento de hedge)			Taxa de juros CDI	(5.507.548)	(6.073.827)
			Posição líquida swap	(473.346)	(196.998)
			Posição líquida dívida + swap	(5.507.548)	(6.073.827)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação da taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo (*Fair Value Hedge*), conforme demonstrado abaixo:

Controladora

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida (Objeto de hedge)	3.659.476	3.716.830	Taxa pré e pós-fixada	(3.928.488)	(4.193.350)
			Posição ativa		
			Taxa pré e pós-fixada	3.927.813	4.192.943
Swap de juros	3.659.476	3.716.830	Posição passiva		
(Instrumento de hedge)			Taxa de juros CDI	(4.681.943)	(4.597.854)
			Posição líquida swap	(754.130)	(404.911)
			Posição líquida dívida + swap	(4.682.618)	(4.598.261)

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida (Objeto de hedge)	16.801.182	14.146.209	Taxa pré e pós-fixada	(16.494.186)	(14.584.014)
			Posição ativa		
			Taxa pré e pós-fixada	17.387.326	15.488.732
Swap de juros	16.801.182	14.146.209	Posição passiva		
(Instrumento de hedge)			Taxa de juros CDI	(18.893.630)	(15.745.502)
			Posição líquida swap	(1.506.304)	(256.770)
			Posição líquida dívida + swap	(18.000.490)	(14.840.784)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2026 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e 20 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas

Notas Explicativas

de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

31.4 Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2026, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras trimestrais):

Controladora:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda estrangeira	(250.000)		(250.089)	(309.709)	(369.330)
Variação da dívida			(89)	(59.709)	(119.330)
Swap cambial					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos	238.394	Alta do Câmbio	238.483	298.103	357.724
Variação			89	59.709	119.330
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - Taxa de juros CDI	(260.176)		(260.176)	(260.176)	(260.176)
Subtotal	(21.782)		(21.693)	37.927	97.548
Total líquido	(271.782)		(271.782)	(271.782)	(271.782)

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(5.327.886)		(5.112.332)	(6.316.994)	(7.521.655)
Variação Dívida			215.554	(989.108)	(2.193.769)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.034.202	Alta do Câmbio	4.818.648	6.023.310	7.227.971
Variação			(215.554)	989.108	2.193.769
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(5.507.548)		(5.507.548)	(5.507.548)	(5.507.548)
Subtotal	(473.346)		(688.900)	515.762	1.720.423
Total Líquido	(5.801.232)		(5.801.232)	(5.801.232)	(5.801.232)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2026, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%,

Notas Explicativas

o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$271.782 na controladora e R\$5.801.232 no consolidado, em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2026, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras trimestrais):

Controladora

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda local – Taxa de juros	(3.659.476)		(3.659.476)	(3.659.476)	(3.659.476)
Swap de juros					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos – Pré e Pós	3.927.813	Alta do CDI	3.927.813	3.927.813	3.927.813
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos – CDI	(4.681.943)		(4.681.943)	(5.563.992)	(6.634.781)
Variação			-	(882.049)	(1.952.838)
Subtotal	(754.130)		(754.130)	(1.636.179)	(2.706.968)
Total líquido	(4.413.606)		(4.413.606)	(5.295.655)	(6.366.444)

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda local – Taxa de juros	(16.801.182)		(16.801.182)	(16.801.182)	(16.801.182)
Swap de juros					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos – Pré e Pós	17.387.326	Alta do CDI	17.387.326	17.387.326	17.387.326
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos – CDI	(18.893.630)		(18.893.630)	(22.496.644)	(27.007.453)
Variação			-	(3.603.014)	(8.113.823)
Subtotal	(1.506.304)		(1.506.304)	(5.109.318)	(9.620.127)
Total líquido	(18.307.486)		(18.307.486)	(21.910.500)	(26.421.309)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do CDI futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de IPCA é mantida constante e a curva de CDI é recalculada.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em 31 de março de 2026 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	11.179.410	Alta CDI	1.173.838	1.467.298	1.760.757
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(5.507.548)	Alta CDI	(578.293)	(722.866)	(867.440)
	(15.445.851)	Alta CDI	(1.621.814)	(2.027.268)	(2.432.721)
	(840.710)	Alta TJLP	(76.757)	(95.946)	(115.136)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(22.282.868)	Alta IPCA	(387.722)	(484.653)	(581.583)
	(112.953)	Alta INPC	(1.717)	(2.146)	(2.576)
	(1.067.962)	Alta TR	(5.019)	(6.274)	(7.529)
Subtotal ⁽²⁾	(45.257.892)		(2.671.322)	(3.339.153)	(4.006.985)

Notas Explicativas

Total -perdas ⁽²⁾	(34.078.482)	(1.497.484)	(1.871.855)	(2.246.228)
------------------------------	--------------	-------------	-------------	-------------

(1) Considera o CDI e SELIC de 31 de março de 2027 (10,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2026, TR 0,47% ao ano, TJLP 9,13% ao ano, INPC 1,52% ao ano e IPCA 1,74% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.345.342

32. Benefícios pós emprego

32.1 Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde

Empresas	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Planos de saúde	Plano de previdência				Total	
			Passivo atuarial - Plano BD	Contratos de dívida / Serviço Passado		Total	31/03/2026	31/12/2025
				Plano BD	Plano CD	Planos de previdência		
ESA - Controladora	7.521	6.790	-	-	-	-	14.311	13.900
EMR	8.554	5.356	-	-	-	-	13.910	13.486
ESE	5.072	36.594	24.514	13.786	21.473	59.773	101.439	107.740
EPB	-	7.247	1.440	65.450	20.581	87.471	94.718	94.429
EMT	-	12.812	-	1.350	9.885	11.235	24.047	23.848
EMS	-	8.758	-	-	-	-	8.758	8.485
ESS	-	20.816	-	2.568	9.074	11.642	32.458	32.277
ETO	496	13.547	1	1.716	2.329	4.046	18.089	17.734
ERO ⁽¹⁾	-	6	21.038	-	-	21.038	21.044	21.159
EAC	-	14	-	-	-	-	14	13
EAM	-	1	-	-	-	-	1	1
ESOL	1.291	687	-	-	-	-	1.978	1.919
ALSOL	-	-	-	-	-	-	-	-
ESOLC	-	-	-	-	-	-	-	-
MULTI	-	370	-	-	-	-	370	359
LMTE	-	3	-	-	-	-	3	3
LTTE	-	2	-	-	-	-	2	2
LXTE	-	8	-	-	-	-	8	7
ETT I	-	12	-	-	-	-	12	12
ECOM	3	8	-	-	-	-	11	10
VOLTZ	-	-	-	-	-	-	-	3
EPLAN	2	-	-	-	-	-	2	2
SOBR	16	16	-	-	-	-	32	30
ANG EMPREE	-	1	-	-	-	-	1	-
Total Consolidado	22.955	113.048	46.993	84.870	63.342	195.205	331.208	335.419
Circulante	2.451	14.223	2.962	8.343	14.236	25.541	42.215	49.539
Não circulante	20.504	98.825	44.031	76.527	49.106	169.664	288.993	285.880
Benefícios pós-emprego							182.996	176.961
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							148.212	158.458

(1) Refere-se a uma contribuição extraordinária, de caráter opcional, para custeio de tempo de serviço passado, coberta de forma paritária pelo patrocinador e pelos participantes do Plano Energisa Rondônia CD que atendiam o critério de inscritos no Plano CD até 30 de setembro de 2017, e que tinham ingressado no quadro de empregados do patrocinador em data anterior a setembro de 2011.

32.2 Plano BD Inergus – avaliação atuarial

Nos últimos anos o contingente de obrigações do plano BD-1 – Inergus vinha crescendo desde a última migração em 2018 e a dívida dos participantes junto ao plano atingiu volumes expressivos, sendo necessário o funcionamento do Instituto Inergus, gestor do plano, por meio de fluxo de caixa garantido por adiantamentos da patrocinadora. Diante desse contexto, o Instituto Inergus submeteu e obteve aprovação junto à patrocinadora a liberação de valores

Notas Explicativas

destinados à celebração de acordos com participantes e assistidos, e assim iniciar as negociações voltadas ao encerramento dos processos judiciais e à finalização do vínculo dos participantes com o Instituto (Plano BD-1).

As negociações envolveram 111 participantes e assistidos, sendo que foram aceitas 90 propostas e recusadas 21. Os acordos firmados somaram R\$62.021, incluindo os honorários advocatícios. O Instituto Inergus aguarda a liberação dos alvarás para levantamento dos depósitos judiciais relacionados aos processos negociados nos acordos e os valores levantados serão direcionados à patrocinadora.

Considerando as negociações realizadas, com a finalização do vínculo dos participantes e assistidos, consequentemente a redução das obrigações futuras refletidas nas provisões matemáticas, o resultado da mensuração da avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1) / IAS 19, gerou na patrocinadora o valor de R\$32.756 reconhecido como encurtamento/curtailment do plano em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, foram reembolsados a patrocinadora o montante de R\$9.585 até 31 de março de 2026.

32.3 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 31 de março de 2026, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.450 (R\$1.377 em 31 de março de 2025) na controladora e R\$13.778 (R\$14.778 em 31 de março de 2025), no consolidado registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

32.4 Prêmio/Gratificação de aposentadoria e indenização por tempo de serviço

A Companhia e suas controladas EMR, ESOL, ETO, ESE, ECOM, EPLAN e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida.

Na controlada indireta ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo de 31 de março de 2026, a despesa de manutenção do plano foi de -R\$4 (R\$203 em 31 de março de 2025) na controladora e R\$148 (R\$938 em 31 de março de 2025) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

32.5 Plano de saúde

Companhia e suas controladas mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

Pós pagamento: as contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados

Notas Explicativas

anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré pagamento: as contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

No período findo de 31 de março de 2026, as despesas com esse benefício foram de R\$2.833 (R\$2.412 em 31 de março de 2025) na controladora e R\$43.765 (R\$40.517 em 31 de março de 2025) no consolidado. Inclui R\$21 (R\$34 em 31 de março de 2025) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R\$391 (R\$929 em 31 de março de 2025) no consolidado.

33. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia e de suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Controladora	
			31/03/2026	31/12/2025
Riscos Operacionais	22/06/2026	90.000	196	194
Auto – Frota	23/10/2026	Até 1.000/ veículo	28	28
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	276.131	751	738
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	2	2
Total			977	962

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada	Total Prêmio - Consolidado	
			31/03/2026	31/12/2025
Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade cibernética	25/08/2026	50.000	1.161	1.161
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	743	743
Riscos operacionais	15/09/2027	200.000	18.627	18.508
Responsabilidade civil geral	10/02/2028	10.000	86	86
Responsabilidade civil obras	11/10/2027	90.000	7.080	7.080
Auto – Frota	31/12/2026	20.000	359	479
Responsabilidade civil geral a 2º risco	23/10/2026	Até 1.000/ veículo	1.571	1.570
Aeronáutico – responsabilidade civil (RETA)	23/06/2027	10.000	206	206
Vida em grupo acidentes pessoais	31/01/2028	276.131	4.480	4.392
Transporte nacional	30/07/2026	Até 5.000/ viagem	147	147
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	216	216
Responsabilidade do explorador ou transporte – R.E.T.A (Drones)	30/06/2026	1.157/drone	87	85
Compreensivo Empresarial	26/02/2027	20.375	78	28
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	08/01/2027	188.818	1.418	1.710
Total			36.259	36.411

34. Compromissos – consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

34.1 Venda de energia elétrica

Notas Explicativas

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2026	2027	2028	2029	Após 2029
ECOM	2026 a 2039	1.111.216	683.939	496.067	342.268	1.363.431

34.2 Compra de energia elétrica

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de dezembro de 2026 e foram homologados pela ANEEL.

	Contrato de compra de energia- reais mil ⁽¹⁾					
	Vigência	2026	2027	2028	2029	Após 2029
EMR	2026 a 2054	375.431	476.804	474.378	470.367	4.597.171
EPB	2026 a 2054	737.886	935.624	920.214	910.582	11.719.977
ESE	2026 a 2054	462.304	597.338	590.968	588.181	7.061.756
EMT	2026 a 2054	1.886.067	2.350.539	2.220.089	2.144.969	20.410.953
ETO	2026 a 2054	437.003	550.964	546.023	542.652	6.636.687
EMS	2026 a 2054	955.855	1.186.512	1.134.541	1.136.290	13.250.949
ESS	2026 a 2054	646.779	822.775	817.756	812.751	7.213.487
ECOM	2026 a 2054	761.309	931.115	896.677	892.477	14.133.390
ERO	2026 a 2054	245.784	306.792	297.060	294.725	4.598.161
EAC	2026 a 2054	1.144.404	701.685	466.829	328.493	1.351.665
		7.652.822	8.860.148	8.364.535	8.121.487	90.974.196

⁽¹⁾ Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

34.3 Locação de áreas para a implantação de usinas fotovoltaicas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2026	2027	2028	2029	Após 2029
ALSOL	2026 a 2051	4.167	4.167	4.167	4.167	67.386

Refere-se aos valores dos contratos de locação das áreas para implantação das Usinas Fotovoltaicas.

34.4 Contratos de suprimento de gás natural - segmento não térmico

Para distribuição do gás canalizado aos clientes ligados a rede de distribuição, a controlada ESGÁS possui Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível. Com a possibilidade de redução de volume nos contratos de fornecimento de gás devido à migração de clientes para o mercado livre, em novembro de 2024 ocorreram alterações nas Quantidades Diárias Contratada (QDC) de todos os contratos. A redução foi aplicada de forma proporcional a cada um, conforme as tabelas atualizadas abaixo:

	Janeiro até Abril	Maio até Dezembro	2027	2028	2029-31	2032	2033	2034	2035
	2026								
QDCF (m³/dia)	189.981	199.196	199.196	199.196	199.196	184.196	59.069	42.173	16.896
QDCP (m³/dia)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	189.981	199.196	199.196	199.196	199.196	184.196	59.069	42.173	16.896

35. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como segue:

Notas Explicativas

	31/03/2026	31/12/2025
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão – Bifurcação de Ativos	771.773	2.654.222
Ativo financeiro indenizável da concessão – Valor justo ativo indenizável	258.813	630.301
Remuneração do ativo de contrato – transmissão de energia elétrica	250.518	795.346
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	13.521	98.419
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo – Distribuidoras e demais empresas	565.218	402.498
Fornecedores a prazo – Transmissoras	8.991	24.929
Incorporação de redes	44.170	159.417
Arrendamento mercantil	7.706	37.159
Atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual – Infraestrutura em construção – Distribuidoras e demais empresas	(565.218)	(402.498)
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(8.991)	(24.929)
Incorporação de redes	(44.170)	(159.417)
Intangível	(7.706)	(37.159)
Provisão encerramento de obra		-
Combinação de negócios		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		-
Clientes, consumidores e concessionárias	-	500
Estoque	-	217
Devedores diversos	-	282
Tributos a recuperar	-	833
Outros ativos circulantes	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	-	27.723
Intangível – contrato de concessão	-	-
Intangível –softwares e outros	-	-
Fornecedores	-	-
Passivos operacionais	-	743
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	3.018
Obrigações trabalhistas	-	-
Impostos e contribuições sociais	-	4.728
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
Outros passivos	-	-

36. Eventos subsequentes

36.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

36.2 Reajuste Tarifário

- (1) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.581 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada EMT, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 6,86%.
- (2) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.582 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada EMS, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 12,11%.
- (3) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.575 em 22 de abril de 2026, aprovou o reajuste tarifário da controlada ESE, em vigor a partir de 23 de abril de 2026, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores um aumento de 6,86%.

36.3 Assinatura de memorando de entendimentos para subscrição e integralização de ações da Denerge pelo Itaú Unibanco.

Em 22 de abril de 2026, a Companhia publicou o fato relevante referente a celebração do memorando de entendimentos não vinculante ("MoU") com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os principais termos e condições

Notas Explicativas

gerais para a subscrição e integralização, pelo Itaú, da totalidade das ações preferenciais de emissão da Denerge em valor estimado de R\$ 1.400.000 (um bilhão e quatrocentos reais). Após a aquisição o Itaú passará a deter uma participação minoritária direta no capital social da Denerge e, indireta, em suas subsidiárias, dentre elas a Rede Energia, a EMS, a ESS e a EMT. A Transação está sujeita à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) de determinadas condições precedentes previstas no MoU, dentre elas, as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

36.4 Pagamento de dividendos – controladas

Em 11 de maio de 2026, a Administração das controladas aprovou a distribuição de dividendos com base no lucro do período findo em 31 de março de 2026 para Energisa Acre ("EAC") e Nova Denerge e com base na conta de reserva de lucros para Denerge, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor de dividendos (R\$)	Valor dos dividendos por ação (R\$)	Tipo de Ação	Data de Pagamento
Energisa Acre	23.732.071,79	0,018193504	ON	a partir de 12/05/2026
Denerge	55.000.000,00	70,826180962	ON	a partir de 12/05/2026
Nova Denerge	117.778.598,38	0,046009668	ON	a partir de 12/05/2026

36.5 Assinatura dos aditivos de prorrogação das concessões

Em 08 de maio de 2026, foram concluídas as assinaturas dos Termos Aditivos de Prorrogação das Concessões das seguintes distribuidoras de energia da Companhia, sem qualquer ônus, por um período de 30 anos, em conformidade com a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995:

Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S.A. (ESE)

CNPJ/MF nº 13.017.462/0001-60

Vigência: de 23 de dezembro de 2027 até 23 de dezembro de 2057

A concessão atende cerca de 0,9 milhão de clientes em 63 municípios, área de 17 mil km².

Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (EPB)

CNPJ/MF nº 09.095.183/0001-40

Vigência: de 21 de março de 2031 até 21 de março de 2061

A concessão atende cerca de 2,0 milhões de clientes em 222 municípios, área de 54 mil km².

Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A. (EMS)

CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50

Vigência: de 04 de dezembro de 2027 até 04 de dezembro de 2057

A concessão atende cerca de 1,2 milhão de clientes em 74 municípios, área de 328 mil km².

Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (EMT)

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

Vigência: de 11 de dezembro de 2027 até 11 de dezembro de 2057

A concessão atende cerca de 1,7 milhão de clientes em 142 municípios, área de 903 mil km².

Todas as concessionárias apresentam indicadores de qualidade de serviços adequados e solidez financeira compatível com os critérios exigidos pelo Poder Concedente.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Acompanhamento das projeções da Companhia

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais Individuais e Consolidadas

Em atenção ao disposto no art. 21, §4º, da Resolução CVM n.º 80/22, apresenta-se abaixo as comparações das projeções divulgadas pela Companhia com os dados evolutivos efetivamente realizados até o 1T26:

- (i) Projeções dos compromissos relacionados à sustentabilidade dos negócios, abordando aspectos ambientais, sociais e de governança ("ESG") da Companhia divulgadas ao mercado em 29 de junho de 2022, já tendo superado 2 dos 3 compromissos:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado até 30 de março de 2026
Energia elétrica, limpa e acessível a áreas remotas da concessão	nº de unidades consumidoras	55.000	57.335
Descomissionamento e desativação de UTEs	MW	171,7	195 ^(a)
Instalação de potência em energia renovável	GW	0,6	0,545

- (a) Em 2024, concluímos o desligamento de todas as usinas termelétricas previstas na Amazônia Legal, antecipando em dois anos o compromisso originalmente estabelecido para 2026.
- (ii) Aumento da participação de demais linhas de negócios no EBITDA Consolidado, divulgado ao mercado em 21 de novembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado até 30 de março de 2026 ⁽¹⁾
Participação de demais linhas de negócios da Companhia, além da distribuição de energia elétrica, no EBITDA Consolidado	% do EBITDA Consolidado	Até 25	19,2

- (b) Considera EBITDA Ajustado Covenants 12 meses

- (iii) Estimativa de investimentos divulgado ao mercado em 19 de dezembro de 2022:

Objeto	Unidade	Previsão até o período findo em 31 de dezembro de 2026	Acumulado até 30 de março de 2026
Estimativa de Investimentos	R\$ bilhões	24,0	27,5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Energisa S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em

31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações

Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Antônio Carlos Brandão de Sousa
Audidores Independentes Ltda.	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ	CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2026

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Ricardo Perez Botelho
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG